

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

DEPARTAMENTO DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Relatório técnico contendo as metas dos principais planos do governo federal que têm a Amazônia como foco e uma descrição da rede de administração dos estados da região

Agosto de 2009

ÍNDICE

	Pág.
LEVANTAMENTO DAS METAS DOS PLANOS DE GOVERNO	03
• Plano Amazônia Sustentável	03
• Plano Nacional de Mudanças Climáticas	09
• Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)	14
• Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)	17
• Plano Saúde Amazônia	19
• Plano Agrícola e Pecuário	25
• Plano Nacional de Logística de Transportes	33
• Plano BR-163	43
• Plano Nacional de Recursos Hídricos	48
• Plano Nacional de Agroenergia	54
• Plano Nacional de Energia	64
• Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó	65
• Plano Nacional de Reforma Agrária	76
• Plano Plurianual	80
• Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS)	107
REDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL- LOCALIZAÇÃO DAS REGIONAIS E ABRANGÊNCIA	113
1. Acre	113
2. Amazonas	132
3. Amapá	143
4. Mato Grosso	145
5. Pará	149
6. Rondônia	154
7. Roraima	159
8. Maranhão	171
9. Tocantins	173

LEVANTAMENTO DAS METAS DOS PLANOS DE GOVERNO

• *Plano Amazonia Sustentável*

O PAS teve como objetivo geral implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização das potencialidades de seu enorme patrimônio natural e sociocultural, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais, a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, e o uso sustentável dos recursos naturais com a manutenção do equilíbrio ecológico.

O desafio de organização de uma estrutura produtiva sustentável compreende a promoção de ações que permitam que a integração internacional seja acompanhada de maior integração nacional, intrarregional e doméstica, objetivando conciliar objetivos de crescimento das exportações com o de internalização de seus benefícios na região. Para isso, torna-se indispensável gerar estímulos à formação e adensamento de cadeias produtivas, particularmente em torno das atividades exportadoras internacionais ou domésticas. d) Atendimento das necessidades de investimento na infra-estrutura, na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos; e) Reunião de recursos dos governos estaduais e municipais e do setor privado para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas e APLs regionais; e f) Maior flexibilidade no uso de recursos para evitar padronizações que impedem uma melhor adaptação à distintas realidades regionais.

Para vários usos, uma ação eficaz de geração de conhecimentos e a definição de mecanismos de difusão de tecnologias para o setor produtivo da região constituem pontos obrigatórios da estratégia para a Amazônia. O objetivo principal é alcançar de fato a estrutura produtiva regional, além de fortalecer a base técnico-científica de cunho mais acadêmico. A ferramenta básica de um processo como esse, de conformação de um setor produtivo integrado e competitivo, é a inovação.

A estratégia preconizada pelo PAS pressupõe dotar as cidades de equipamentos e serviços para aprimorar a qualidade de vida das populações, particularmente tratando da segurança pública, habitação e do saneamento, mas também assegurando adequada provisão de infra-estruturas básicas de telecomunicação, viária e de energia. Com isso, pode-se integrar vastas camadas da população mais pobre ao mercado, inclusive nas áreas rurais, ampliando condições para revalorizar sub-regiões da Amazônia e estimular certos papéis urbanos em cidades dotadas de densidade socioeconômica crescente, a exemplo do ocorrido com Santarém, Marabá e Rondonópolis nos anos noventa.

É preciso considerar que a indústria e o comércio em áreas urbanas oferecem emprego e renda sem desmatamento, como no Pólo Industrial de Manaus. Em muitos casos, com destaque para alimentos, bebidas, vestuário, calçados e material de construção, o mercado de consumo regional poderia ser melhor atendido pela produção.

A integração da Amazônia sul-americana constitui outro elemento estratégico do PAS, tendo em vista as perspectivas que abre para o desenvolvimento da região. Dentre os vários itens passíveis de apropriação em uma agenda comum com parceiros de países vizinhos, sobressaem-se a necessidade de resgate e fortalecimento da Organização do

Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA), com a construção de uma agenda para projetos conjuntos, e o aprofundamento das relações entre as comunidades fronteiriças em nível local.

Quanto à integração continental, outro componente estratégico se adiciona para além do mencionado fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): o apoio à integração física, já prevista e iniciada pela Iniciativa para Integração Regional da América do Sul (IRSA).

Adoção de novo padrão de financiamento proposto para a região deve conter as seguintes características, visando otimizar o aproveitamento dos recursos existentes na região e criar melhores condições para viabilizar o PAS:

- a) Cooperação entre as diversas instituições que operam os recursos, sobre as diversas modalidades de créditos e fontes de financiamento destinados à Região Amazônica (FNO, FDA, Pronaf, BNDES, CEF, fundos setoriais etc.);
- b) Incorporação de fontes adicionais de recursos derivadas das próprias atividades produtivas da região;
- c) Redução do custo financeiro dos projetos mediante aglutinação/combinação de fontes distintas: fundos orçamentários, fundos constitucionais, linhas de crédito de instituições oficiais (Caixa Econômica Federal, BNDES etc.);
- d) Atendimento das necessidades de investimento na infra-estrutura, na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos e na formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
- e) Reunião de recursos dos governos estaduais e municipais e do setor privado para viabilizar as condições necessárias para o desenvolvimento e consolidação de cadeias produtivas e APLs regionais; e
- f) Maior flexibilidade no uso de recursos para evitar padronizações que impedem uma melhor adaptação à distintas realidades regionais.

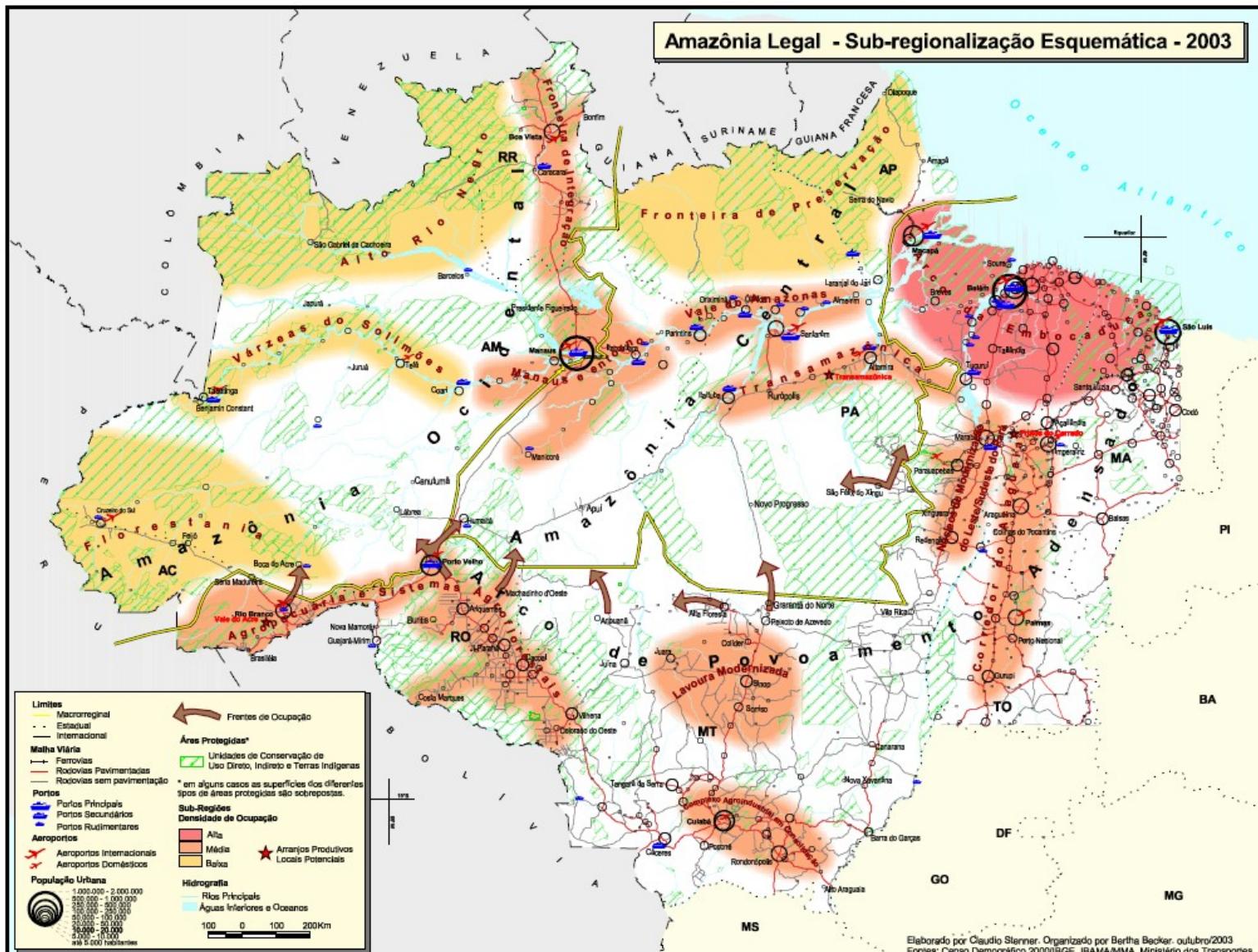
Assim, com o objetivo de otimizar o aproveitamento dos recursos existentes na região e criar melhores condições para viabilizar as diretrizes constantes no PAS, o novo padrão de financiamento para a região deve atender aos seguintes requisitos:

- a. funcionar como instrumento de redução das desigualdades, ao priorizar os pequenos e médios produtores e ao promover uma distribuição de recursos mais justa e equânime entre os estados da região;
- b. estimular a formação de parcerias entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento regional;
- c. favorecer a integração intra e inter-regional, especialmente no que diz respeito ao apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais;
- d. promover a cooperação entre as diversas instituições operadoras de recursos, no âmbito das diversas modalidades de créditos e fontes de financiamentos destinados à Região Amazônica, tais como FNO, FDA, Pronaf, BNDES, CEF, fundos setoriais, e outros;
- e. incorporar fontes adicionais de recursos derivadas das atividades produtivas da região;

f. reduzir o custo financeiro dos projetos mediante aglutinação/combinação de fontes distintas: fundos orçamentários, fundos constitucionais, linhas de crédito de instituições oficiais (CEF, BNDES e outros);

g. conferir maior flexibilidade nos critérios para alocação de recursos, observando as especificidades do espaço aonde elas acontecem, evitando, assim, as padronizações danosas que muitas vezes impedem o alcance da eficácia das ações promotoras do desenvolvimento sustentável.

O Mapa a seguir apresenta a subregionalização esquemática proposta no PAS.



O Plano Amazônia Sustentável tem como objetivo principal a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infra-estrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população.

Os objetivos específicos, identificados em função dos problemas enfrentados na Amazônia brasileira, são os seguintes:

- a. promover o ordenamento territorial e a gestão ambiental, de modo a possibilitar
 - (i) o combate à grilagem;
 - (ii) a resolução de conflitos fundiários e destinação das terras públicas;
 - (iii) o controle sobre a exploração ilegal e predatória de recursos naturais; e
 - (iv) a proteção dos ecossistemas regionais.
- b. fomentar atividades econômicas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais com inovação tecnológica, agregação de valor e valorização da biodiversidade, da geodiversidade e dos conhecimentos de populações locais, de modo a estimular a geração de emprego e renda, o fortalecimento da segurança alimentar e maior competitividade em mercados regionais, nacionais e internacionais.
- c. subsidiar o planejamento, a execução e a manutenção das obras de infra-estrutura nos setores de energia, transportes, comunicações e na instalação de equipamentos urbanos, visando a maximização dos benefícios socioeconômicos e minimização e mitigação dos impactos negativos dessas intervenções na região.
- d. fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas e de garantias do acesso da população regional a políticas universais de educação, saúde, segurança pública e previdência social.
- e. embasar a construção de um novo modelo de financiamento na Amazônia, voltado para a redução das desigualdades sociais e regionais, geração de emprego e renda, uso sustentável dos recursos naturais.

As estratégias preconizadas pelo PAS ressaltam o papel do Estado, enfatizando, inclusive, a ampliação de sua presença na região em todos os níveis. Notadamente, esta presença se faz por meio de ações dos governos federal e estaduais destinadas a garantir uma maior governabilidade sobre os movimentos de ocupação e transformação socioeconômica em determinadas áreas; orientar o uso do território e de seus recursos; induzir a ampliação e modernização da base produtiva; além de assegurar adequada previsão de serviços públicos essenciais, como educação, segurança, saúde, habitação, assistência técnica, regularização fundiária e justiça.

O papel da Sudam será de, em sintonia com as diretrizes gerais expressas no PAS e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborar o Plano Regional

de Desenvolvimento da Amazônia, em parceria com os governos estaduais e em consonância com as expectativas dos diversos segmentos sociais amazônicas.

Esse processo de territorialização da Amazônia para fins de implementação de políticas de desenvolvimento regional sustentável, no âmbito do PAS, já foi deflagrado com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém); o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, em processo de elaboração.

As estratégias de ordenamento do território Amazônico precisam considerar objetivamente a presença dominante da Floresta. De um lado, os cuidados requeridos para sua conservação; de outro, as possibilidades de aproveitamento econômico dos produtos florestais associados à biodiversidade, via agregação de valor e, portanto, de geração de renda e emprego para vastas camadas da população.

A implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), instituído em março de 2004, tem sido o instrumento principal de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, tendo o ritmo de desmatamento na região refluído em mais de 60% após sua elaboração.

Dessa forma, o governo brasileiro propõe as seguintes diretrizes gerais para promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira:

- a. valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia;
- b. ampliar a presença do Estado na Amazônia para a garantia de maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais, maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva e melhor atendimento dos direitos básicos das populações locais
- c. promover a cooperação e gestão compartilhada de políticas públicas entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal;
- d. ampliar a infra-estrutura regional – energia, armazenagem, transformação, transportes e comunicações, e de prestação de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes – saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública;
- e. assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outras;
- f. combater o desmatamento ilegal associado a transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades agropecuárias, predominante na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas;
- g. promover a utilização de áreas já desmatadas, com aumento de produtividade e recuperação florestal e produtiva das áreas degradadas – conjuntamente com o fomento

ao uso múltiplo das florestas em bases sustentáveis, a partir da aplicação dos conhecimentos técnico-científicos e a capacitação dos atores locais;

h. promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região;

i. promover o desenvolvimento da região com eqüidade, com atenção às questões de gênero, geração, raça e etnia;

j. fomentar o diálogo, a negociação e a formação de consensos entre órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e setores empresariais, em contextos democráticos de formulação e gestão de políticas públicas;

k. fortalecer e empoderar a sociedade civil, para que o avanço da presença do Estado na região aconteça em sinergia com o seu engajamento.

• **Plano Nacional de Mudanças Climáticas**

O objetivo geral do Plano Nacional sobre Mudança do Clima é identificar, planejar e coordenar as ações e medidas que possam ser empreendidas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa geradas no Brasil, bem como àquelas necessárias à adaptação da sociedade aos impactos que ocorram devido à mudança do clima.

As medidas mitigadoras, bem como as medidas de adaptação e o desenvolvimento de pesquisas visam o alcance dos principais objetivos específicos mencionados a seguir:

- Fomentar aumentos de eficiência no desempenho dos setores produtivos na busca constante do alcance das melhores práticas.

Para que o desenvolvimento do País ocorra em bases sustentáveis, as ações governamentais dirigidas ao setor produtivo deverão buscar, cada vez mais, a promoção do uso mais eficiente dos recursos naturais, científicos, tecnológicos e humanos. Os esforços em fomentar um nível de desempenho do setor produtivo, pautado nas melhores práticas em cada um dos setores específicos, serão uma forma de se buscar reduzir o conteúdo de carbono do produto interno bruto brasileiro, aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, fazer crescer a renda e gerar excedentes econômicos que possam garantir maiores níveis de bem-estar social.

- Buscar manter elevada a participação de energia renovável na matriz elétrica, preservando posição de destaque que o Brasil sempre ocupou no cenário internacional.

O setor energético brasileiro relativamente aos demais países é extremamente limpo. Atualmente, conta com uma participação de 45,8% de renováveis enquanto a média mundial é de 12,0 %. Com relação à matriz elétrica, este percentual é ainda mais expressivo, alcançando 88,7%. Entretanto, a demanda crescente por energia elétrica e a perspectiva de esgotamento em longo prazo do potencial hidrelétrico nacional, acrescida das

questões de natureza socioambiental, a par da prioridade que possa merecer a hidroeletricidade na expansão da oferta do sistema elétrico, permitem admitir que outras fontes deverão compor essa expansão.

Neste sentido, o Brasil dispõe de diversas alternativas para a expansão da oferta de energia, livres de emissões de CO₂. Entre elas, inclui-se a geração a partir de fontes renováveis - biomassa, eólica e solar -, e de fontes não convencionais como os resíduos sólidos e efluentes. Ademais, são necessários esforços na direção da eficiência energética e da conservação de energia, como forma de redução de consumo, evitando geração adicional e reduzindo as emissões de gases de efeito estufa.

Assim, esforços governamentais serão empreendidos para que a variável socioambiental, e, portanto, a climática, seja introduzida, cada vez mais, no processo de planejamento da expansão da oferta de eletricidade de modo que seja mantida elevada a participação das fontes renováveis.

- Fomentar o aumento sustentável da participação de biocombustíveis na matriz de transportes nacional e, ainda, atuar com vistas à estruturação de um mercado internacional de biocombustíveis sustentáveis.

Os biocombustíveis brasileiros como o etanol, e em menor escala o biodiesel, são fontes de riqueza incontestável para o País. Sua produção gera renda no campo e sua utilização desloca fontes fósseis que tanto impactam no clima, quanto na qualidade do ar que se respira. O fomento à crescente substituição de fontes fósseis no setor de transporte brasileiro poderá permitir um aumento médio anual do uso de etanol de 11% nos próximos anos. No caso do biodiesel, o Governo tem anunciado a intenção de antecipar, de 2013 para 2010, a obrigatoriedade de adição de 5% deste biocombustível ao diesel, o que poderá aumentar em mais de 60% sua participação em relação ao atual nível de consumo na matriz de transportes brasileira. Ao mesmo tempo, a cooperação técnica com outros países com potencial agrícola para o plantio de cana-de-açúcar visa contribuir para a desconcentração da oferta de etanol no mercado internacional, o que o tornaria mais estável e equilibrado permitindo, assim, a expansão sustentável da demanda. Com isto, o País estará contribuindo para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa para além de suas fronteiras e proporcionando uma grande oportunidade aos países de economia predominantemente agrícola de aumentar suas receitas de exportação.

- Buscar a redução sustentada das taxas de desmatamento, em sua média quadrienal, em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento ilegal zero.

Inúmeras são as variáveis a serem controladas para que se reduza o desmatamento, o que dificulta o alcance dos objetivos pretendidos. Apesar dos constantes esforços de monitoramento e fiscalização, a demanda por

produtos que ocupam os locais florestados e mesmo pela madeira produzida com a própria floresta oscila ao longo do tempo, fazendo com que tais esforços ora apresentem resultados bastante satisfatórios, ora se mostrem completamente insuficientes. O que se busca obter com a adoção das medidas previstas no Plano é lograr uma redução consistente das taxas de desmatamento em períodos quadriennais. Esta é uma tarefa desafiadora que exigirá do governo uma estratégia de ação para além das tradicionais ações de monitoramento e vigilância. Nesse sentido, vem sendo empreendido um grande esforço por parte do Governo Federal consubstanciado no Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), que resultou na diminuição de 59% da taxa anual de desmatamento nesse bioma por três anos consecutivos – 2004 a 2007. Embora o PPCDAM tenha como eixos temáticos o ordenamento fundiário e territorial, o monitoramento e controle e o fomento às atividades produtivas sustentáveis, cabe fortalecer esse último componente, conforme preconizado nas diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS). A experiência do PPCDAM será estendida para os outros biomas brasileiros através da elaboração de planos similares adequados às peculiaridades de cada um deles, com o envolvimento dos estados, municípios, sociedade civil e setor produtivo.

- Eliminar a perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil, até 2015.

As florestas nativas têm um valor intrínseco acima dos serviços ambientais atualmente percebidos. São depositárias de um patrimônio genético incalculável e ainda desconhecido em grande parte. As florestas plantadas sejam para fins de reconstituição de ecossistemas, sejam para utilização econômica, geram serviços ambientais de grande monta, pois preservam fluxos d'água, diminuem ou impedem o assoreamento dos rios e lagos, melhoram o micro-clima e permitem a preservação de espécies nativas da fauna. As florestas homogêneas geram produtos que substituem o uso de inúmeros recursos naturais não renováveis, como carvão mineral e matéria-prima de construção civil, além de reduzir a pressão econômica sobre as próprias florestas nativas. Dentre as razões de toda ordem para se estabilizar a cobertura florestal em patamares elevados, ressalta-se o fato de que florestas – em seu latu sensu – são reservatórios ou sumidouros de carbono, cujo estoque na vegetação e no solo dá-se pela remoção de CO₂ da atmosfera por meio do processo de fotossíntese. O planejamento do uso do solo no Brasil vem sendo feito por inúmeras iniciativas de distintas esferas de atuação. Serão, portanto, desenvolvidos esforços para o ordenamento destas ações e mobilizados mecanismos que contribuam para o alcance deste objetivo, inclusive por meio de atividades de reflorestamento e florestamento implementadas no Brasil no âmbito do MDL, preservando a adicionalidade deste importante instrumento econômico. Em termos gerais, a área de cobertura florestal deverá corresponder à soma das áreas destinadas à conservação com aquelas propícias ao florestamento e ao reflorestamento,

estas últimas a serem estabelecidas onde os retornos ambientais ou econômicos da constituição de florestas superem os ganhos aferidos pelas lavouras e rebanhos. Ao serem eliminadas as perdas de cobertura florestal, espera-se a obtenção de saldo positivo desta cobertura uma vez que as ações constantes do Plano serão mantidas.

- Procurar identificar os impactos ambientais decorrentes da mudança do clima e fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas para que se possa traçar uma estratégia que minimize os custos sócio-econômicos de adaptação do País.

Alguns estudos já vêm sendo desenvolvidos no País buscando compreender a dinâmica regional do clima e os impactos ambientais, sociais e econômicos, nacionais e locais, que poderão ocorrer com as mudanças climáticas ao longo do século. Serão envidados esforços para aumentar a produção do conhecimento científico a respeito de todos os aspectos que se inter-relacionam com a problemática de modo a promover uma adaptação que minimize os custos do País às novas condições climáticas.

Para alcançar o objetivo do Plano, serão criados mecanismos econômicos, técnicos, políticos e institucionais que:

- Promovam um desenvolvimento científico e tecnológico do setor produtivo que inclua as considerações ambientais a favor da coletividade;
- Aumentem a consciência coletiva sobre os problemas ambientais da atualidade e propiciem o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária;
- Valorizem a floresta em pé e façam com que a conservação florestal seja uma atividade atraente, que gere riqueza e bem-estar àqueles que dela vivem;
- Incentivem e estimulem medidas regionais que sejam adequadas às condições diferenciadas, onde cada região e mesmo cada estado da nação possa identificar suas melhores oportunidades de redução de emissões e remoção de carbono.

Mitigação

Dentre as tecnologias e práticas de mitigação por setor, são consideradas as mais relevantes, para as condições brasileiras, as que se seguem:

- Setor de Energia – Melhoria da eficiência da oferta e distribuição de energia, substituição de combustíveis mais carbono-intensivos por aqueles com menor teor de carbono ou por combustíveis de fontes renováveis, e, captação e armazenamento de carbono.

Para reduzir essas emissões de GEE no setor energético sem sacrificar o desenvolvimento econômico, as principais estratégias são: 1) substituir os combustíveis fósseis por outras fontes não-emitadoras, como hidreletricidade, energia solar, eólica e biomassa sustentável; e 2) conservar ou usar de forma mais eficiente todas as formas de energia disponíveis. Neste item será analisada a implementação destas duas estratégias e ainda, com destaque, a participação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira. Serão, também, apresentadas ações de mitigação no setor de petróleo e gás.

- Setor de Transportes – Utilização de veículos eficientes, de sistemas ferroviários, de transportes coletivos em substituição aos particulares e planejamento do uso da terra e do sistema de transportes.
- Setor de Edificações – Utilização de equipamentos eficientes e de energia solar, além da adoção de um sistema de planejamento integrado que permita ganhos de eficiência no uso da energia.
- Setor de Indústria – Utilização de equipamentos eficientes, adoção de práticas de reciclagem e de substituição de materiais, controle das emissões de gases, captação e armazenamento de carbono.
- Setor Agrícola – Manejo adequado para aumentar o armazenamento de carbono no solo, recuperação de áreas degradadas, intensificação da pecuária bovina, melhorias em cultivos e na fertilização para reduzir emissões de CH₄ e N₂O e estabelecimento de culturas energéticas.
- Setor de Silvicultura/Florestas – redução do desmatamento, estímulo ao manejo florestal sustentável, ao florestamento e reflorestamento e ao uso de produtos e subprodutos florestais, obtidos em bases sustentáveis, para geração de energia.

Quanto a conservação dos biomas, o Plano destaca como ações em implantação o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), Inventário Florestal Nacional, Plano Anual de Outorga Florestal e Programa Florestas Energéticas e em concepção Fixação de Preço Mínimo de Produtos de Extrativismo (ações voltadas aos povos e comunidades tradicionais) e Aumento da Sustentabilidade da Agropecuária, Redução Gradativa da Queima da Palha da Cana-de-Açúcar, Programa Produção Sustentável do Agronegócio, Novas Práticas Agropecuárias, Programa de Zoneamento da Cana-de-Açúcar, Plano Nacional de Agro-Energia.

- Setor de Resíduos – Recuperação do metano de aterros sanitários, incineração com recuperação energética e reciclagem.

- **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)**

Dentre as competências da SUDAM de acordo com a Lei Complementar no. 124 Art. 4º. inciso II destaca-se o seguinte:

“formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;”

Define-se a competência do Conselho Deliberativo da SUDAM (CONDEL) em relação ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), na mesma lei supra citada no Art. 10º. inciso I como segue:

“estabelecer as diretrizes de ação e propor, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, projeto de lei que instituirá o plano e os programas regionais de desenvolvimento da Amazônia, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, para apreciação e deliberação;”

O Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) dialoga com a PNDR, com os PPA's dos estados e consolida-se na esfera governamental como o braço tático-operacional do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Programas Propostos pelo PRDA

Programa de Desenvolvimento da Agricultura, Pecuária e Setor Florestal na Amazônia

Promover a cooperação e a gestão compartilhada de políticas públicas de ordenamento territorial entre as esferas de governo na Amazônia. O resultado pretendido é a transformação do potencial do bioma regional em benefícios aos diversos segmentos da população, consubstanciado em produção sustentável com inovação tecnológica e inclusão social.

Programa de Reorganização Industrial e Pólos na Amazônia

Esse programa fundamenta-se na necessidade de promoção da industrialização para transformação de matérias-prima regional em bens e serviços. Para tal há necessidade de infra-estrutura adequada e apoio institucional. Espera-se como resultado, maior verticalização da produção, internalizando os benefícios como geração de emprego e renda.

Programa de Transporte Multimodal para a Amazônia

Considerando a importância de condições estruturais básicas capazes de viabilizar a economia local, destaca-se o segmento dos transportes fluviais, para uma região com mais de 20.000 Km de vias navegáveis. A grande questão é o estado de trafegabilidade e a segurança nos transportes fluviais. A necessidade passa pela disponibilidade de tecnologias de comunicação, capacidade de estocagem, portos, boas condições de

conservação dos produtos regionais. Sanar tais problemas passa necessariamente por investimentos governamentais no transporte fluvial para promover o adensamento dos vínculos econômicos inter e intraregionais.

Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação

O paradigma do programa de Ciência, Tecnologia e Inovação busca combinar a produção científica na Amazônia com a geração de tecnologia ambientalmente segura e sua inserção no setor produtivo, de forma a promover a inovação. O programa proposto em tela deverá promover a ampliação, a modernização e a consolidação do sistema regional de ciência, tecnologia e inovação para gerar, difundir e utilizar o conhecimento e a tecnologia adequados a um moderno sistema produtivo, capaz de produzir o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Programa de Desenvolvimento da Infra-Estrutura Energética da Amazônia

A proposição de um programa de Infra-Estrutura Energética para a Amazônia, pauta-se no princípio de que energia e desenvolvimento constitui um binômio indissociável. A energia é o insumo básico para promover desenvolvimento e reduzir a pobreza na Região. Para o setor de energia, as estratégias específicas têm como base seu planejamento estratégico, efetuado a partir da análise de custos e benefícios sociais, econômicos e ambientais, considerando fontes alternativas sob uma ótica matricial (hidrelétrica, gás natural, biomassa, solar, eólico, maré motriz etc.) assim como as opções de escala, tecnologia e localização. Na Região é significativo o suprimento energético por termelétricas movidas a diesel o que, além de ser insuficiente para atender a demanda regional, revela-se onerosa e ambientalmente nociva.

Programa de Promoção e Organização da Cadeia Produtiva da Mineração Social na Amazônia

Os estados que integram a Região Amazônica não dispõem, de uma maneira geral, de unidades organizativas voltadas para o planejamento, desenvolvimento e regulação da atividade mineral de grande porte em seus territórios. As ações previstas no programa proposto são as seguintes:

- Promoção da dinamização, da modernização e da regulamentação/controle da atividade de mineração social, incentivando os aspectos relativos a qualificação, saúde preventiva e a exploração racional dos recursos;
- Promover a ampliação e o aprofundamento do diagnóstico socioeconômico e ambiental em áreas de extração;
- Promover amplo cadastramento de áreas produtoras de materiais de emprego imediato na construção civil, nas capitais dos Estados amazônicos e nos municípios;
- Promover estudos tecnológicos dos minérios a fim de determinar a sua qualidade e melhor aplicabilidade industrial;
- Incentivar o funcionamento do setor, na perspectiva de construir Arranjos Produtivos Locais-APL, com o desenvolvimento de maiores sinergias;

- Promover a elaboração de metodologias para abordar e equacionar o funcionamento da atividade da mineração social, a serem disponibilizadas para aplicação por parte dos municípios e estados amazônicos.

Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia

As ações para a expansão e a consolidação do setor abrangem investimentos: em infra-estrutura básica e de apoio ao turismo; na adoção de tecnologias de baixo impacto ambiental; no ordenamento territorial e uso sustentável do patrimônio de interesse turístico; no fortalecimento das instâncias de gestão governamental da atividade; na capacitação do setor privado e das comunidades tradicionais e locais; no estímulo à participação social; nas estratégias de promoção, marketing e consumo responsável; e no monitoramento e controle dos impactos ambientais potencialmente produzidos pela atividade.

Programa de Desenvolvimento do Setor Pesqueiro na Amazônia

A cadeia produtiva da pesca e aquicultura necessita de melhorias na infra-estrutura de beneficiamento e processamento, no armazenamento e transporte, para assim chegar ao mercado consumidor um produto de qualidade.

Programa de Desenvolvimento para Exportação de Produtos Amazônicos

O programa de desenvolvimento para a exportação de produtos amazônicos é fundamental para o crescimento da dinâmica econômica regional. Pretende-se que seja o grande propulsor para a inserção dos mais diversos produtos de origem amazônica nos mercados local, nacional e internacional. O programa deverá proporcionar que os produtores de bens e serviços da Região, possam chegar ao mercado consumidor independentemente da posição geográfica onde ele se encontre. Esse programa deverá ser o alavancador para densificar a relação entre produtores, cooperativas, empresários e o mercado consumidor. Isso significará incremento econômico tanto para o meio urbano como para o rural. Produtos de origem amazônica dentro da ótica da sustentabilidade, representa hoje importante papel no imaginário mundial. Além disso, em termos práticos é preciso agregar qualidade e valorar essa produção.

Programa para a Integração Econômica Intra e Inter-Regional da Amazônia

O Programa de Incentivo à Integração Econômica Intra e Inter-Regional da Amazônia coloca em primeiro plano o mercado regional, para dinamizar as potencialidades da economia de cada estado que compõe à Amazônia Legal, sem discutar de que todos os processos produtivos fazem parte de uma situação econômica globalizada.

Em termos práticos, a operacionalização do programa transcorre sob os efeitos dos encaixes das cadeias produtivas locais criando “links” entre os diversos setores e processos produtivos regionais. Resulta de tudo isso, em última instância o consumidor final e/ou empresa beneficiado com os produtos de qualidade, apresentando o requisito da competitividade, face aos produtores extra-regionais. Dessa forma, pretende-se com este programa mudar a atual tendência de importar quase de tudo o que se consome na Região e exportar quase tudo o que se produz. Isso impede o enraizamento da economia

regional já que o fluxo de renda é rápido, com pouca irrigação sobre os negócios que os amazônicas concebem, criam e implantam.

- **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM)**

O Decreto Presidencial de 03 de julho de 2003 estabeleceu um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, por meio dos seguintes instrumentos:

- i) ordenamento fundiário nos municípios que compõem o Arco do Desmatamento;
- ii) incentivos fiscais e creditícios com os objetivos de aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade de áreas já desmatadas;
- iii) procedimentos para a implantação de obras de infra-estrutura ambientalmente sustentáveis
- iv) geração de emprego e renda em atividades de recuperação de áreas degradadas;
- v) incorporação ao processo produtivo de áreas abertas e abandonadas, e manejo de áreas florestais; e
- vi) atuação integrada dos órgãos federais responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização de atividades ilegais no Arco do Desmatamento, e
- vii) outros que julgar pertinentes.

Este plano é uma iniciativa estratégica do Governo Brasileiro que se insere plenamente nas diretrizes e prioridades do Programa do Governo Lula, no Plano Plurianual (PPA) 004 – 2007 e no Plano Amazônia Sustentável (Plano de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PAS), como estratégia de desenvolvimento regional que orientará os investimentos do PPA 2004-2007 e políticas públicas afins.

Considerando as características do desmatamento recente na Amazônia brasileira e as orientações estratégicas do Governo Lula, pode-se concluir que uma estratégia de contenção do desmatamento na região deve se basear na implementação de um conjunto integrado de políticas estruturantes, inclusive medidas emergenciais, norteadas pelas seguintes diretrizes:

- i) valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros e a prestação de serviços ambientais, como um dos alicerces de um novo modelo de desenvolvimento regional, objetivando a qualidade de vida de populações locais com a redução de desigualdades sociais, a competitividade econômica e a sustentabilidade ambiental;

- ii) incentivos para a melhor utilização de áreas já desmatadas em bases sustentáveis, contemplando inovações tecnológicas, como o manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica e a recuperação de áreas degradadas, como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre florestas remanescentes;
- iii) a tomada de medidas urgentes de ordenamento fundiário e territorial, visando à redução do acesso livre aos recursos naturais para fins de uso predatório e o fortalecimento de instrumentos de gestão democrática e sustentável do território, priorizando o combate à grilagem de terras públicas, a regularização fundiária, viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia, e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas;
- iv) aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, contemplando a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis entre usuários dos recursos naturais;
- v) fortalecimento de uma cultura de planejamento estratégico de obras de infra-estrutura, envolvendo a análise adequada de alternativas (em termos de custo-benefício e impactos sócio-econômicos e ambientais), medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, e a execução ex-ante de ações de ordenamento territorial em bases sustentáveis, com transparência e participação da sociedade.
- vi) fomento à cooperação entre instituições do Governo Federal, responsáveis pelo conjunto de políticas relacionadas às dinâmicas de desmatamento na Amazônia Legal, superando tendências históricas de dispersão e de isolamento da área ambiental;
- vii) adoção de um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, estados e municípios, contemplando as respectivas necessidades de fortalecimento institucional;
- viii) estímulo à participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas à prevenção e controle do desmatamento, e à viabilização de alternativas sustentáveis, como meio para aumentar a qualidade de sua implementação, com transparência, controle social e apropriação política;
- ix) valorização da aprendizagem entre experiências piloto bem sucedidas, dando-lhes escala por meio de sua incorporação em políticas públicas; e
- x) efetivação de um sistema de monitoramento das dinâmicas do desmatamento e políticas públicas correlatas na Amazônia, permitindo a análise permanente da eficiência e eficácia destes instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento, com transparência e controle social.

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Objetivo Geral

- Promover a redução das taxas de desmatamento na Amazônia brasileira, por meio de um conjunto de ações integradas de ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, fomento a atividades produtivas sustentáveis e infra-estrutura, envolvendo parcerias entre órgãos federais, governos estaduais, prefeituras, entidades da sociedade civil e o setor privado.

São impactos esperados da implementação deste Plano de Ação:

- i) uma forte redução nos índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, especialmente em termos de práticas ilegais que gerem significativos danos ambientais e problemas sociais;
- ii) uma diminuição substancial nas práticas de grilagem de terras públicas em áreas críticas, associadas ao desmatamento ilegal;
- iii) uma redução acentuada nos índices de exploração madeireira ilegal, associada a um crescimento expressivo na área sob manejo florestal para produtos madeireiros e não-madeireiros;
- iv) um forte aumento na adoção de práticas de prevenção e controle do fogo, manejo de pastagens e práticas agrícolas e agroflorestais sustentáveis entre produtores rurais;
- v) redução significativa no percentual de propriedades rurais com passivo ambiental referente à Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, associado a um aumento nos casos de celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e práticas de recuperação de áreas degradadas;
- vi) avanços na viabilização de um novo modelo de reforma agrária em bases sustentáveis para a Amazônia brasileira, com significativas implicações para a redução do desmatamento;
- vii) avanços substanciais na criação e implantação de unidades de conservação e terras indígenas em áreas prioritárias, como elementos fundamentais de uma estratégia de conservação da floresta e o desenvolvimento sustentável da Amazônia; e
- viii) aumento significativo na capacidade institucional de órgãos ambientais e outras instituições parceiras, inclusive da sociedade civil, na implementação integrada de medidas de prevenção e controle do desmatamento, e na viabilização de atividades produtivas sustentáveis.

- **Plano Saúde Amazônia**

O Plano Saúde Amazônia Legal (PSAL) é uma iniciativa do Ministério da Saúde que busca promover a construção e implementação de projetos integradores, visando a priorização de questões estratégicas do SUS a serem enfrentadas na região, como resposta às reivindicações da sociedade amazônica. A coordenação do plano é compartilhada entre o Departamento de Apoio a Descentralização - DAD (SE/MS), a

Diretoria de Investimentos e Projetos Estratégicos - Dipe (SE/MS), o Departamento de Saúde Indígena - DSAI (Funasa/MS) e o Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional - Depin (Funasa/MS).

Nessa perspectiva, buscou-se a articulação das ações desenvolvidas no âmbito do Ministério da Saúde, assim como a apropriação e incorporação das especificidades da Região nas políticas de saúde, de forma a assegurar o fortalecimento da implementação do SUS, beneficiando a população dos 09 estados que compõem a Amazônia Legal.

Esse trabalho está sendo construído em parceria com as secretarias do MS, FUNASA, ANVISA, governos estaduais, prefeituras, secretarias estaduais e municipais de saúde, CONASS, CONASEMS e sociedade civil, pelos conselhos de saúde e movimentos sociais.

O Plano tem como objetivos:

- Implementar um modelo de financiamento que considere as necessidades da região.
- Adequar os planos regionais de investimento para orientar a alocação de recursos com base no desenvolvimento sustentável e na expansão e interiorização da atenção à saúde.
- Ampliar e qualificar a oferta de ensino profissional nos diferentes níveis de forma a atender a realidade local.
- Rever o modelo de gestão da atenção à saúde indígena.
- Constituir política de gestão, regulamentação e regulação do trabalho em saúde.
- Adequar a estratégia da saúde da família às especificidades regionais, sobretudo às dificuldades de deslocamento, à dispersão populacional e às grandes distâncias.
- Reforçar a integração regional de forma a possibilitar uma regionalização compatível com as especificidades locais.
- Ampliar as ações de Vigilância Ambiental nos estados da região.
- Estimular o desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos junto às instituições de pesquisa e universidades da região, recuperando e desenvolvendo o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais.
- Implantar, ampliar e melhorar os serviço e ações de saneamento em localidades com população inferior a 2.500 habitantes e áreas rurais (áreas de assentamentos, de reservas extrativistas, remanescentes de quilombos, entre outros).
- Dotar a região de serviços de alta complexidade, reduzindo a dependência a centros de referência intra-estadual.

A coordenação do **Plano Saúde Amazônia – PSAL** é de responsabilidade do Departamento de Apoio à Descentralização – DAD/SE/MS, e conta com a participação do

GTAL – Grupo de Trabalho da Amazônia Legal e do NAID – Núcleo de Articulação, Integração e Desenvolvimento na sua implementação.

Coordenação-geral

Jarbas Barbosa da Silva Júnior – SE/MS

jarbas.barbosa@sauda.gov.br / 3314-2130

Os eixos e ações previstas são:

Eixo 1 - Educação e Trabalho em Saúde

Ações já implementadas

- Instituição do processo de criação de Escolas Técnicas no AP; AM; PA; RO e fortalecimento das existentes: AC; MA; MT; RR; TO.
- Implantação de 11 Pólos de Educação Permanente em AM, AP, MA (São Luiz e Imperatriz), MT, PA (Carajás, Santarém e Belém), RO e TO.
- Formação de Agente de Vigilância em Saúde/PROFORMAR: (AC/138); (AP/77); (AM/200); (PA/241); (RO/119); (RR/33); (TO/84).
- Capacitação de conselheiros de saúde em todos os estados.
- Ampliação do nº de vagas na Especialização (turmas/beneficiários): Saúde da Família: AP (02/60); AM (01/40); PA (01/80); RO (02/100); RR (01/40); TO (01/40). Saúde Mental: AP (01/40); AM (01/40). Gestão: AC (02/100).
- Protocolo Brasil-Cuba, para estabelecer processo de reconhecimento de diploma.
- Instalação da mesa de negociação do SUS no Acre.
- Desenvolvimento do banco de dados gerenciais pelo Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde/SGTES.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Consolidação do processo de fortalecimento das Escolas Técnicas existentes na região.
- Fortalecimento dos Pólos de Educação Permanente nos estados: AM, AP, MA (São Luiz e Imperatriz), MT, PA (Carajás, Santarém e Belém), RO, AC, RR e TO, totalizando 11 pólos.
- Apoio à Instalação das mesas de negociação do SUS nos estados da região.

Eixo 2 - Saúde Indígena e outras Populações em Situação de Vulnerabilidade

Ações já implementadas

- Edição da Portaria MS nº70/2004, reorganizando o modelo de atenção à saúde indígena.

- Apoio ao fortalecimento institucional dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI.
- Implementação dos sistemas de informação em saúde indígena nos DSEI.
- Construção de proposta de reformulação do incentivo à atenção à saúde das populações indígenas.
- Reorganização do modelo de gestão e atenção de 8 CASAI definidas como prioritárias: Macapá, Manaus, Distrito Federal, Belém, Cuiabá, Goiânia, Governador Valadares e Teresina.
- Qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde - articulação MEC/Funasa.
- Adequação de infra-estrutura em Saneamento Básico em áreas indígenas.
- Ações de saneamento - projetos especiais da Funasa articulado às ações do Plano de Atenção à Saúde da População do Campo - Grupo da Terra, beneficiando as seguintes comunidades: PA e AP - quilombolas, assentados e reservas extrativistas; RO - reserva extrativista.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Reorganização do modelo de atenção à saúde indígena por meio do fortalecimento das Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAI) enquanto observatório da rede SUS local.
- Apoio ao fortalecimento institucional dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI.
- Consolidação dos sistemas de informação em saúde indígena nos DSEI de forma integrada com os sistemas de saúde municipais/estaduais.
- Reformulação do incentivo à atenção à saúde das populações indígenas. § Reorganização do modelo de gestão e atenção de 9 CASAI definidas como prioritárias: Macapá, Manaus, Boa Vista, Distrito Federal, Belém, Cuiabá, Goiânia, Governador Valadares e Teresina.
- Qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde - articulação MEC/FUNASA.
- Adequação de infra-estrutura em Saneamento Básico em áreas indígenas.
- Ações de saneamento - projetos especiais da FUNASA articulado às ações do Plano de Atenção à Saúde da População do Campo - Grupo da Terra, beneficiando as seguintes comunidades: PA e AP - quilombolas, assentados e reservas extrativistas; RO - reserva extrativista.

Eixo 3 - Gestão Descentralizada e Participativa

Ações já implementadas

- Implantação do processo de regionalização em Rondônia, com realização de seis oficinas para organização das regiões de saúde.

- Implementação da estratégia do apoio integrado à gestão descentralizada do SUS nos estados: AM, AC, AP, RO, RR, TO e MA, pactuando agenda de cooperação técnica.
- Realização de fóruns de gestão participativa em RO, AM, PA, AP e MA, com gestores, conselheiros de saúde e movimentos sociais, discutindo o SUS na região.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Implantação do processo de regionalização em Rondônia, com realização de seis oficinas para organização das regiões de saúde.
- Implementação da estratégia do apoio integrado à gestão descentralizada do SUS nos estados: AM, AC, AP, RO, RR, TO e MA, pactuando agenda de cooperação técnica.
- Realizar fóruns de gestão participativa em RR, AC, TO, MT com gestores, conselheiros de saúde e movimentos sociais, discutindo o SUS na região.

Eixo 4 - Atenção à Saúde

Ações já implementadas

- Mudanças no financiamento da atenção básica, considerando as especificidades da região, por meio da Portaria GM 1434/04.
- Redefinição da organização e do financiamento dos hospitais de pequeno porte (AM = 5; RR = 5; RO = 8; PA = 1; MA = 25; MT = 26; TO = 10).
- Qualificação do Mato Grosso ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário e realização de oficina para elaboração do Plano Operativo dos estados do Amazonas e Tocantins.
- Implantação de Núcleos de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde em Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Cuiabá e na Universidade Federal do Amazonas.
- Habilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST de Tocantins, Acre e Pará e previsão de habilitação dos CEREST de Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas.
- Convênio de cooperação técnico científico com a Marinha, em parceria com a Faculdade de Medicina ABC/SP, disponibilizando atendimento oftalmológico por meio de navios da Marinha.
- Convênio com a Marinha para a operação dos Navios de Assistência Hospitalar (NASH) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima.
- Implantação de banco de olhos no Amazonas.
- Centros de Informações Toxicológicas implantados no Amazonas, Mato Grosso e Pará.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Implementação da política da atenção básica, considerando as especificidades da região, por meio das mudanças no financiamento estabelecidas na Portaria GM 1434/04.
- Definição da operacionalização da política nacional para os hospitais de pequeno porte por meio da portaria nº 94, de 14 de fevereiro de 2005 (AM = 5; RR = 5; RO = 8; PA = 1; MA = 25; MT = 26; TO = 10).
- Implementação de Núcleos de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde em Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Boa Vista, Cuiabá e na Universidade Federal do Amazonas.

Eixo 5 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Ações já implementadas

- Definição de prioridades às ações de pesquisa na região amazônica.
- Construção da Agenda Nacional de Prioridade de Pesquisa em Saúde, com a participação de representantes da comunidade científica e setor saúde da região.
- Acordo Multilateral de Cooperação Técnico - Científica entre a Fundação Oswaldo Cruz e instituições de saúde da Amazônia, com o intuito de organizar e apoiar ações e entidades governamentais de pesquisa em saúde, maximizando recursos e integrando esforços locais.
- Apoio financeiro a sete instituições da região para infra-estrutura e capacitação dos membros dos comitês de ética em pesquisa.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Implementação da Agenda Nacional de Prioridade de Pesquisa em Saúde.
- Execução do acordo Multilateral de Cooperação Técnico - Científica entre a Fundação Oswaldo Cruz e instituições de saúde da Amazônia, com o intuito de organizar e apoiar ações e entidades governamentais de pesquisa em saúde, maximizando recursos e integrando esforços locais.
- Implantação de programas de pesquisas prioritárias para o SUS por meio de edital induzido nos estados do PA, AM, MT e MA.

Eixo 6 - Vigilância em Saúde

Ações já implementadas

- Realização de Curso Básico de Vigilância Ambiental nos 9 estados da região.
- Assessoria às SES e SMS das capitais para fortalecer a estruturação da vigilância ambiental em saúde nessas localidades e discussão da interação com as VE e VS.
- Publicação da portaria GM nº 2473/03, estabelecendo as normas para programação pactuada das ações de vigilância sanitária no âmbito do SUS, sendo implantada em 2004.

- Implementado o projeto de cooperação técnica com Peru e Colômbia para as ações de controle sanitário de fronteira.
- Implantados laboratórios de referência: 03 NB3 (AM, PA e RO) e 05 laboratórios de diagnóstico em saúde pública nas fronteiras (AC, AP, AM, RO e RR).
- Sete SES e 14 SMS habilitadas no incentivo do Programa Nacional de HIV/Aids e outras DST.
- Aprovação do projeto sobre o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Portos, Aeroportos e Terminais Aquaviários. Devolvidos outros 42 projetos para adequação técnicas.
- Implantado o Programa Educativo de Melhoria da Qualidade dos alimentos nos 9 estados da região.
- Elaboração dos projetos de Cooperação Técnica para Harmonização de Procedimentos de Controle Sanitário em Portos Aeroportos e Fronteiras entre Brasil e Peru, Venezuela e Guiana Francesa.
- Harmonização de Procedimentos de Controle de Aedes aegypti, na fronteira Brasil/República Cooperativista da Guiana.
- Realização de integração fronteiriça, através dos Comitês de Fronteira já implantados e em funcionamento em Tabatinga/AM, Guará-Mirim/RO, Pacaraima/RR e Epitaciolândia/AC.

Principais Ações em Processo de Consolidação

- Assessoria às SES e SMS das capitais para fortalecer a estruturação da vigilância ambiental em saúde nessas localidades e discussão da interação com as Vigilâncias Epidemiológicas e Vigilâncias Sanitárias.
- Publicação da portaria GM nº 2473/03, estabelecendo as normas para programação pactuada das ações de vigilância sanitária no âmbito do SUS, sendo implantadas a partir de 2004.
- Implementado o projeto de cooperação técnica com Peru e Colômbia para as ações de controle sanitário de fronteira.
- Realização de integração fronteiriça, através dos Comitês de Fronteira já implantados e em funcionamento em Tabatinga/AM, Guará-Mirim/RO, Pacaraima/RR e Epitaciolândia/AC.

• **Plano Agrícola e Pecuário**

Os objetivos do Plano 2008/2009 são:

- Estimular a expansão da produção agropecuária;
- Intensificar o apoio à produção e comercialização de alimentos e formar estoques de segurança;

- Melhorar a liquidez do produtor rural;
- Reduzir o impacto do aumento do custo de produção;
- Incentivar a recuperação de áreas degradadas;
- Incentivar a adoção de sistemas sustentáveis de produção e manejo, em sintonia com a legislação ambiental;
- Ampliar a cobertura do seguro rural como ferramenta de gestão de risco
- Aumentar investimentos em infra-estrutura;

Para atingir esses objetivos, o Plano Agrícola desta safra contempla medidas como a reestruturação da dívida agrícola, a expansão do volume de recursos do crédito rural, o aumento dos recursos destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e o fortalecimento da média agricultura por meio de alterações no Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

Uma das diretrizes da política agrícola para a safra 2008/2009 é aumentar o volume de recursos do crédito rural, o limite de adiantamento por produtor, além de promover algumas mudanças nas normas do crédito rural. A oferta de crédito rural para a agricultura empresarial nesta safra será de R\$ 65 bilhões e R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar.

Os Programas propostos no Plano são :

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO (PRODUSA)

O Produsa foi criado com o objetivo de estimular a recuperação de áreas degradadas, reinserindo-as no processo produtivo, além de fomentar a adoção de sistemas sustentáveis, em consonância com a legislação ambiental. O Programa, que incorporou o Prolapec e os itens do Moderagro relacionados à conservação ou recuperação de solos, tem três eixos estruturantes:

- Estímulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas e pastagens degradadas;
- Implementação de medidas que visam ao melhor uso do solo, à geração de energia limpa e renovável e ao aproveitamento de resíduos vegetais;
- Incentivo ao produtor rural para ajustar-se à legislação ambiental vigente.

O Produsa disporá de R\$ 1 bilhão, originário do Sistema BNDES, que será aplicado obedecendo dois limites de financiamento, que são cumulativos desde que o produtor atenda às condições previstas.

INCENTIVO À ARMAZENAGEM PARA EMPRESAS CEREALISTAS NACIONAIS

Criado para apoiar o desenvolvimento e a modernização do setor de armazenagem nacional, o programa é destinado a empresas comerciais cerealistas que trabalhem diretamente com o produtor rural e suas cooperativas. Com uma linha de R\$ 300 milhões disponível, ao ampliar a capacidade de armazenamento nacional no segmento, o

produtor rural é beneficiado já que, a curto e médio prazos, as pressões logísticas nos períodos de escoamento da safra serão minimizadas.

Para operacionalizar as políticas de apoio à comercialização, a proposta de Orçamento da Política Agrícola para 2009 é de R\$ 3,8 bilhões (R\$ 2,3 bilhões para aquisição e R\$ 1,5 bilhão para equalização de preços). Durante o ano de 2008, o Governo promoverá leilões de contratos de opções de vendas, antes do plantio, para garantir aos produtores a comercialização de suas safras em 2009, a preços compatíveis com os custos. Os preços mínimos de garantia vigentes para as safras de verão e produtos regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009 foram reajustados para recompor a alta do custo de produção agropecuária e se adequar ao novo nível de cotação das commodities.

Preços Mínimos

Safra de Verão e Produtos Regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009

Produtos	Regiões e Estados amparados
Algodão em caroço	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Caroço de algodão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste
	Sul (exceto PR)
Arroz longo fino em casca	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR
	Norte e MT
Arroz longo em casca	Sul (exceto PR)
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR
Borracha natural	Norte e MT
	Todo o Território Nacional
Produtos	Regiões e Estados amparados
Castanha do Brasil em casca	Norte
Castanha do Brasil beneficiada	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)
Feijão macaçar	Norte e Nordeste
Juta/Malva embonecada	Norte e MA
Juta/Malva prensada	
Leite	Sul, Sudeste e Nordeste
	Centro-Oeste (exceto MT)
Leite	Norte e MT
Milho	Sul, Sudeste, MS, GO e DF
	MT e RO
Milho pipoca	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽¹⁾
Mandioca em raiz	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul
Mandioca em raiz	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
	Norte e Nordeste
Farinha de mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
	Norte e Nordeste
Fécula de Mandioca	Sul, Sudeste e Centro-Oeste
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste
Soja	Todo o Território Nacional (exceto MT, RO, AM, PA e AC)
	MT, RO, AM, PA e AC
Sorgo	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)
	MT, e RO
Sorgo	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Ba- Sul, Sul do MA, Sul do PI e TO inicio de vigência em janeiro/2009

Tipo/Classe Básico	Instrumento da PGPM	Unidade	R\$/ud	Inicio de Vigência
-	EGF	15 kg	14,40	Jan/2009
				Jul/2009
Tipo SLM 41.4	AGF e EGF	50 kg	44,60	Jan/2009
				Jul/2009
-	EGF	25kg	2,37	Jan/2009
				Jul/2009
-	EGF	50 kg	18,07	Jan/2009
Tipo 1-58/10	AGF e EGF	60 kg	25,80	Jan/2009
-	EGF	60 kg	30,96	Jan/2009
-	EGF	60 kg	25,50	Jan/2009
-	EGF	60 kg	15,74	Jan/2009
-	EGF	60 kg	18,88	Set/2008
-	EGF	60 kg	16,12	Set/2008
-	EGF	kg	1,53	Jan/2009
Tipo/Classe Básico	Instrumento da PGPM	Unidade	R\$/ud	Inicio de Vigência
-	EGF	hl	52,49	Jan/2009
			2,49	Jan/2010
Tipo 2	AGF e EGF	60 kg	80,00	Nov/2008
				Jan/2009
-	EGF	60 kg	53,00	Jan/2009
-	AGF e EGF	kg	1,02	Jan/2009
			1,21	
-	EGF	l	0,47	
			0,45	Jul/2008
-	EGF	l	0,41	
Único	AGF e EGF	60 kg	16,50	Jan/2009
			13,20	
-	EGF	kg	19,00	Jul/2009
-	-	t	0,50	Jan/2009
			98,85	
-	-	t	106,12	Jan/2009
Fina T3	AGF e EGF	50 kg	23,68	Jan/2009
			26,83	
Tipo 2	AGF e EGF	kg	0,69	Jan/2009
Classificada	AGF e EGF	kg	0,74	Jan/2009
-	EGF	60 kg	22,80	Jan/2009
			18,30	
-	-	60 kg	13,20	Jan/2009
			10,56	
Único	AGF e EGF	60 kg	17,10	Jul/2008

Preços Mínimo - Sementes

Safras de Verão e de Produtos Regionais 2008/2009 e do Norte e Nordeste 2009

Produtos	Regiões e Estados amparados	R\$/kg		Início de Vigência
		Grão/Caroço	Sementes ¹	
Algodão ⁽²⁾	Brasil	0,1580	0,6892	Jan/2009
Amendoim	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,7228	2,4064	Jan/2009
Arroz longo fino	Brasil	0,5160	0,9762	Jan/2009
Arroz longo		0,3267	0,6180	
Feijão ⁽³⁾	Brasil	1,3333	2,5451	Jan/2009
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	0,8833	1,4806	Jan/2009
Juta/Malva	Norte e Maranhão		4,7377	Jan/2009
Milho híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	1,6337	Jan/2009
	Mato Grosso e Rondônia	0,2200	1,3070	
	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽⁴⁾	0,3167	1,8813	Jun/2009
Milho variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2750	0,9080	Jan/2009
	Mato Grosso e Rondônia	0,2200	0,7264	
	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽⁴⁾	0,3167	1,0455	Jun/2009
Soja	Brasil	0,3800	0,8742	Jan/2009

Produtos	Regiões e Estados amparados	R\$/kg		Início de Vigência
		Grão/Caroço	Sementes ¹	
Sorgo híbrido	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽⁴⁾	0,2850	1,6931	Jun/2009
Sorgo variedade	Sul, Sudeste e Centro-Oeste (exceto MT)	0,2200	1,3070	Jan/2009
	MT e RO	0,1760	1,0456	
	Norte (exceto RO) e Nordeste ⁽⁴⁾	0,2850	1,6931	Jun/2009

(1) Genética, básica e certificada, S1 e S2, de acordo com o artigo 35 do Decreto 5.153, de 23 de julho de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

(2) Regiões Norte e Nordeste (exceto BA-Sul), início de vigência em junho/2009.

(3) Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA- Sul, início de vigência em novembro/2008.

(4) Ba- Sul, Sul do MA, Sul do PI e TO inicio de vigência em janeiro/2009

RECOMPOSIÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS

Uma das orientações do PAP 2008/2009 é que no pico da safra (momento da colheita), quando os preços de mercado tendem a cair, o Governo compre produtos que poderão ser utilizados para regular o mercado no período de entressafra, seja no abastecimento ou no controle de preço. A proposta é de que os estoques públicos passem de 1,5

milhões de toneladas em 2008, para 6 milhões de toneladas em 2009, montante superior inclusive aos estoques de 2006 que eram da ordem de 4 milhões de toneladas.

Estoques Públicos de Alimentos - toneladas - Posição Junho

Produto	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Proposta para 2009
Arroz	1.313	57	3	73	1.119	1.130	1.372	1.600
Farináceos	67	-	-	-	1	1	-	-
Feijão	-	-	1	4	4	81	5	100
Milho	820	93	1.195	1.581	2.293	2.433	211	4.100
Trigo	-	-	152	961	618	6	6	200
Total	2.200	150	1.351	2.619	4.035	3.651	1.594	6000

Fonte: Conab.

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) conta com um orçamento, em 2008, de R\$ 160 milhões, valor que supera em 60,8% o orçamento do ano anterior. Se integralmente aplicado, esse montante contemplará 72 mil produtores, na contratação de 82 mil apólices de seguro. O valor é suficiente para garantir capital da ordem de R\$ 7 bilhões e dar cobertura para 6 milhões de hectares, cerca de 10% da área cultivada com culturas anuais e permanentes. Em 2007, foram aplicados R\$ 61 milhões em subvenção, proporcionando cobertura para 2,3 milhões de hectares e garantindo capital da ordem de R\$ 2,7 bilhões. O resultado foi significativamente maior que o verificado em 2006, quando foram aplicados R\$ 31,1 milhões em subvenção.

Medidas Estruturais

A agropecuária brasileira tem registrado avanços significativos em relação à produção e produtividade, mas o setor enfrenta acentuadas restrições de logística e transportes. As deficiências de infra-estrutura comprometem significativamente os custos de produção e contribuem para o aumento dos preços dos produtos agropecuários, já onerado pela alta mundial do custo de produção. Minimizar esse problema é fundamental para consolidar o Brasil como produtor e exportador de produtos agrícolas. As obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são, assim, imprescindíveis para uma solução ainda que a longo prazo para a questão estrutural.

A infra-estrutura eficiente de estradas, ferrovias, hidrovias e portos garante o escoamento das safras para os mercados interno e externo, dando condições de competitividade e lucro para o setor agropecuário. É também fundamental para a decisão de investimento dos produtores.

Nesse sentido, em ações articuladas com diversos órgãos do Governo Federal, o Mapa indicou ações e obras de infra-estrutura essenciais para a renda do produtor rural. O resultado já está materializado no Programa de Aceleração do Crescimento PAC, pela inclusão de obras importantes como a dragagem do canal de navegação e bacia de atracação no Porto do Itaqui que, junto com o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), em São Luis (MA), viabilizarão a ampliação da capacidade de embarque do Porto, de 2,1

milhões de toneladas de grãos para 3 milhões de toneladas no próximo ano. Na segunda fase, a capacidade será ampliada para 5 milhões de toneladas.

Rodovias

Obras de restauração, duplicação, pavimentação, conservação e construção são prioritárias para o escoamento da safra, especialmente no Centro-Oeste. Estão em andamento:

- BR 158, pavimentação (400 km), entre Ribeirão Cascalheira (MT) e a divisa do Mato Grosso com o Pará;
- BR 364, construção e pavimentação (185 km), entre Diamantino a Campo Novo do Parecis (MT). A conclusão está prevista para o 4º trimestre de 2010;
- BR 163, pavimentação e conclusão da obra (1.024 km), entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA). A conclusão está prevista para o 4º trimestre de 2011;
- BR 242, construção da rodovia para a interligação de Ribeirão Cascalheira e Sorriso (MT);
- BR 174, manutenção e conservação no trecho da rodovia no Mato Grosso serão concluídas até o final de 2008.

Hidrovias

Está prevista para até 2010 a conclusão da primeira eclusa de Tucuruí (no rio Tocantins/PA).

Ferroviás

A retomada dos investimentos em ferrovias permitirá maior equilíbrio da matriz de transportes para escoamento da produção agropecuária. Entre as obras em andamento, destaca-se a construção e ampliação de ferrovias que formarão o corredor Centro-Norte, e contribuirão para a redução de custos com fretes e aliviará a pressão sobre os portos das Regiões Sul e Sudeste.

A Ferrovia Norte-Sul integrará os estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo e terá 2.258 km de extensão. Até o final de 2009 estarão concluídos os 358 km do trecho Norte da ferrovia, que liga Açailândia (MA) a Palmas (TO). Hoje, 147 Km já estão prontos.

Outra obra ferroviária importante para o Centro-Oeste, com previsão de ser concluída até dezembro de 2010, é a do trecho da Ferronorte (MT) entre o Alto Araguaia e Rondonópolis (260 km). O agronegócio será beneficiado ainda com a construção de um ramal da Ferrovia do Oeste do Paraná (Ferroeste), ligando Cascavel (PR) até Maracaju (MS).

Na região Nordeste, destaca-se a construção da Ferrovia Nova Transnordestina, que ligará os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) a Eliseu Martins (PI). A conclusão dessa obra está prevista para dezembro de 2010.

Estudos de viabilidade técnico-econômica e ambiental para a conexão da Ferrovia Transnordestina e Ferrovia Norte-Sul, trecho Estreito (MA) a Eliseu Martins (PI), serão concluídos até agosto de 2008. Também foram iniciados levantamentos para a concessão da Ferrovia de Integração Leste- Oeste (Ilhéus/BA a Alvorada/TO) e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste – Leste (Uruaçu/GO e Vilhena/RO).

Portos

O Programa Nacional de Dragagem, que está sendo implementado pela Secretaria Especial de Portos, beneficiará 16 portos brasileiros, dentre eles, sete importantes centros importadores/exportadores de insumos e produtos agropecuários, como Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Itajaí (SC), Santos (SP), Vitória (ES), Aratu (BA) e Itaqui (MA).

ELIMINAÇÃO DO AFRMM SOBRE A IMPORTAÇÃO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS

A alíquota de 25% do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre as importações de insumos agropecuários, e também na cabotagem, (para transporte de produtos agropecuários), aumenta ainda mais os custos agropecuários. Por isso, o Mapa defende a eliminação do AFRMM, o que dará vantagens competitivas ao setor agropecuário brasileiro. Desde maio, a importação de trigo conta com isenção do AFRMM, medida válida até dezembro de 2008.

ABERTURA DO MERCADO DE NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM PARA OS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

A reserva de mercado para navios de bandeira brasileira no transporte de cabotagem, principalmente depois da constituição do Mercosul, tornouse um entrave para a comercialização interna da produção agrícola brasileira.

Isso porque a falta de competição do transporte marítimo entre navios estrangeiros e os de bandeira nacional, encarece o custo do frete e reduz a renda do produtor nacional. O Mapa entende que a eliminação dessa reserva de mercado aumentará as condições competitivas da agropecuária brasileira.

ADUBOS

Trata-se de uma questão estratégica e até de segurança para a produção agrícola, devido à alta dependência externa, à pouca democratização da comercialização, à escalada dos preços, e à alta participação nos custos de produção.

O governo está mobilizando suas instituições e inteligências para apresentar, até o final deste ano, alternativas de médio e longo prazos. Dentre estas, estuda-se a possibilidade de auto-suficiência, no prazo de dez anos, em nitrogenados e fosfatados, e a redução da dependência de potássio.

Medidas Setoriais

Intensificação do apoio ao financiamento da cafeicultura

Para a safra 2008/2009, o Mapa intensificará a liberação de linhas de crédito para o financiamento da colheita, da estocagem e do custeio, com a alocação de R\$ 2,4 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), para financiar o setor. Desse montante:

R\$ 453 milhões vão para custeio;

R\$ 496 milhões para colheita;

R\$ 898 milhões para estocagem;

R\$ 313 milhões para Financiamento para Aquisição de Café (FAC) e

R\$ 240 milhões para investimento.

A partir de 2008, a linha de financiamento de colheita poderá ser convertida integralmente em estocagem, com prazo de vencimento alongado em até 18 meses e taxas de juros reduzidas de 9,5% para 7,5% ao ano. O objetivo dessa medida é consolidar a política anticíclica para o setor, em razão da questão da bianualidade do café, que alterna safras maiores com safras deprimidas, além de estabelecer um fluxo regular da oferta.

• Plano Nacional de Logística de Transportes

O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) tem como meta criar uma base de dados e instrumentos de análise, sob a ótica logística, para oferecer apoio ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infra-estrutura e na organização dos transportes. Assim, o setor de transportes poderá contribuir para o alcance das metas econômicas, sociais e ecológicas do Brasil, rumo ao desenvolvimento sustentado.

O plano de trabalho do PNLT é constituído por quatro blocos básicos de atividades, cada um com seu conjunto de tarefas.

O PNLT resultou da necessidade de retomada do processo de planejamento, com base científica no País, visando dotar o Ministério dos Transportes de uma metodologia formalmente definida de avaliação de políticas públicas em transportes.

O Plano integra, ao lado de outras referências, o conjunto de subsídios utilizados na elaboração das contribuições do MT ao PPA 2008-2011, para orientar os agentes quanto às prioridades da sociedade, bem como servir de instrumento privilegiado para otimizar a exploração das oportunidades.

O Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) tem por objetivo formalizar e perenizar uma base de dados e instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infra-estrutura e na

organização dos transportes, de modo a que o setor possa contribuir para a consecução das metas econômicas, sociais e ecológicas do País, em horizontes de médio a longo prazo, rumo ao desenvolvimento sustentado.

O coordenador do Plano Nacional de Logística e Transportes é o secretário de Política Nacional de Transportes, o engenheiro Marcelo Perrupato e Silva. Seus e-mails de contato são marcelo.perrupato@transportes.gov.br e perrupato@centran.eb.br.

O Plano Nacional de Logística de Transporte, apresenta um estudo detalhado para o setor, com um plano de investimento e expansão até 2023, que deverá ser considerado na execução do MacroZEE da Amazônia Legal.

Um primeiro e fundamental objetivo do PNLT é a retomada do processo de planejamento no Setor dos Transportes, dotando-o de uma estrutura permanente de gestão e perenização desse processo, com base em um sistema de informações georreferenciadas contendo todos os principais dados de interesse do setor, quer na parte de oferta, envolvendo todas as modalidades de transporte, quer na parte de demanda, por meio da institucionalização do acesso às bases de dados socioeconômicos disponíveis nos diversos órgãos e instituições afins e correlatos com o setor.

Um segundo objetivo, também relevante, é a consideração dos custos de toda a cadeia logística que permeia o processo que se estabelece entre as origens e os destinos dos fluxos de transporte, levando à otimização e racionalização dos custos associados a essa cadeia, ao invés da simples consideração dos custos operacionais das diversas modalidades de transporte envolvidas. Isso é fundamental para melhorar a eficiência e a competitividade da economia nacional e reflete a realidade dos mercados doméstico e internacional em que se processam as relações comerciais no mundo globalizado.

Um terceiro objetivo é a necessidade de efetiva mudança, com melhor equilíbrio, na atual matriz de transporte de cargas do País, na medida em que a otimização e a racionalização citadas acima estão associadas ao uso mais intensivo e adequado das modalidades ferroviária e aquaviária, tirando partido de suas eficiências energéticas e produtividades no deslocamento de fluxos de maior densidade e distância de transporte.

Indicadores Socioeconômicos dos Vetores Logísticos

INDICADORES		VETORES LOGÍSTICOS							BRASIL	
		1.000 KM ²	AMAZÔNICO	CENTRO-NORTE	LESTE	NORDESTE SETENTRIONAL	NORDESTE MERIDIONAL	CENTRO-SUDESTE		
Área		3.372,09	1.721,51	653,67	555,14	669,88	1.117,81	436,31	8.526,40	
	% BR	39,55	20,19	7,67	6,51	7,86	13,11	5,12	100,00	
PIB Total (Preços de 2005 em Milhões de R\$)	2002	Absoluto	61.892	58.967	448.963	132.833	92.470	763.709	236.785	1.795.619
		% BR	3,45	3,28	25,00	7,40	5,15	42,53	13,19	100,00
	2023	Absoluto	123.474	106.593	914.037	232.829	168.694	1.525.101	495.932	3.566.660
		% BR	3,46	2,99	25,63	6,53	4,73	42,76	13,90	100,00
População Total		Var % aa	3,34	2,86	3,44	2,71	2,90	3,35	3,58	3,32
	2002	Absoluto	7.391.656	13.803.263	36.957.095	27.502.692	15.358.222	55.049.721	18.338.410	174.401.059
		% BR	4,24	7,91	21,19	15,77	8,81	31,57	10,52	100,00
	2023	Absoluto	12.318.878	20.152.914	46.041.998	32.194.369	18.060.834	69.035.985	21.277.873	219.082.851
		% BR	5,62	9,20	21,02	14,70	8,24	31,51	9,71	100,00
Densidade (hab./km ²)		Var % aa	2,46	1,82	1,05	0,75	0,77	1,08	0,71	1,09
	2002		2,19	8,02	56,54	49,54	22,93	49,25	42,03	20,45
	2023		3,65	11,71	70,44	57,99	26,96	61,76	48,77	25,69
PIB per Capita (R\$)	2002		8.373,18	4.271,95	12.148,23	4.829,81	6.020,90	13.873,07	12.911,99	10.295,92
	2023		10.023,15	5.289,19	19.852,25	7.231,99	9.340,32	22.091,39	23.307,42	16.279,96
		Var % aa	0,86	1,02	2,37	1,94	2,11	2,24	2,85	2,21

Investimentos Recomendados em Infra-estrutura de Transportes, por Modal, até 2023

Período	Modo de transporte	Extensão/quantidade	Recursos (milhões de r\$)	Participação modal no total de investimentos (milhões de r\$)
2008-2011	Rodoviário	19.743	42.296,00	72.700,00
	Ferroviário	4.099	16.969,00	
	Hidroviário	3.363	2.672,00	
	Portuário	56	7.301,00	
	Aeroportuário	13	3.462,00	
2012-2015	Rodoviário	3.769	13.109,00	28.573,00
	Ferroviário	2.183	3.048,00	
	Hidroviário	3.244	3.962,00	
	Portuário	58	5.450,00	
	Aeroportuário	13	3.004,00	
Após 2015	Rodoviário	19.691	18.789,00	71.141,00
	Ferroviário	13.974	30.539,00	
	Hidroviário	7.882	6.173,00	
	Portuário	55	12.411,00	
	Aeroportuário	14	3.229,00	
Total modal	Rodoviário	43.203	74.194,00	43,0%
	Ferroviário	20.256	50.556,00	29,4%
	Hidroviário	14.489	12.807,00	7,4%
	Portuário	169	25.162,00	14,6%
	Aeroportuário	40	9.695,00	5,6%
Total Brasil			172.414,00	100,0%

Investimentos nos Modais por Vetor Logístico

Modal	Indicadores	Vetores Logísticos							% do Modal no Total BR
		Amazônico	Centro-Norte	Nordeste Setentrional	Nordeste Meridional	Leste	Centro-Sudeste	Sul	
Aeroportuário	Valor (milhões de R\$)	532.060,00	118.180,00	2.714.370,00	94.590,00	2.379.130,00	3.088.220,00	767.840,00	9.694.390,00
	% no Vetor	3,1	0,7	13,9	0,6	6,8	7,9	2,6	-
	% do Modal no Brasil	5,5	1,2	28,0	1,0	24,5	31,8	8,0	100,0
Ferroviário	Valor (milhões de R\$)	- 6.600.980,40	6.907.521,59	4.953.023,95	11.857.021,43	8.069.513,32	12.167.488,63	50.555.549,32	
	% no Vetor	0,0	41,6	35,4	30,0	33,8	20,7	42,0	-
	% do Modal no Brasil	0,0	13,0	13,7	9,8	23,5	16,0	24,0	100,0
Hidroviário	Valor (milhões de R\$)	6.026.569,51	3.909.258,83	276.610,00	280.015,98	-	125.834,38	2.187.443,61	12.805.732,31
	% no Vetor	35,4	24,7	1,4	1,7	0,0	0,3	7,5	-
	% do Modal no Brasil	47,0	30,5	2,2	2,1	0,0	1,0	17,1	100,0
Portuário	Valor (milhões de R\$)	983.000,00	1.046.150,00	2.338.660,00	946.895,00	6.944.970,00	9.188.070,00	3.721.155,00	25.168.900,00
	% no Vetor	5,2	6,6	12,0	5,7	19,8	23,5	12,8	-
	% do Modal no Brasil	3,6	4,2	9,3	3,8	27,7	36,6	14,8	100,0
Rodoviário	Valor (milhões de R\$)	9.862.894,00	4.182.500,00	7.289.130,00	10.226.147,00	13.898.284,00	18.573.540,00	10.157.378,00	74.189.873,00
	% do Vetor	56,3	26,4	37,3	62,0	39,6	47,6	35,0	-
	% do Modal no Brasil	13,0	5,7	9,9	13,8	18,7	25,2	13,7	100,0
Total	Valor (milhões de R\$)	17.404.523,51	15.857.069,23	19.526.291,59	16.500.671,93	35.079.405,43	39.045.177,70	29.001.305,24	172.414.444,63
	% no Brasil	9,9	9,2	11,3	9,6	20,4	22,7	16,9	100,00

Investimentos em Transportes no Vetor Amazônico, no Período, 2008-2011

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação Modal no Total (%)
Aeroportuário	não simulável	Ampliação	Ampli. do Term. de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM)	246.900	2,5
Hidroviário	MTH107	Construção	Rio Madeira: Construção de Eclusas	1.400.000	13,9
Portuário	não simulável	Construção	Amazônia: Construção de 120 Terminais Hidroviários	500.000	
		Construção	Porto de Vila do Conde (PA): Construção do Pier 400	40.000	5,4
Rodoviário	MTRP003	Pavimentação	BR-364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – 100 km restantes	90.000	
	MTRP013	Pavimentação	BR-364: Construção e Pavimentação de 210 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul (AC)	242.500	
	MTRP014	Pavimentação	BR-317: Construção e Pavimentação entre Boca do Acre (AM) e Div. AM/AC	144.600	
	MTRP016	Pavimentação	BR-319: Pavimentação e Recuperação de trechos Manaus (AM) - Porto Velho (RO) – 711 km	675.000	
	MTRP020	Pavimentação	BR-230: Marabá (PA) - Altamira (PA) – Construção/Pavimentação	511.530	
	MTRP021	Pavimentação	BR-163: Div. MT/PA – Mirituba (PA) - Rurópolis (PA) – 820 km	781.760	
	MTRP109	Pavimentação	BR-230: Itaituba/PA (Entr.BR-163) - Altamira/PA (Entr. BR-158) – Construção/Pavimentação	522.910	
	MTRP111	Pavimentação	BR-230: Construção e Pavimentação entre Humaitá (AM) e Lábrea (AM)	227.470	
	MTRP130	Pavimentação	BR-163: Construção e Pavimentação Matupá (MT) - Itaituba (PA)	1.300.000	78,2
	MTRP131	Pavimentação	BR-364: Diamantino (MT) - Sapezal (MT) - Comodoro (MT) – Construção e Pavimentação	528.000	
	RP127	Pavimentação	Construção da Rodovia entre BR-163, Alta Floresta (MT) - Cachoeira Rasteira (MT)	315.040*	
	RP158	Pavimentação	Pavimentação do trecho entre Sapezal (MT) e Campo Novo do Parecis (MT)	400.740*	
	RR097	Recuperação	BR-364: Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC)	596.592*	
	RR103	Recuperação	BR-174: Manaus (AM) - Boa Vista (RR)	911.868*	
	RR104	Recuperação	BR-174: Boa Vista (RR) - Fronteira Brasil-Venezuela	254.460*	
	RR110	Recuperação	BR-163: Sinop (MT) - Matupá (MT)	66.252*	
	RR151	Recuperação	BR-364: Rio Branco (AC) - Sena Madureira (AC)	171.492*	
	MTRA151	Adequação de Capacidade	BR-163: Santarém (PA) - Rurópolis (PA)	100.000	
	MTRP004	Pavimentação	BR-242: Sorriso (MT) - Entr. BR-158 – 465 km	320.000	
				Total	10.347.114
					100,0

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação do Modal no Total (%)	
Aeroportuário	Não Simulável	Ampliação	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes (AM)	121.220	5,6	
Hidroviário	Sem Sensibilidade	Recuperação	Navegabilidade do Sistema Fluvial Solimões/Amazonas (IIRSA)	115.000		
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Içá no Estado do Amazonas (Integração com o Rio Putumayo) (IIRSA)	18.400		
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho (RO) - Guyaramerim (BOL) – Eclusa de Abunã (IIRSA)	500.000	89,6	
		Recuperação	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho (RO) - Guyaramerim (BOL) – Eclusas de Jirau/Santo Antônio (IIRSA)	1.300.000		
Portuário	Não Simulável	Implantação	Implantação do Porto Centro-amazônico em Manaus (AM)	23.000		
		Construção	Porto de Manaus (AM): Novo Terminal	80.000	4,8	
				Total	2.157.620	
					100,0	

Modo de Transporte	Código	Tipo de Intervenção	Descrição	Custo estimado (mil R\$)	Participação do Modal no Total (%)
Aeroportuário	Não Simulável	Ampliação	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto de Porto Velho (RO)	13.870	3,3
		Construção/ Ampliação	Novo Terminal de Passageiros e Ampliação do Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Porto Velho (RO)	150.070	
Hidroviário	MTH107	Implantação	Hidrovia Teles Pires-Juruena-Tapajós	1.428.750	55,0
	MTH108	Recuperação	Navegabilidade dos Rios Branco e Negro no Trecho Manaus (AM)-Boa Vista (RR) (IIRSA)	800.000	
	MTH110	Recuperação	Adequação da Hidrovia do Madeira	120.000	
	MTH112	Recuperação	Melhoramento da Navegabilidade do Rio Acre (entre Boca do Acre/AM e Rio Branco/AC)	21.750	
	MTH113	Recuperação	Melhoramento da Navegabilidade do Rio Juruá Sté Cruzeiro do Sul (AC)	164.655	
	MTH167	Recuperação	Navegabilidade do Rio Negro entre Cucui (AM) e Manaus (AM) (Integração com o Rio Orinoco) (CAF)	118.065	
	Sem Sensibilidade	Construção	Terminal de Contêineres no Porto de Porto Velho (RO)	39.950	
Portuário	Não Simulável	Construção	Construção do Terminal Bi-Modal da CEASA (Manaus/AM)	170.000*	6,9
		Construção	Porto de Itacoatiara (AM): Construção de Novo Terminal	170.000*	
Rodoviário	MTRP015	Pavimentação	BR-429: Entroncamento BR-364 - Costa Marques (RO) – Pavimentação – 344 km	618.000	34,8
	MTRP017	Pavimentação	BR-401: Boa Vista (RR) - Fronteira c/ Guiana – Conclusão dos 75 km que faltam	58.000	
	RP095	Pavimentação	Pavimentação da Rodovia BR-230 (Transamazônica) entre Itaituba (PA) e Lábrea (AM)	1.026.680*	
				Total	4.899.790
					100,0

Deve-se lembrar também que o PNLT considerou a integração com a América do Sul, objeto da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura da América do Sul – IIRSA, razão pela qual foram agregados aos vetores logísticos nacionais outros vetores representativos do processo de integração continental, aqui não entendidos com a mera visão de “corredores bi-oceânicos”, mas dentro da visão estratégica de integração e desenvolvimento continentais.

- Arco Norte
- Amazonas
- Pacífico Norte
- Bolívia
- Prata / Chile

Vetores Logísticos e de Integração Continental



Fonte: IIRSA / Processamento PNLT

Região	Estado	Modo	Listagem Geral PNLT - Projetos Rodoviários	Custo Est. (b) R\$ mil
Nordeste	MA	R	BR-010: Imperatriz - Açailândia - Adequação de capacidade 66 km	132.000
Nordeste	MA	R	BR-010: Imperatriz - Construção de Travessia Urbana	14.000
Nordeste	MA	R	BR-010: Adequação do trecho Estreito - Imperatriz	81.560
Nordeste	MA	R	BR-135: Ponte do Estreito dos Mosquitos - Entronc.BR-316 - Duplicação	135.000
Nordeste	MA	R	BR-226: Timon - KM 100 - Pavimentação - 100 km	100.000
Norte	AC / AM	R	BR-317: Construção e pavimentação de Rio Branco a Boca do Acre	216.090
Norte	AC	R	BR-364: Construção e Pavimentação de 210 km entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul	242.500
Norte	AM	R	BR-317: Construção/Pavimentação entre Boca do Acre e Div. AM/AC	92.000
Norte	AM	R	BR-230: Construção/Pavimentação entre Humaitá e Lábrea	227.470
Norte	RO	R	BR-429: Entronc.BR 364 – Costa Marques - Pavimentação 344 km	618.000
Norte	RO	R	BR-364: Candeias do Jamari – Porto Velho (Campus da UNIR) - Adequação	150.000
Norte	AM / RO	R	BR-319: Pavimentação e Recuperação de trechos entre Manaus(AM) e Porto Velho(RO) - 286 km	400.000
Norte	AM / RO	R	Ponte sobre o Rio Abuná na BR-364 (Divisa AC / RO): Construção	80.000
Norte	RR	R	BR-174: Contorno de Boa Vista 37,3 km	62.000
Norte	RR	R	BR-401: Bonfim – Normandia - Construção/Pavimentação	33.000
Norte	RR	R	BR-401: Boa Vista - Fronteira c/ Guiana Conclusão dos 75 km que faltam	58.000
Norte	RR	R	BR-401: Ponte Internacional sobre o Rio Itacutu Conclusão	12.000
Norte	EXTERIOR	R	Rodovia Arco Norte: Guiana Inglesa - Suriname - Guiana Francesa - Oiapoque (AP) - ESTUDOS E PROJETOS	20.000
Norte	EXTERIOR	R	Rodovia de Ligação com o Pacífico: Assis Brasil (AC) - Inapari - Ilo / Matarani (Peru) - Construção	1.500.000
Norte	EXTERIOR	R	Rodovia de Ligação com o Pacífico: Cruzeiro do Sul (AC) - Pucalpa - Lima (Peru) - ESTUDOS E PROJETOS	20.000
Norte	EXTERIOR	R	Rodovia Ciudad Guyana (VEN) - Georgetown - Panamaribo - Saint Laurent - Oiapoque - ESTUDOS E PROJETOS	20.000
Norte	AP	R	BR-156: Ferreira Gomes - Oiapoque - Construção/Pavimentação - 224 km	192.660
Norte	AP	R	BR-156: Ponte sobre o Rio Oiapoque - Fronteira c/ Guiana Francesa - Construção/Pavimentação	33.000
Norte	AP	R	BR-156: Laranjal do Jari - Marzagão - Macapá - Construção/Pavimentação 244 km	268.520
Norte	PA	R	BR-230: Itaituba (Entr.BR 163) - Altamira (Entr. BR 158) - Construção/Pavimentação	522.910
Norte	PA	R	BR-230: Marabá - Altamira - Construção/Pavimentação	511.530
Norte	PA	R	BR-163: Div. MT/PA - Mirituba - Rurópolis Pavimentação 820 km	2.130.000
Norte	PA	R	BR-422 : Entronc. BR-230 - Tucuruí	21.400
Norte	PA	R	BR-163: Santarém - Rurópolis	100.000
Norte	PA	H / R / H	Corredor Multimodal Marabá - Tucuruí (H)-Transposição de Tucuruí(R)/Tucuruí - Belém (H) - PROJETOS	20.000
Norte	RR	R	Ponte sobre o Rio Itacatú na Fronteira com a Guiana	50.000
Norte	RR / EXT.	R	Rodovia da Fronteira BR/GUI a Gerogetown - ESTUDOS E PROJETOS	10.000
Norte	TO	R	BR-242: Paraná - Div. TO/MA - Pavimentação 187 km	170.000
Norte	TO	R	BR-242: Peixe - Paraná - Taquatinda - Construção/Pavimentação	31.500

Região	Estado	Modo	Listagem Geral PNLT - Projetos Portuários		Custo Est. (b) R\$ mil
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Ampliação		193.480
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Recuperação dos Berços 101 e 102 e Construção de Retroárea dos Berços 100 e 101		73.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Construção do Berço 100 e Alargamento do Cais Sul		113.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Dragagem dos Berços 100 a 103 e da Retroárea dos Berços 100 e 101		55.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Construção de Retroárea dos Berços 104/105 (Pátio p/Carga Geral e Expansão do TEGRAM)		180.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Aquisição de Equipamentos e Melhorias nos Sistemas de Apoio Operacional		34.400
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Ampliação do Terminal de Granéis Líquidos TEMMAR (arrendamento à iniciativa privada)		45.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Implantação do Terminal de Grãos - TEGRAM (arrendamento à iniciativa privada)		170.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Ampliação do Terminal da GRANÉL QUÍMICA (arrendado à iniciativa privada)		30.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Implantação do Terminal da BUNGE FERTILIZANTES (arrendamento à iniciativa privada)		8.000
Nordeste	MA	P	Porto de Itaqui: Ampliação do Terminal da PETROBRAS (arrendado)		150.000
Norte	Todos	P	Amazônia: Construção de 120 Terminais Hidroviários		500.000
Norte	AM	P	Porto de Itacoatiara: Construção de Novo Terminal		80.000
Norte	AM	P	Porto de Manaus: Novo Terminal		23.000
Norte	AM	P	Construção do Terminal Bi-Modal da CEASA (Manaus)		179.200
Norte	AM	P	Implantação do Porto Centro-Amazônico em Manaus		15.000
Norte	PA	P	Porto de Sotave: Terminal de Grãos e Contêineres		40.000
Norte	PA	P	Porto de Belém: Reforço Estrutural de Berço		39.950
Norte	PA	P	Porto de Vila do Conde: Construção do Pier 400		600.000
Norte	PA	P	Porto de Vila do Conde: Berços		120.000
Norte	PA	P	Porto de Santarém: Terminal Graneleiro		
Norte	PA	P	Complexo Portuário de Vila do Conde: Ampliação		
Norte	PA	P	Porto de Santarém: Ampliação		
Norte	PA	P	Terminal de Granéis Líquidos de Miramar: Ampliação		
Norte	PA	P	Complexo Portuário do Outeiro (SOTAVE): Implantação		
Norte	PA	P	Porto de Belém: Melhoramentos		
Norte	PA	P	Vila do Conde: Construção do Terminal Graneleiro		
Norte	PA	P	Porto de Espadarte: Construção		
Norte	RO	P	Porto de Porto Velho: Ampliação		

Região	Estado	Modo	Listagem Geral PNLT - Projetos Hidroviários	Custo Est. (b) R\$ mil
Centro-Oeste	MT	H	Terminal de Grãos em Cachoeira Rasteira	30.240
Centro-Oeste	MT	H	Terminal Hidroviário de Cáceres	18.030
Centro-Oeste	MT	H	Melhoramento da navegabilidade do rio das Mortes até Xavantina	
Centro-Oeste	MT	H	Extensão da navegação pelo rio Cuiabá até Cuiabá	
Centro-Oeste	MT	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Jauru até Porto Espírito São	
Centro-Oeste	MT	H	Canalização do rio Aguapeí (ligação Paraguai-Guaporé)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Cocalinho-Xambioá (H)/Xambioá-Estreito (R)/Estreito-São Luís (F)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Cocalinho-C. Magalhães (H)/Xambioá-Estreito (R)/Estreito-São Luís(F)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Cocalinho-S. Geraldo (H)/S. Geraldo-Marabá (R)/Marabá-São Luís (F)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Água Boa-Xambioá (H)/Xambioá-Estreito (R)/Estreito-São Luís (F)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Água Boa-C. Magalhães (H)/Xambioá-Estreito (R)/Estreito-S. Luís(F)	
C.Oeste/Nordeste	MT/TO/MA	H / R / F	Implantação do Corredor Multimodal Água Boa-S. Geraldo (H)/S. Geraldo-Marabá (R)/Marabá-São Luís (F)	
C.Oeste/Norte	MT / PA	H	Hidrovia Teles Pires - Juruena – Tapajós	1.092.750
C.Oeste/Norte	MT / PA	H	Implantação da Hidrovia Araguaia - Tocantins	
C.Oeste/Norte	MT / PA	H	Implantação da Hidrovia Teles Pires - Tapajós (1043 km)	336.000
C.Oeste/Norte	MT / PA	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Teles Pires até Nova Floresta	
Nordeste	MA	H	Melhoramento da navegabilidade dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú	
Nordeste	MA	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Balsas	
Norte	AM	H	Navegabilidade do Sistema Fluvial Solimões / Amazonas (IIRSA)	115.000

Norte	AM	H	Navegabilidade do Rio Içá no Estado do Amazonas (integração com o Rio Putumayo) (IIRSA)	18.400
Norte	AM	H	Navegabilidade dos Rios Branco e Negro no trecho Manaus - Boa Vista (IIRSA)	800.000
Norte	AM	H	Navegabilidade do Rio Negro entre Cucui e Manaus (integração com o Rio Orinoco) (CAF)	
Norte	AM	H	Navegabilidade do Rio Purús entre Boca do Acre e Manaus	115.000
Norte	AM / RO	H	Adequação da Hidrovia do Madeira	120.000
Norte	PA	H	Melhoramentos nas Condições de Navegabilidade na Hidrovia do Tocantins-Araguaia	
Norte	PA	H	Implantação da Hidrovia do Marajó	
Norte	PA	H	Derrocamento do Rio Tocantins (próximo a Marabá)	60.000
Norte	PA	H	Dragagem e Balizamento do Rio Tocantins entre Marabá e Tucuruí, para calado mínimo de 2,00 m	
Norte	PA	H	Recuperação do Balizamento do Rio Tocantins entre Tucuruí e a Foz	
Norte	PA	H	Dragagem de Bancos de Areia no Rio Tocantins nos Municípios de Itupiranga e Nazaré dos Patos	
Norte	PA	H	Derrocamento do "Pedral" do Lourenço no Rio Tocantins entre Tucuruí e a Foz	
Norte	PA	H / R / H	Implantação do Corredor Multimodal Marabá - Tucuruí (H)-Transposição de Tucuruí(R)/Tucuruí - Belém (H)	
Norte	PA	H	Construção de Eclusas na Hidrelétrica de Tucuruí	611.000
Norte	PA / TO	H	Canal nas Corredeiras de Santa Isabel do Araguaia	593.640
Norte	TO	H	Terminais no Rio Tocantins	102.920
Norte	TO	H	Construção da Eclusa de Serra Quebrada no Rio Tocantins	
Norte	TO	H	Construção da Eclusa de Lajeado no Rio Tocantins	572.000
Norte	TO	H	Construção do Canal das Corredeiras de Santa Isabel no Rio Araguaia	168.000
Norte	TO	H	Melhorias da Navegabilidade do Rio Tocantins nas Corredeiras entre Estreito e Marabá	264.000
Norte	RO	H	Terminal de Contêineres no Porto de Porto Velho	39.950
Norte	RO	H	Construção de Berços no Porto de Porto Velho	
Norte	RO	H	Construção de Eclusas no Rio Madeira	1400000
Norte	RO	H	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho - Guyaramerim (BOL)-Eclusas de Jirau/Santo Antonio (IIRSA)	1.300.000
Norte	RO	H	Navegabilidade do Rio Madeira entre Porto Velho - Guyaramerim (BOL) - Eclusa de Abunã (IIRSA)	500.000
Norte	RO	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Guaporé até Vila Bela	
Norte	RO	H	Construção do terminal rodovia-hidroviário de Guajará-Mirim	
Norte	RO	H	Construção do terminal rodovia-hidroviário de Vila Bela	
Norte	RO	H	Canalização do rio Machado até Ji-Paraná	
Norte	RO/MT	H	Canalização dos rios Barbados e Alegre (ligação Guaporé-	
Norte	AC/AM	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Acre (entre Boca do Acre e Rio Branco)	
Norte	AM	H	Ampliação do porto de Coari	
Norte	AM	H	Construção do porto de Boca do Acre	
Norte	AM	H	Construção do porto de Tefé	
Norte	AM	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Juruá até Cruzeiro do Sul	
Norte	AM	H	Reconstrução do porto de Tabatinga	
Norte	AM	H	Melhoramento da navegabilidade do rio Japurá até Vila Bitancourt	
Norte	PA	H	Melhoramento da navegabilidade do trecho Marabá- foz do Araguaia (derrocamento)	
Norte	PA	H	Melhoramento da hidrovia Guaporé-Canim	

Região	Estado	Modo	Listagem Geral PNLT - Projetos Aeroviários	Custo Est. (b) R\$ mil
Norte	AM	A	Ampliação do Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	246.900
Norte	AM	A	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes	121.220
Norte	AP	A	Novo Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto de Macapá	8.320
Norte	AP	A	Novo Terminal de Passageiros e Ampliação do Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Macapá	109.860
Norte	RO	A	Novo Terminal de Passageiros e Ampliação do Pátio de Aeronaves do Aeroporto de Porto Velho	150.070
Norte	RO	A	Ampliação do Terminal de Carga Doméstica do Aeroporto de Porto Velho	13.870

• **Plano BR-163**

O Plano BR-163 tem como objetivo geral implementar um novo modelo de desenvolvimento local e regional e organizar a ação de Governo, com base na valorização do patrimônio sócio-cultural e natural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras e no uso sustentável dos recursos naturais, visando à elevação do bem estar da população em geral.

Os objetivos específicos previstos no Plano são:

- Prevenir e mitigar impactos associados à pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém, em particular os conflitos fundiários, a violência no campo, o deslocamento de produtores familiares e populações tradicionais de seus territórios, o desmatamento acelerado e outros problemas socioambientais.
- Promover um conjunto de ações voltadas à criação das condições estruturantes necessárias ao desenvolvimento local e regional, nas áreas de ordenamento territorial e ambiental, fomento a atividades sustentáveis com inovação tecnológica e agregação de valor, melhorias na logística de infra-estrutura sócio-econômica e fortalecimento da inclusão social e cidadania.
- Ampliar a presença do Estado, garantindo maior governabilidade sobre os processos de ocupação territorial e maior capacidade de orientação dos processos de transformação sócio-produtiva.
- Estimular processos de diálogo, negociação e formação de consenso entre órgãos governamentais e diferentes grupos da sociedade, em contextos democráticos de gestão de políticas públicas, contemplando as necessidades de arbitragem de conflitos pelo Estado.
- Promover a gestão compartilhada das políticas públicas, por meio da efetivação de parcerias entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal).
- Reconhecer e valorizar a diversidade sócio-cultural, econômica e ambiental nos territórios contemplados na área de abrangência do Plano, como aspecto fundamental de sua estratégia de implementação.
- Promover uma estratégia de ordenamento territorial capaz de impedir movimentos indesejados de ocupação de áreas conservadas da floresta e de estimular a melhor utilização de áreas já desmatadas que, às vezes, encontram-se abandonadas.
- Fomentar as atividades produtivas pautadas no uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade, com densidade técnico-científico, valorização de sabedorias das populações locais e agregação de valor, de modo a contribuir para a geração de emprego e renda e para o fortalecimento da segurança alimentar.
- Apoiar a estruturação dos núcleos urbanos, considerando suas funções de apoio à produção (energia, armazenagem, transportes e comunicações) e de prestação

de serviços essenciais à qualidade de vida de seus habitantes (saneamento básico, destinação de resíduos sólidos, saúde, educação e segurança pública).

Para maximizar o alcance de seus objetivos, a estratégia de implementação do Plano BR-163 Sustentável adotará as seguintes diretrizes norteadoras:

- Estimular o desenvolvimento com equidade, evitando-se a reprodução de uma sociedade desigual, em que poucos se beneficiam dos investimentos e das iniciativas organizadas para a região.
- Minimizar o desmatamento ilegal, associado à transformação da estrutura produtiva regional, impedindo a replicação do padrão extensivo do uso do solo que caracterizou a economia de fronteira da Amazônia nas últimas décadas.
- Fortalecer e empoderar a sociedade civil da região, para que o avanço da presença do Estado se construa em sinergia com o engajamento da sociedade local.

As metas e ações previstas no Plano estão descritas a seguir:

Ordenamento Fundiário e Territorial.

- a) Expedição da Portaria Conjunta nº 10 do INCRA/MDA, de 1º/12/04, que cria mecanismos para promover o ordenamento fundiário e inibir práticas de grilagem em terras públicas, muitas vezes relacionadas a atos de violência e à exploração predatória dos recursos naturais.
- b) Aprovação da Lei nº 11.196/2005, que define novos parâmetros para a regularização de ocupações entre 100 e 500 hectares em terras públicas.
- c) Realização, pela Polícia Federal, da “Operação Faroeste”, com o objetivo de desarticular as quadrilhas especializadas em “grilagem” de terras públicas atuantes no oeste do Pará (com a detenção de um conjunto de pessoas, inclusive ocupantes de cargos públicos, para averiguação e apuração de responsabilidades).
- d) Criação da Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR 30/E) em maio de 2005 e recuperação das sedes em Santarém e Altamira; recuperação da frota de veículos; aquisição de novas viaturas e computadores; informatização dos escritórios; contratação de servidores temporários e realização de concurso público para contratação de 90 técnicos.
- e) Criação, em 2005, de 19 Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS, em uma área de 1,2 milhão de hectares e capacidade de assentamento de cerca de 6.200 famílias.
- f) Assentamento de 18.000 famílias, extrapolando em 20% a meta prevista para a SR 30/E em 2005 que era de 15.000 famílias.
- g) Realização, pelo INCRA, de levantamento sócio-econômico e legitimação de sete Áreas Quilombolas em Santarém e Oriximiná/PA.

- h) Realização, pelo INCRA, de cadastramento de 500 posses em Novo Progresso, Itaituba, Santarém e Altamira (localidade de Castelo de Sonhos).
- i) Realização de georreferenciamento de 6.126 lotes nas glebas Curuá-Una, Pacajá e Belo Monte totalizando cerca de 1,5 milhão de hectares.
- j) Instituição de cinco Áreas de Limitação Administrativa Provisória (mediante a Medida Provisória nº 239) no sudoeste do Pará, num total de 8,2 milhões de hectares de terras públicas federais e criação de Grupo de Trabalho Técnico para a realização de estudos e posterior definição, após discussão com o Governo do Pará e representantes da sociedade local, de sua melhor destinação. Essa ação resultou na criação de um mosaico de unidades de conservação apresentados no item “n”.
- k) Realização, pelo Ministério da Integração Nacional, através da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), de investimento de R\$ 5 milhões para a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da Área de Influência da BR-163, projeto coordenado pela EMBRAPA Amazônia Oriental e tendo a participação do IBGE, SIPAM, DNPM, CPRM, MPEG, UFPa e SECTAM/PA.
- l) Realização, pelo Ministério do Meio Ambiente, de investimento de cerca de R\$ 7 milhões para a elaboração de Planos Diretores Municipais (PDM), ZEE Municipais e “Agendas 21” em 23 municípios da área de influência da BR-163.
- m) Criação de um mosaico de unidades de conservação no centro-oeste do Pará entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005, compreendendo uma área total de 5,84 milhões de hectares, consistindo na criação de duas novas unidades de conservação de uso sustentável em novembro de 2004: Reserva Extrativista Verde para Sempre (1.288 mil hectares) e Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (736 mil hectares), com o objetivo de garantir os direitos de populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, e na criação de duas novas unidades de conservação de proteção integral em fevereiro de 2005: Estação Ecológica da Terra do Meio (3.373 mil hectares) e Parque Nacional da Serra do Pardo (445 mil hectares), com o objetivo de neutralizar as ações predatórias ao ambiente em terras públicas.
- n) Criação de um mosaico de Unidades de Conservação em parte da Área de Limitação Administrativa Provisória - ALAP do sudoeste do Pará, entre maio de 2005 e fevereiro de 2006, num total de 6,8 milhões de hectares, com o objetivo de fomentar a produção florestal madeireira e não-madeireira em bases sustentáveis, ordenar as atividades garimpeiras e assegurar a preservação do meio ambiente. As novas unidades de conservação de uso sustentável somam 4,9 milhões de hectares, incluindo a Floresta Nacional do Jamanxim (1.301 mil hectares), a Floresta Nacional do Crepori (740 mil hectares), a Floresta Nacional Amana (540 mil hectares), a Floresta Nacional do Trairão (257 mil hectares) e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (2.059 mil hectares), esta última envolvendo a quase totalidade da Reserva Garimpeira do Tapajós. As novas unidades de conservação de proteção integral somam 1,9 milhões de hectares, compreendendo a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo (342 mil hectares), o Parque Nacional do Jamanxim (859 mil hectares), o Parque Nacional do Rio Novo (537 mil hectares) e a ampliação do Parque Nacional da Amazônia (167 mil hectares).

o) Criação de um mosaico de Unidades de Conservação no sudeste do Amazonas, capitaneada pelo Governo Estadual, com sete unidades de conservação, num total de 2,31 milhões de hectares, compreendendo o Parque Estadual Sucunduri (808 mil hectares), as Florestas Estaduais Sucunduri (493 mil ha), Aripuanã (336 mil ha) e Apuí (186 mil ha); a Reserva Extrativista do Guariba (150 mil ha) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Aripuanã (224 mil ha) e Bararati (114 mil ha), que se somam ao Parque Nacional Jatuarana, criado em 2002, com 837 mil hectares.

Monitoramento, Controle e Gestão Ambiental.

- a) Instalação, em 2004, de três bases do IBAMA, localizadas nos municípios de Altamira, Itaituba e Alta Floresta e outras três em 2005, localizadas em Novo Progresso, Guarantã do Norte e Sinop.
- b) Instalação do Sistema Integrado de Alerta ao Desmatamento (SIAD) no Centro Técnico Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), localizado em Belém, constituindo-se em mais um instrumento importante no combate ao desmatamento ilegal da área do Plano BR-163 Sustentável.
- c) Instalação do Sistema de Detecção de Desmatamento (DETER) permitindo o monitoramento “quase instantâneo” do desmatamento em toda a região Amazônica.
- d) Realização de operações integradas da Polícia Federal e do IBAMA, no combate a crimes relacionados à exploração e transporte florestal na Amazônia (Operações Curupira e Ouro Verde).
- e) Operação conjunta de fiscalização entre o IBAMA, a Polícia Federal e a FUNAI contra o desmatamento nas Terras Indígenas Kaiabi, Baú e Menkrangnoti e Parque do Xingu.

Fortalecimento da Segurança Pública.

- a) Fortalecimento da presença da Polícia Federal na região com a instalação de posto em Altamira e, posteriormente, sua transformação em delegacia.
- b) Elaboração de projetos visando à instalação em 2006 de três postos da Polícia Rodoviária Federal nos municípios de Itaituba, Novo Progresso e Guarantã do Norte, com futura transformação do posto de Novo Progresso em delegacia.

Infra-Estrutura de Transportes e Energia

- a) Realização pelo Ministério dos Transportes de investimento de R\$ 40 milhões em 2005/06 para a manutenção das BR-163 e BR-230, garantindo condições de trafegabilidade.
- b) Ampliação da Linha de Transmissão de Tucuruí até à localidade de Caracol, no município de Trairão (PA).
- c) Ligação, pelo Ministério de Minas e Energia, de milhares de novos domicílios, urbanos e rurais, à rede de energia elétrica, no âmbito do Programa “Luz para Todos”.

d) Licitação e construção de 120 Km de estradas em Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projetos de Assentamento - PA em Anapu, Rurópolis e Itaituba e empenho de R\$ 500 mil para construção de estradas em Medicilândia - PA.

e) Construção de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) nos PA de Moju e Corta Corda para atendimento de duas mil famílias.

Fomento a Atividades Produtivas Sustentáveis.

a) Aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei nº 11.284 de março de 2006 sobre a Gestão de Florestas Públicas, prevendo a concessão para fins de manejo florestal sustentável como uma das alternativas para a destinação de terras públicas e a criação de novos empregos formais, neutralizando a grilagem de terras.

b) Criação do Distrito Florestal Sustentável da BR-163, envolvendo uma área de 16 milhões de hectares, instituindo uma política de incentivo à produção florestal sustentável na região com potencial de produzir de 3 a 6 milhões de m³ de madeira em tora, 50 a 300 MW a partir do aproveitamento dos resíduos florestais e gerar cerca de 100 mil empregos e renda de R\$ 740 milhões com a cadeia florestal.

c) Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo IBAMA, Ministério Público e Setor Madeireiro para liberação de Planos de Manejo Florestal do Oeste do Pará que foram suspensos devido a não regularização das terras exploradas.

d) Destinação de 1,43 milhão de hectares de terras públicas federais compreendidas na ALAP do sudoeste do Pará para a consolidação e expansão da atividade agropecuária nos eixos da BR-163, BR-230 e rodovia Transgarimpeira, e de 2,06 milhões de hectares voltados para o garimpo e a mineração em geral.

e) Lançamento do edital do projeto Alternativas ao Desmatamento e Queimada (PADEQ), com chamada específica para a Área da BR-163 e aprovação de 7 projetos no Mato Grosso (R\$ 2 milhões) e 6 projetos no Pará (R\$ 1,6 milhão).

f) Implantação do GESTAR (Programa de Gestão Ambiental Rural) em Itaituba, Santarém e Alta Floresta (Portal da Amazônia).

g) Implantação do Pólo do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural (PROAMBIENTE) da Transamazônica (Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio).

h) Implantação, pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia em Santarém (no local onde funcionava o Centro de Tecnologia da Madeira).

i) Elaboração, pela ADA, do estudo “Arranjos Produtivos Locais da BR-163: Contribuições ao Planejamento Estratégico Territorial”, com o objetivo de identificar as principais cadeias produtivas e as vocações regionais.

Inclusão Social e Promoção da Cidadania.

- a) Atendimento do Programa Bolsa-Família do Ministério do Desenvolvimento Social em 67 (dos 73) municípios da região, com o beneficiamento de 98.287 famílias, num repasse mensal de R\$ 7,65 milhões, atendendo 66% das famílias pobres da área.
- b) Empenho de R\$ 26 milhões para crédito de apoio e habitação para famílias residentes nas Florestas Nacionais do Tapajós e Saracá-Taquera, Reservas Extrativistas Verde para Sempre e Tapajós Arapiuns, Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Cupari, Divinópolis e Novo Mundo e Projetos de Assentamento de Moju e Pueru. Ainda em 2005, foram liberados R\$ 13,3 milhões em 1.800 operações de crédito de apoio e habitação para famílias da RESEX Tapajós-Arapiuns e PAs do Oeste do Pará (R\$ 7,4 mil/família).
- c) Inserção de novos Municípios e ampliação do atendimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Ministério do Desenvolvimento Social.
- d) Ação conjunta da Polícia Federal e do Ministério do Trabalho e Emprego no combate à utilização de trabalho escravo.
- e) Implantação de três Territórios Rurais de Desenvolvimento Sustentável pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- f) Capacitação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas para o controle e monitoramento do desmatamento em Terras Indígenas no Parque do Xingu, Panará, Bau, Kayapó, Badjokore, Menkrangnoti e Capoto/Jarina.
- g) Atendimento de 6,5 mil estudantes (alfabetização, 1^a a 4^a séries e escolarização de jovens e adultos) pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

• **Plano Nacional de Recursos Hídricos**

As metas do PNRH foram estabelecidas de forma realística, de modo a traduzir a efetividade da ação proposta, ou seja, direcionam para o que se quer, permitindo a verificação de como a ação planejada está realmente contribuindo para o alcance dos objetivos.

Sem perder de vista a perspectiva de apontar objetivos grandiosos, as metas devem possibilitar a transformação dos objetivos em comportamentos para sua realização.

Conforme [Resolução nº 58](#), de 30 de janeiro de 2006, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que aprova o PNRH, o detalhamento operativo dos programas do Plano e das demais metas contidas no volume IV – Programas Nacionais e Metas, deverá ser submetido à aprovação do CNRH até 31 de dezembro de 2007, sendo estas:

Meta 01

Descrição – Elaborar e aprovar, no âmbito do CNRH, documento denominado Estratégia de Implementação do PNRH, que define como materializar o que foi proposto para o Plano.

Situação - Esta meta encontra-se cumprida, conforme Resolução nº 67, de 07 de dezembro de 2006, do CNRH.

Meta 2

Descrição – Desenvolver, propor e aprovar, no âmbito do CNRH, sistema de gerenciamento orientado para Resultados do PNRH – Sigeor.

Situação - Esta meta encontra-se cumprida, conforme Resolução nº 69, de 19 de março de 2007, do CNRH.

Meta 3

Descrição – Detalhar, no nível operacional, a implementação do Sistema de Implantação, Monitoramento e Avaliação do PNRH e do Subsistema de Informações de Monitoramento e Avaliação do PNRH, mediante implementação de ações para o fortalecimento de instrumentos de gestão, especialmente o Sistema nacional de Informações.

Situação – em andamento.

Meta 4

Descrição – Detalhar, no nível operacional, a implementação do Sistema de Implantação, Monitoramento e Avaliação do PNRH e do Subsistema de Informações de Monitoramento e Avaliação do PNRH, mediante implementação de ações para o fortalecimento de instrumentos de gestão, especialmente o Sistema nacional de Informações.

Situação – em andamento.

Meta 5

Descrição - Detalhar, no nível operacional, os programas e subprogramas estabelecidos e aprovados juntamente com o PNRH, para os Componentes Gestão Nacional e Gerenciamento Integrado (Programas I, II, IV e V inteiros; restante do Programa III - Subprogramas III.4, III.5, III.6 e III.7).

Situação - em andamento.

Meta 6

Descrição - Detalhar, no nível operacional, os programas estabelecidos e aprovados juntamente com o PNRH, para o Componente de Programas Regionais de Recursos Hídricos – Programas VIII, IX, X, XI e XII.

Situação - em andamento.

Estruturas de Programas do PNRH

Componente de Desenvolvimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - -GIRH no Brasil
I. Programa de Estudos Estratégicos sobre Recursos Hídricos
II. Programa de Desenvolvimento Institucional da GIRH no Brasil
III. Programa de Desenvolvimento e Implementação de Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos
IV. Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos
Componente da Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da GIRH
V. Programa de Articulação Intersetorial, Interinstitucional e Intrainstitucional da Gestão de Recursos Hídricos
VI. Programa de Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos
VII. Programas Setoriais voltados aos Recursos Hídricos
Componente de Programas Regionais de Recursos Hídricos
VIII. Programa Nacional de Águas Subterrâneas
IX. Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, Incluindo as Áreas Úmidas
X. Programa de Gestão Ambiental de Recursos Hídricos na Região Amazônica
XI. Programa de Conservação das Águas no Pantanal, em Especial suas Áreas Úmidas
XII. Programa de Gestão Sustentável de Recursos Hídricos e Convivência com o Semi-árido Brasileiro
Componente de Gerenciamento da Implementação do PNRH
XIII. Programa de Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH

Fonte: (SRH, 2006)

Programas e Sub-Programas do PNRH (Fonte: SRH, 2006)

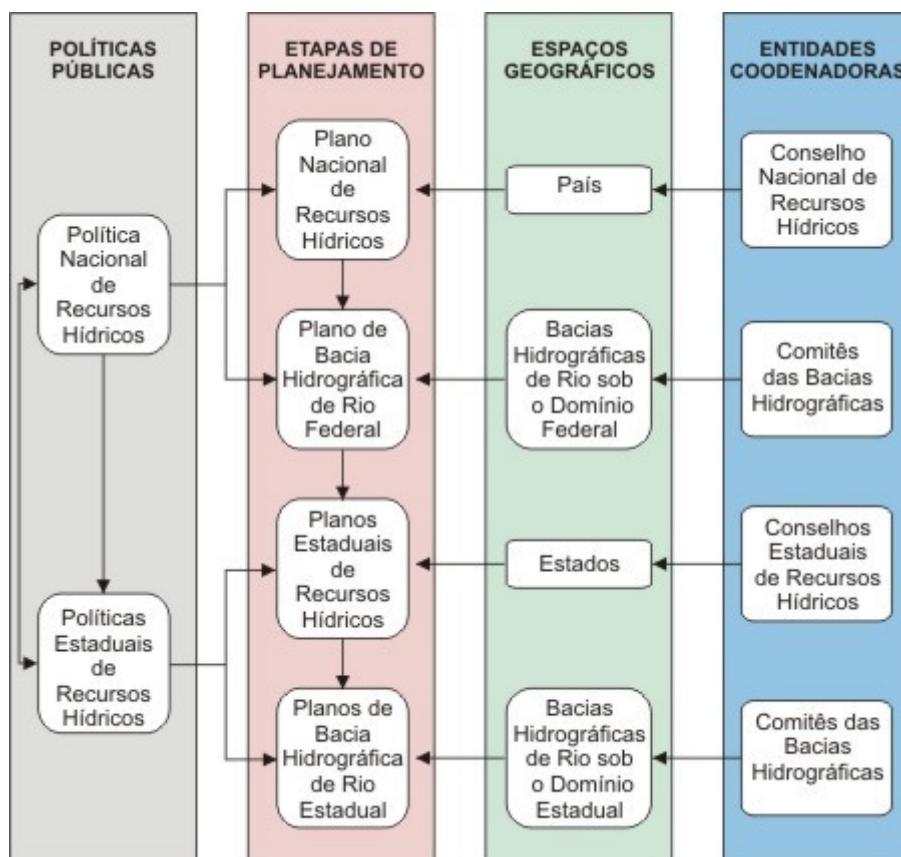
PROGRAMAS		SUBPROGRAMAS
I ESTUDOS ESTRATÉGICOS SOBRE RECURSOS HÍDRICOS		<p>Estudos Estratégicos sobre Contexto Macro-econômico Global e Inserção Geopolítica da GIRH no Contexto Latino-americano e Caribenho</p> <p>Estudos Estratégicos sobre Cenários Nacionais de Desenvolvimento e Impactos Regionais que Afetam a Gestão de Recursos Hídricos</p> <p>Implementação Prática de Compromissos Internacionais em Corpos de Água Transfronteiriços e Fronteiriços e Desenvolvimento de Instrumentos de Gestão e de Apoio à Decisão, Compartilhados com Países Vizinhos</p> <p>Estudos para a Definição de Unidades Territoriais para a Instalação de Modelos Institucionais e Respectivos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos</p>
II DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA GIRH NO BRASIL		<p>Organização e Apoio ao SINGREH</p> <p>Apoio à Organização de SEGRHs</p> <p>Adequação, Complementação e Convergência do Marco Legal e Institucional</p> <p>Sustentabilidade Econômico-Financeira da Gestão de Recursos Hídricos</p>
III DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		<p>Cadastro Nacional de Usos e Usuários</p> <p>Rede Hidrológica Quali-Quantitativa Nacional</p> <p>Processamento, Armazenamento, Interpretação e Difusão Informação Hidrológica</p> <p>Metodologias e Sistemas de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos</p> <p>Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos</p> <p>Planos Recursos Hídricos, Enquadramento de Corpos Hídricos em Classes Uso</p> <p>Aplicação de Instrumentos Econômicos à Gestão de Recursos Hídricos</p> <p>Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas de Suporte à Decisão</p>
IV DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, CAPACITAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES EM GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS		<p>Desenvolvimento, Consolidação de Conhecimento, Inclusive os Conhecimentos Tradicionais, e de Avanços Tecnológicos em Gestão de Recursos Hídricos</p> <p>Capacitação e Educação, em Especial Ambiental, para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos</p> <p>Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos</p>
V ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL, INTERINSTITUCIONAL E INTRA-INSTITUCIONAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		<p>Avaliação de Impactos Setoriais na Gestão de Recursos Hídricos</p> <p>Compatibilização e Integração de Projetos Setoriais e Incorporação de Diretrizes de Interesse para a GIRH</p> <p>Gestão em Áreas Sujeitas a Eventos Hidrológicos ou Climáticos Críticos</p> <p>Gestão da Oferta, Ampliação, Racionalização e Reuso de Água</p>
VI USOS MÚLTIPLOS E GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS		<p>Gestão de Demandas, Resolução de Conflitos, Uso Múltiplo e Integrado de Recursos Hídricos</p> <p>Saneamento e Gestão Ambiental de Recursos Hídricos no Meio Urbano</p> <p>Conservação de Solos e Água – Manejo de Micro-bacias no Meio Rural</p> <p>Estudos sobre Critérios e Objetivos Múltiplos voltados à Definição de Regras e Restrições em Reservatórios de Geração Hidrelétrica.</p>
VII PROGRAMAS SETORIAIS VOLTADOS AOS RECURSOS HÍDRICOS		<p>Despoluição de Bacias Hidrográficas</p> <p>Otimização do Uso da Água em Irrigação</p>
VIII NACIONAL DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS		
IX GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS INTEGRADOS AO GERENCIAMENTO COSTEIRO, INCLUINDO AS ÁREAS ÚMIDAS		
X GESTÃO AMBIENTAL DE RECURSOS HÍDRICOS NA REGIÃO AMAZÔNICA		
XI GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS E CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO		
XII CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS NO PANTANAL, EM ESPECIAL SUAS ÁREAS ÚMIDAS		
XIII GERENCIAMENTO EXECUTIVO E DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNRH		

Os Planos de Recursos Hídricos configuram-se como um dos instrumentos previstos na Lei das Águas, e devem ser elaborados em três níveis:

- Nacional - Plano Nacional de Recursos Hídricos.
 - Estadual – Plano Estadual de Recursos Hídricos.
 - das Bacias Hidrográficas – Plano de Bacia Hidrográfica.

O PNRH tem abrangência nacional, seu propósito principal é a construção e implementação conjuntas com a sociedade. Para a sua elaboração partiu-se do princípio de que “planejar é reunir as condições para construir o futuro desejado e estabelecer os meios para atingi-lo”. O futuro é uma janela aberta a todas as possibilidades, e o planejamento deve permitir a antecipação do que é provável ou improvável acontecer, fornecendo as ferramentas básicas para o melhor gerenciamento dos recursos hídricos.

Desta forma, pode-se agir estratégicamente, isto é, preventivamente (evitando perdas e minimizando o que tende a ser negativo) e pró-ativamente (provocando as mudanças desejadas e aproveitando as oportunidades).



Políticas públicas, tipos de planos, âmbitos geográficos e entidades coordenadoras no processo de planejamento de recursos hídricos no Brasil

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é um dos instrumentos estabelecidos pela Lei nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, a ser pactuado entre o Poder Público, os usuários (indústria, irrigação, setor de abastecimento de água, geração de energia, entre outros) e a sociedade civil (associações comunitárias, ONG's, sindicatos, universidades, escolas entre outros), para fundamentar e orientar a gestão das águas.

Aprovado por unanimidade no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em 30 de janeiro de 2006, o Plano traz um conjunto de diretrizes, metas e programas para assegurar o uso racional da água no Brasil até 2020. É constituído por quatro volumes (1. Panorama dos Recursos Hídricos do Brasil; 2. Águas para o futuro: Cenários para 2020; 3. Diretrizes; 4. Programas Nacionais e Metas).

O PNRH tem como base a [Divisão Hidrográfica Nacional](#) aprovada pelo CNRH, com aconselhamento do IBGE e outras instituições federais. Ela define 12 Regiões Hidrográficas para o território brasileiro, compostas por bacias hidrográficas próximas entre si, com semelhanças ambientais, sociais e econômicas.

Outro critério adotado pelo Plano envolve as denominadas “Áreas Especiais de Planejamento” (AEP). As AEP não coincidem, necessariamente, com as bacias hidrográficas, entretanto, merecem uma atenção especial, devido às suas características peculiares e à relação com os recursos hídricos. São exemplos de AEP: o Aqüífero Guarani, o Pantanal Mato-grossense, os Núcleos Desertificados, o Sistema Elétrico Interligado, as transposições entre bacias, entre outros.

O [processo de construção do PNRH](#) foi coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA) e teve a participação de aproximadamente 7 mil pessoas. Participaram setores usuários, especialistas, organizações não governamentais, movimentos sociais, governos estaduais, municipais e federal, além de populações tradicionais e indígenas.

O Plano atende às Metas do Milênio e à proposta da Agenda da Cúpula de Joanesburgo (Rio + 10), quando a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou que os países construíssem seus planos de gestão integrada de recursos hídricos até 2005, com o objetivo de, até 2015, reduzir à metade o número de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico.

A ONU adotou a Década Mundial da Água para o período de 2005-2015 e o Brasil, também priorizando a gestão dos recursos hídricos no país, estabeleceu a Década Brasileira da Água para o mesmo período.

AS PREMISSAS DO PNRH

Para que o processo de elaboração do PNRH fosse bem sucedido, foram adotadas as seguintes premissas:

- O PNRH caracteriza-se como um processo permanente de elaboração, que aperfeiçoa e aprofunda os temas considerados, à medida que a necessidade o exija. Assim, o PNRH deve ser entendido como um processo contínuo de elaboração, discussão e ajustes, obtendo-se, periodicamente, um “retrato” da situação naquele momento.
- O PNRH é o principal elemento orientador das políticas públicas de recursos hídricos no âmbito nacional.
- O PNRH deve ser construído/implementado por meio de um amplo processo de mobilização, participação social e consultas públicas.

OS DOCUMENTOS BÁSICOS DO PNRH

Após ampla discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que teve como importante marco inicial a aprovação das “Diretrizes para a Elaboração do PNRH”, em dezembro de 2000, a Câmara Técnica aprovou o Conteúdo e a Estrutura do Plano. Esse conteúdo, desenvolvido seqüencialmente, dará origem a um documento de 5 volumes, assim descrito:

Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil: apresenta um quadro referencial do país em termos de qualidade e quantidade de águas superficiais e subterrâneas, bem como dos diversos usos e usuários da água, além de abordar temas relacionados à política e ao modelo de gestão de recursos hídricos vigentes no Brasil e situações especiais de planejamento estabelecidas pelo PNRH.

Águas para o Futuro: Cenários para 2020: define três cenários prováveis sobre os recursos hídricos no Brasil para 2020.

Diretrizes: estabelece orientações gerais para as tomadas de decisão no âmbito do Plano.

Programas Nacionais e Metas: apresenta os programas, subprogramas e metas do PNRH, com marcos operacionais e indicadores de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados em sua implementação.

Síntese Executiva: reúne de forma sintética e objetiva, as informações apresentadas nos 4 volumes anteriores.

• **Plano Nacional de Agroenergia**

O Plano Nacional de Agroenergia visa organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia para garantir sustentabilidade e competitividade às cadeias de agroenergia. Estabelece arranjos institucionais para estruturar a pesquisa, o consórcio de agroenergia e a criação da Unidade Embrapa Agroenergia. Indica ações de governo no mercado internacional de biocombustíveis e em outras esferas.

O Plano Nacional de Agroenergia, lastreado nos fatos e nas premissas expostos, visa a:

Estabelecer marco e rumo para as ações públicas e privadas de geração de conhecimento e de tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional dessa energia renovável. *Tem por meta tornar competitivo o agronegócio brasileiro e dar suporte a determinadas políticas públicas, como a inclusão social, a regionalização do desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental.*

O alcance desse propósito geral implica atingir os seguintes objetivos específicos, de acordo com as políticas públicas brasileiras, de atender aos anseios da sociedade e às demandas dos clientes:

- Assegurar o aumento da participação de energias renováveis no Balanço Energético Nacional (BEN).

- Garantir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, baseados na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor nas cadeias produtivas a ela ligadas.
- Criar oportunidades de expansão de emprego e de geração de renda no âmbito do agronegócio, com mais participação dos pequenos produtores.
- Contribuir para o cumprimento do compromisso brasileiro no Protocolo de Quioto e possibilitar o aproveitamento das oportunidades que o acordo favorece para a captação de recursos de crédito de carbono.
- Induzir a criação do mercado internacional de biocombustíveis, garantindo a liderança setorial do Brasil.
- Otimizar o aproveitamento de áreas resultantes da ação humana sobre a vegetação natural (áreas antropizadas), maximizando a sustentabilidade dos sistemas produtivos, desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola e o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos. Desenvolver soluções que integrem a geração de agroenergia à eliminação de perigos sanitários ao agronegócio.

A gestão da política de agroenergia seja realizada por um Conselho Gestor Interministerial, subordinando-se às seguintes diretrizes gerais:

- *Desenvolvimento da agroenergia.* Pela expansão do setor de etanol, implantação da cadeia produtiva do biodiesel, aproveitamento de resíduos e expansão de florestas energéticas cultivadas, com abrangência nacional, objetivando a eficiência e a produtividade e privilegiando regiões menos desenvolvidas.
- *Agroenergia e produção de alimentos.* A expansão da agroenergia não afetará a produção de alimentos para o consumo interno, principalmente da cesta básica. Pelo contrário, co-produtos do biodiesel, como torta de soja e de girassol, tendem a complementar a oferta de produtos para a alimentação humana e a animal.
- *Desenvolvimento tecnológico.* Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias agropecuárias e industriais adequadas às cadeias produtivas da agroenergia, que proporcionem maior competitividade, agregação de valor aos produtos e redução de impactos ambientais. Concomitantemente, deverá contribuir para a inserção econômica e social, inclusive com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas ao aproveitamento da biomassa energética em pequena escala.
- *Autonomia energética comunitária.* A idéia é propiciar às comunidades isoladas, aos agricultores individualmente, cooperativados ou associados, e aos assentamentos de reforma agrária, meios para gerar sua própria energia, em especial nas regiões remotas do território nacional.
- *Geração de emprego e renda.* A política de agroenergia deve constituir um vetor da interiorização do desenvolvimento, da inclusão social, da redução das disparidades regionais e da fixação das populações no seu habitat, em especial pela agregação de valor à cadeia produtiva e pela integração às diferentes dimensões do agronegócio.

- *Otimização do aproveitamento de áreas antropizadas.* As culturas energéticas devem ser produzidas respeitando a sustentabilidade dos sistemas produtivos e desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola ou o avanço rumo a sistemas sensíveis ou protegidos, como a Floresta Amazônica, a região do Pantanal, entre outras. Poderá, ainda, contribuir para a recuperação de áreas degradadas.
- *Otimização das vocações regionais.* Incentivo à instalação de projetos de agroenergia em regiões com oferta abundante de solo, radiação solar e mão-de-obra, propiciando vantagens para o trabalho e para o capital, dos pontos de vista privado e social, considerando-se as culturas agrícolas com maior potencialidade.
- *Liderança no comércio internacional de biocombustíveis.* O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem ambicionar a liderança do mercado internacional de biocombustíveis e implementar ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além da geração de divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País.
- *Aderência à política ambiental.* Os programas de agroenergia deverão estar aderentes à política ambiental brasileira e em perfeita integração com as disposições do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, aumentando a utilização de fontes renováveis, com menor emissão de gases de efeito estufa.

O programa de PD&I se desdobrará em quatro grandes áreas baseadas nas principais cadeias produtivas agroenergéticas: o etanol e a co-geração de energia, provenientes da cana-de-açúcar, o biodiesel de fontes animais e vegetais, a biomassa florestal e os resíduos e dejetos agropecuários e da agroindústria.

Em cada uma dessas áreas, serão priorizados os seguintes temas:

- Zoneamento agroecológico de espécies importantes para a agricultura de energia em áreas tradicionais e em áreas de expansão da fronteira, para orientar investimentos públicos e privados e detectar impactos ambientais.
- Melhoramento genético, pela vias tradicional e biotecnológica, que permita selecionar espécies vegetais para a produção de biocombustíveis e a melhoria significativa da produtividade das atuais espécies.
- Estudos socioeconômicos e estratégicos em desenvolvimento de cenários, estratégia e geopolítica, e subsídios para políticas públicas na área energética e suas conexões com temas ambientais, econômicos, sociais e negociais.
- Estudos de competitividade em sistemas e custos de produção, nichos e oportunidades de mercado, logística de transporte e armazenagem, entraves ao desempenho das cadeias, barreiras não-tarifárias, atração de investimentos, estratégia e geopolítica.
- Balanços energéticos dos ciclos de vida das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, visando substituir fontes de carbono fóssil por fontes provenientes da

agroenergia, reduzindo, progressivamente, a demanda energética dos sistemas de produção.

• Temas ligados ao Protocolo de Quioto, à redução da emissão de gases de efeito estufa, ao mecanismo de desenvolvimento limpo e aos mercados de crédito de carbono e sua relação com programas de melhoramento genético, boas práticas agrícolas, impacto nos biomas, manejo nutricional de ruminantes no contexto do desenvolvimento sustentável, tudo isso de forma coordenada com iniciativas territoriais, regionais e globais.

Para cada uma das áreas da agricultura de energia, o Plano propõe, ainda, prioridades estratégicas que deverão ser objeto de análise mais detalhada por parte das instituições e dos técnicos envolvidos na pesquisa, no desenvolvimento e na inovação tecnológica em cada uma das vertentes da agroenergia.

Programa de Pesquisa em Agroenergia

Desenvolver e transferir conhecimento e tecnologias que contribuam para a produção sustentável da agricultura de energia e para o uso racional da energia renovável, visando à competitividade do agronegócio brasileiro e dar suporte às políticas públicas.

Objetivos específicos

- Apoiar a mudança da matriz energética, com vista em sua sustentabilidade.
- Propiciar condições para o aumento da participação de fontes de agroenergia na composição da matriz energética.
- Gerar condições para permitir a interiorização e a regionalização do desenvolvimento, fundadas na expansão da agricultura de energia e na agregação de valor à cadeia produtiva.
- Criar oportunidades de expansão do emprego no âmbito do agronegócio.
- Permitir a ampliação das oportunidades de renda, com distribuição mais equitativa entre os atores.
- Contribuir para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.
- Colaborar para a redução das importações de petróleo.
- Incrementar as exportações de biocombustíveis.

Diretrizes de PD&I e de TT

O desenvolvimento tecnológico e a transferência de tecnologia em agroenergia serão regidos por oito macrodiretrizes, consentâneas com as políticas públicas brasileiras (às quais se subordinam), os anseios da sociedade e as demandas dos clientes, quais sejam:

a) Sustentabilidade da matriz energética, desenvolvendo tecnologias ambientalmente corretas, que permitam a manutenção dos proprietários ou dos trabalhadores rurais no negócio a longo prazo, com rentabilidade que garanta competitividade ao mercado de energia e que atenda aos compromissos do país, assumidos em foros internacionais.

- b) Sustentabilidade e autonomia energética comunitária, entendidas como o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que permitam às comunidades isoladas, aos agricultores individualmente, aos cooperados ou associados, e aos assentamentos de reforma agrária dispor de sua própria energia para atender às suas necessidades, independentemente da comercialização externa.
- c) Geração de emprego e renda, sendo vetor da interiorização do desenvolvimento, da redução das disparidades regionais e da fixação das populações no seu habitat, em especial pela agregação de valor à cadeia produtiva e de integração de diferentes dimensões do agronegócio.
- d) Aprimoramento do aproveitamento de áreas antropizadas, maximizando a sustentabilidade dos sistemas produtivos, desestimulando a expansão injustificada da fronteira agrícola ou o avanço sobre sistemas sensíveis ou protegidos.
- e) Conquista e manutenção da liderança do biomercado internacional de bioenergia.
- f) Apoio à formulação de políticas públicas brasileiras e subsídios à posição brasileira, nas negociações internacionais envolvendo a temática energética, ambiental e de mudanças climáticas globais.
- g) Esforço à escalada da sustentabilidade, da competitividade e da racionalidade energética nas cadeias do agronegócio nacional, e de maximização do aproveitamento de fatores de produção.
- h) Eliminação de perigos sanitários ao agronegócio, por meio da formulação de soluções que integrem a geração de agroenergia.

Ações transversais

Existem demandas que abrangem todas as cadeias de agroenergia, a saber:

- Elaborar estudos de caráter socioeconômico e estratégico, como formação e manutenção de bancos de dados, desenvolvimento de cenários, estudos prospectivos, avaliações ex-ante e ex-post, preparação de subsídios para políticas públicas na área energética e suas conexões com temas ambientais, econômicos, sociais e negociais.
- Realizar estudos de competitividade, de entraves ao desempenho das cadeias, de nichos e oportunidades de mercado, de atração de investimentos, de investimento em logística, de estratégia e geopolítica.
- Avaliar balanços energéticos dos ciclos de vida das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, objetivando substituir fontes de carbono fóssil por fontes provenientes da agroenergia, reduzindo, progressivamente, a demanda energética por parte dos sistemas de produção.
- Efetuar o zoneamento agroecológico de espécies vegetais importantes para a agricultura de energia.
- Desenvolver redes cooperativas que identifiquem as barreiras não-tarifárias e que viabilizem sua solução visando aos principais mercados, a partir da avaliação da conformidade com padrões internacionais, ou não, de métodos e técnicas de mensuração em projetos de MDL.

- Incorporar, aos programas de desenvolvimento científico e tecnológico, novos modelos de estudo, como: mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) em programas de melhoramento genético de culturas de valor econômico, boas práticas agrícolas, impacto nos biomas, manejo nutricional de ruminantes e questões ligadas à redução de emissões de gases de efeito estufa GEE nos sistemas de produção em toda a cadeia agropecuária, consolidando uma base de dados que permita análises do futuro no contexto do desenvolvimento sustentável, de forma coordenada com iniciativas territoriais, regionais e globais.

Para tanto, é necessário capacitar um corpo técnico-científico sobre a temática do mecanismo de desenvolvimento limpo, além de fomentar novas redes e incrementar as existentes, considerando que as vertentes envolvidas são muito novas, dinâmicas e multidisciplinares.

- Mapear e acompanhar as carteiras de projetos e explorar temas, ainda carentes de solução, sobre o mercado de carbono. Dessa forma, a C&T poderá gerar e disponibilizar dados consistentes de maneira sistematizada para a constituição de linhas de bases para projetos de MDL, bem como elaborar e aperfeiçoar metodologias atreladas a projetos-piloto, em parceria com o setor privado, para explorar as oportunidades de mercado.

Atuação nas cadeias produtivas

Para cada componente do complexo de agroenergia, diferentes desafios são impostos à agenda, atuando como indutores de prioridades de pesquisa:

Etanol

- Eliminar fatores restritivos à expressão do potencial produtivo da cultura da cana-de-açúcar.
- Incrementar a produtividade, o teor de sacarose, o agregado energético e o rendimento industrial da cana-de-açúcar.
- Desenvolver tecnologias poupadoras de insumos e de eliminação ou mitigação de impacto ambiental.
- Desenvolver tecnologias de manejo da cultura e de integração de sistemas produtivos da cana-de-açúcar.
- Desenvolver alternativas de aproveitamento integral da energia da usina de cana-de-açúcar, com melhoria dos processos atuais e/ou desenvolvimento de novos.
- Desenvolver novos produtos e processos baseados na alcoolquímica e no aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar.

Biodiesel

- Propiciar o adensamento energético da matéria-prima, tendo como referenciais 2.000 kg/ha de óleo no médio prazo e 5.000 kg/ha no longo prazo.

- Aprimorar as atuais rotas de produção de biodiesel, com valorização do etanol como insumo, e desenvolvimento de novas rotas.
- Gerar tecnologias para a racionalização do uso de energia na propriedade e substituição de fontes de carbono fóssil por fontes renováveis.
- Desenvolver processos competitivos e sustentáveis de produção de energia a partir de resíduos orgânicos das cadeias de processamento de produtos de origem animal.
- Desenvolver tecnologias de agregação de valor na cadeia, com valorização de co-produtos, resíduos e dejetos.
- Desenvolver tecnologias visando ao aproveitamento da biomassa de vocação energética para outros usos na indústria de química fina e farmacêutica.
- Gerar tecnologias que permitam a autonomia e a sustentabilidade energética para agricultores, agroindústria e comunidades isoladas.
- Integrar aos processos os conceitos de agroenergia e mercado de carbono.
- Desenvolver processos para a obtenção de inovações baseadas em biomassa de oleaginosas, incluída a oleoquímica.

Florestas energéticas

- Disponibilizar tecnologias para aproveitamento integral da biomassa florestal para fins energéticos, diversificando a matriz de produtos energéticos obtidos de produtos florestais.
- Desenvolver tecnologias que promovam o adensamento energético de áreas reflorestadas.
- Gerar tecnologias para a substituição do carvão mineral em seus diferentes usos.
- Desenvolver tecnologias de alcance social para inserção de comunidades de baixa renda na cadeia de florestas energéticas.
- Promover a integração dos conceitos de agroenergia e mercado de carbono.

Biogás

- Desenvolver estudos e modelos de biodigestores.
- Efetuar a modelagem em sistemas de produção de biogás.
- Avaliar o uso de biofertilizante como adubo orgânico.
- Desenvolver equipamentos para o aproveitamento de biogás como fonte de calor.
- Desenvolver equipamentos para transporte e distribuição de biofertilizante.
- Aprimorar equipamentos movidos a biogás para a geração de energia elétrica.
- Desenvolver sistemas de compressão e armazenamento de biogás.

- Desenvolver processos de purificação de biogás.

Aproveitamento de resíduos e dejetos

- Desenvolver tecnologias para o aproveitamento energético de resíduos das produções agrícola, pecuária e florestal e da agroindústria.
- Desenvolver tecnologias para a utilização de compostos orgânicos resultantes da produção agropecuária, com risco sanitário, na produção de agroenergia.
- Desenvolver tecnologias para a utilização dos resíduos por obtenção de energia para outras finalidades, como correção de acidez do solo.
- Interficiar com as redes de pesquisa para aproveitamento de esgotos urbanos para fins energéticos.

Criação da Embrapa Agroenergia

Plano Nacional de Agroenergia visa a organizar e desenvolver proposta de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia para garantir sustentabilidade e competitividade às cadeias de agroenergia. Estabelece arranjos institucionais para estruturar a pesquisa, como a criação da unidade Embrapa Agroenergia. Dessa forma, a Embrapa criará uma unidade descentralizada de pesquisa, voltada para temas e assuntos da agroenergia que sejam o elo central, em âmbito nacional, do Sistema de Pesquisa em Agroenergia, componente fundamental do Plano Nacional de Agroenergia. Na execução desse Plano, a Embrapa se integrará a redes multiinstitucionais e multidisciplinares de PD&I, bem como conduzirá as próprias atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação ligadas aos temas em questão.

O papel central dessa Unidade consistirá em:

- a) Coordenar as ações de pesquisa em agroenergia.
- b) Representar um órgão de aglutinação de conhecimentos e competência específica, hoje espalhada em diversas Unidades da Empresa.
- c) Captar especialistas com competência ainda não incorporada ou internalizada no perfil técnico-científico da Empresa, mas necessárias para apoiar o Plano Nacional de Agroenergia.
- d) Ser vista como centro de referência na Embrapa, a partir do qual a Empresa se integrará a redes e consórcios multiinstitucionais que se formarem para a PD&I no assunto.

Promoção do Mercado Internacional de Biocombustíveis

A dimensão do mercado brasileiro garante o sucesso das iniciativas no tocante à energia oriunda da biomassa. O mercado externo está em formação. Vários países têm programas internos de produção e uso de biocombustível, principalmente em mistura

com os combustíveis fósseis. As exportações brasileiras de álcool são evidência de que o mercado internacional de biocombustíveis está engatinhando: a quase totalidade de nossa produção não é utilizada como combustível.

É importante para o Brasil organizar, dinamizar e liderar o mercado externo de biocombustível, conforme disposto nas Diretrizes de Política de Agroenergia do governo federal, que diz:

“Liderança no comércio internacional de biocombustíveis. O Brasil reúne vantagens comparativas que lhe permitem liderar o mercado internacional de biocombustíveis e promover ações de promoção dos produtos energéticos derivados da agroenergia. A ampliação das exportações, além de gerar divisas, consolidará o setor e impulsionará o desenvolvimento do País.”

Para levar avante, com sucesso, um ambicioso programa de alianças externas, é crucial reunir a competência governamental à do setor privado para que, juntos, lutem com o mesmo afincos e os mesmos objetivos.

É possível afirmar que existem circunstâncias favoráveis para a criação de um mercado internacional de biocombustíveis, começando pela expansão do mercado do álcool e direcionando sua utilização como combustível, pelas seguintes razões:

- a) Elevação do preço do petróleo e incertezas do seu mercado.
- b) Crescente preocupação mundial a respeito do meio ambiente, particularmente depois da entrada em vigor do Protocolo de Quioto.
- c) Em face da elevação do preço do petróleo e da redução sistemática das reservas desse produto, os países têm enfatizado a diminuição da dependência desse combustível em suas matrizes energéticas.

A conquista da liderança do mercado internacional passa, necessariamente, por importantes negociações. Em especial com os países grandes consumidores – muitas vezes igualmente produtores –, com os produtores em potencial e com alguns que têm possibilidade de produção, necessitando de assessoria técnica, econômica e financeira. Nesse panorama e com interesse crescente pelos biocombustíveis, demonstrado recentemente pelo livro publicado pela Agência Internacional de Energia (AIE), da OCDE, e pelo Seminário de Paris1, recomendam-se as ações que seguem, de forma articulada, dentro do governo e com o setor privado:

- a) Organizar uma programação de visitas aos projetos de biocombustíveis do Brasil de representantes de governos e da iniciativa privada de países com potencial de produção ou de consumo.
- b) Organizar e promover fóruns de países produtores de biocombustíveis.
- c) Organizar e promover assessoria técnica, econômica e financeira a países em desenvolvimento, produtores de álcool, verificando a viabilidade de joint-venture e de exportação de bens de capital.

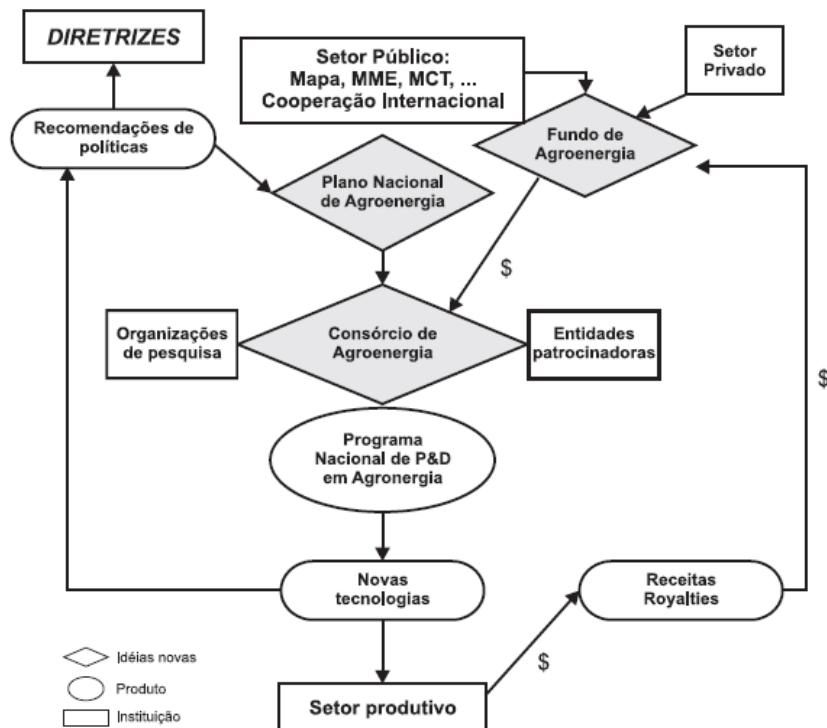
- d) Organizar e promover, em parceria com a AIE/OCDE e o Banco Mundial, seminários (à semelhança do Seminário de Paris) em países selecionados, como: EUA, Bélgica-UE e Japão.
- e) Manter o mundo informado sobre os avanços no programa de biodiesel.
- f) Iniciar as negociações para a criação da Organização Internacional dos Produtores e Consumidores de Biocombustíveis (OIPCBio).

Essas ações visam consolidar o caminho do mercado internacional de biocombustíveis, eliminando, previamente, possíveis barreiras tarifárias e não-tarifárias, criando fóruns para a solução de problemas eventualmente surgidos no processo das transações entre os países e, ao mesmo tempo, fornecendo ao Brasil as condições de liderar a evolução desse mercado.

Outras Ações de Governo

Um dos primeiros passos da ação governamental será a ação integrada da Embrapa, do Inmet e de outros parceiros na elaboração do plano estratégico de expansão da lavoura canavieira e das lavouras de oleaginosas, contemplando, além dos aspectos agronômicos e agro-climáticos, também o socioambiental e de logística.

A figura abaixo sintetiza as vinculações que determinarão as ações a serem realizadas para o sucesso do Plano Nacional de Agroenergia.



• Plano Nacional de Energia

As principais metas do plano estão descritas abaixo:

- 1) Considerar a fonte primária hidrelétrica como a opção prioritária, em termos quantitativos, para o suprimento dos requisitos de energia elétrica do país, no período 2015/2030. Assim, considerando a capacidade instalada hidrelétrica prevista de 98 GW, em 2015, a estratégia de expansão, no período 2015/2030, prevê um montante de 70 GW hidrelétricos adicionais, com cerca de 60% deste valor constituído de usinas na Região Norte, resultando numa capacidade instalada total no país de 168 GW, em 2030.
- 2) Planejar o aproveitamento das bacias hidrográficas da Região Norte, por razões de viabilidade socioambiental, sem grandes reservatórios de regularização plurianual. No planejamento e no dimensionamento destas usinas hidrelétricas e dos respectivos sistemas de transmissão, considerar que a regularização anual e plurianual da geração sazonal das mesmas seria viabilizada através da integração com o Sistema Interligado Nacional, que apresenta um elevado grau de regularização, proporcionado pelos grandes reservatórios já existentes.
- 3) Reavaliar, com novos estudos de engenharia e socioambientais, a parcela de 86 GW do potencial hidrelétrico nacional, não considerada na parcela a ser aproveitada até 2030. Isto objetiva caracterizar a viabilidade de seu aproveitamento, com o enfoque de uso múltiplo do recurso hídrico, após o horizonte deste Plano, considerando a importância estratégica para o país deste recurso natural.
- 4) Priorizar a realização, até o ano de 2012, dos estudos de inventário das bacias hidrográficas e dos rios onde se localizam as usinas hidrelétricas consideradas para aproveitamento até 2030. Simultaneamente à conclusão destes inventários, desenvolver os estudos de viabilidade das usinas hidrelétricas, com os melhores índices de economicidade, visando disponibilizar uma carteira de projetos hidrelétricos para ser considerada nas atividades de planejamento, no âmbito dos Planos Decenais.
- 5) Prosseguir o aproveitamento dos recursos hidrelétricos nacionais, incluindo as PCHs, nos montantes estabelecidos por este Plano, nas diversas regiões geográficas do país. Nas usinas da região Norte, priorizar o atendimento dos mercados da própria região, disponibilizando os excedentes para o Sistema Interligado Nacional.
- 6) Incorporar nos futuros Planos Decenais um programa termelétrico nos montantes identificados neste Plano e analisar sua economicidade visando a inclusão de usinas termelétricas nos futuros leilões de energia, nas regiões geográficas identificadas neste Plano.
- 7) Definir o prosseguimento do programa nuclear brasileiro, após Angra III, com uma expansão mínima de 4 GW, podendo alcançar 8 GW até 2030, nas regiões Sudeste e Nordeste, iniciando os estudos de localização destas novas centrais nucleares.
- 8) Programar a elevação da produção de petróleo, do valor atual de 1,7 milhões de barris/dia em 2005, para 3 milhões de barris/dia em 2030, procurando ajustar a produção à demanda prevista, mantendo neste horizonte de longo prazo a auto-suficiência nacional no setor de petróleo. Continuar o esforço em exploração e produção, priorizando a pesquisa para avanços no conhecimento geológico das bacias sedimentares e nas tecnologias de prospecção e extração, de forma a manter a relação reserva/produção em níveis semelhantes aos atuais no Brasil, considerando também a prática internacional.

9) Considerar a agroenergia como uma contribuição importante para a solução dos problemas da sustentabilidade do fornecimento de combustíveis, com menor impacto ambiental, social e econômico para o consumidor. Monitorar as áreas agriculturadas e agriculturáveis, e investir em tecnologia para a melhoria do processo produtivo, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável.

10) Promover a elevação da produção nacional de gás natural, reduzindo a necessidade de importação no longo prazo, minimizando a dependência do país deste energético. Realizar um estudo específico visando estabelecer a participação mais adequada, quanto às importações, sob a ótica de estratégia de abastecimento, entre gasodutos oriundos dos países vizinhos e GNL.

11) Promover a eficiência energética para que se torne uma opção sustentável aos investimentos na expansão da oferta de energia, com o objetivo de minimizar impactos ambientais, por meio de mecanismos estruturantes e operacionais, para induzir os consumidores e produtores de energia a atingir as metas definidas neste Plano.

12) Analisar mecanismos de fomento às fontes alternativas renováveis de forma a aumentar a participação destas fontes na Matriz Energética Nacional, tais como da agroenergia (biomassa da cana, óleos vegetais e resíduos sólidos urbanos) e a energia eólica, conforme apontado neste Plano.

13) Direcionar os recursos de P&D disponíveis no setor para as áreas prioritárias estudadas neste documento, com especial destaque para os temas bioenergia, eficiência energética e energias renováveis, além de reservar uma parcela dos recursos para novas pesquisas.

- **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**

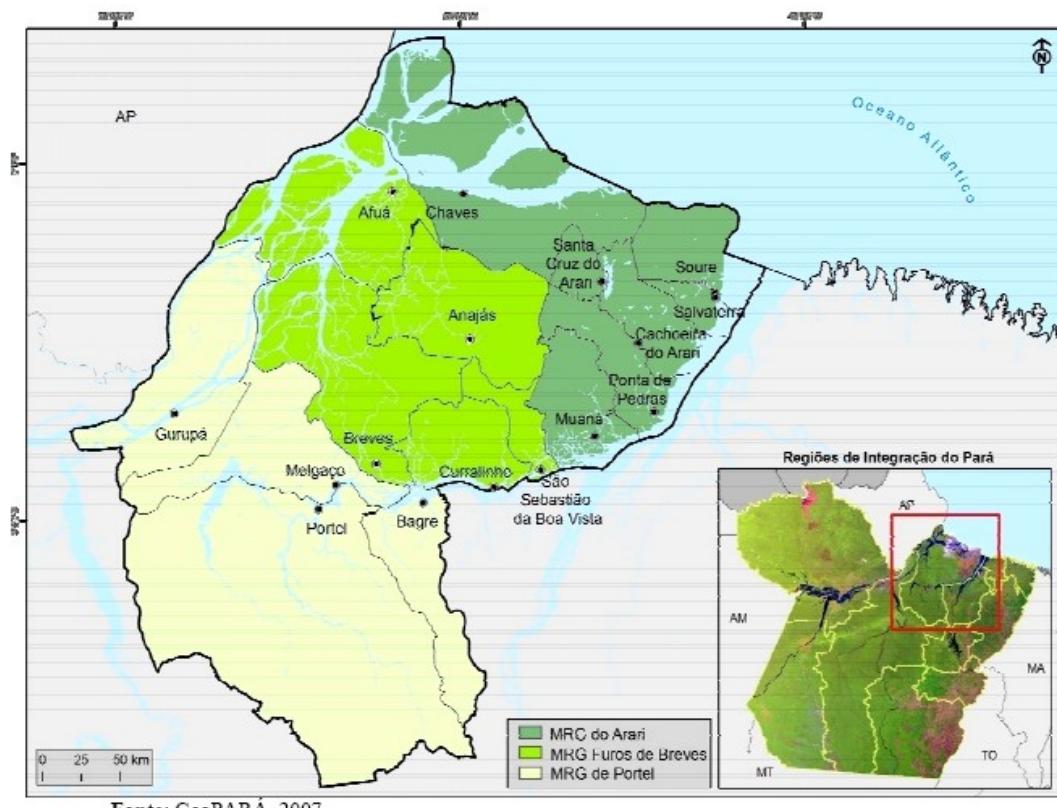
O Plano, publicado em 2007, trata-se de um plano estratégico de desenvolvimento regional, referenciado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), que estabelece novos paradigmas para o desenvolvimento da Amazônia Brasileira e suas sub-regiões.

A sua elaboração esteve inicialmente a cargo do Grupo Executivo Interministerial (GEI), criado por Decreto Presidencial em 26 de julho de 2006, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, com a posterior adesão do Grupo Executivo do Estado do Pará para o Plano Marajó (GEPLAM), criado por Decreto Estadual em 30 de julho de 2007.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó foi construído a partir de diretrizes inicialmente propostas pelo Governo Federal, discutidas com o Governo do Pará e com as prefeituras e amplamente debatidas e aperfeiçoadas nas consultas públicas, momento em que as duas esferas de governo puderam ouvir, avaliar e pontuar as principais reivindicações da população marajoara. As diretrizes foram agrupadas em cinco eixos temáticos:

- a) ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental;
- b) fomento às atividades produtivas sustentáveis;
- c) infra-estrutura para o desenvolvimento;
- d) inclusão social e cidadania; e
- e) relações institucionais e modelo de gestão.

A área de atuação do Plano de Desenvolvimento compreende os dezesseis municípios que compõem, segundo o IBGE, a Mesorregião Geográfica do Marajó que além do arquipélago, abrange alguns municípios do continente, somando 104.140 km²



MUNICÍPIOS	ÁREA (Km ²)
MRG DO ARARI	28.950
CACHOEIRA DO ARARI	3.102
CHAVES	13.085
MUANÁ	3.766
PONTA DE PEDRAS	3.365
SALVATERRA	1.044
SANTA CRUZ DO ARARI	1.075
SOURE	3.513
MRG FUROS DE BREVES	30.094
AFUÁ	8.373
ANAJÁS	6.922
BREVES	9.550
CURRALINHO	3.617
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632
MRG DE PORTEL	45.096
BAGRE	4.397
GURUPÁ	8.540
MELGAÇO	6.774
PORTEL	25.385
TOTAL GERAL	104.140

Fonte: IBGE.

O Plano de Desenvolvimento Territorial do Marajó constitui uma alternativa de estruturação e promoção do desenvolvimento nessa região particular da Amazônia. Um dos grandes desafios para o Arquipélago do Marajó consiste em estabelecer uma agenda transformadora e abrangente, para poder pensar no estabelecimento de níveis mínimos de investimento para a região. Neste sentido, os investimentos em infra-estrutura constituem elementos centrais das agendas discutidas e das apostas em torno das quais será possível estruturar o desenvolvimento sustentável do arquipélago.

O Plano é uma importante peça na política de desenvolvimento regional na medida em que trata as desigualdades sociais, traça linhas para crescimento econômico e preocupa-se com a preservação ambiental no Arquipélago do Marajó.

O exame das instituições governamentais que ali atuam indica a necessidade de continuar aliando os papéis de indução e regulação do desenvolvimento a funções complementares de promoção e, até mesmo, de execução direta - para os casos em que se constate a impossibilidade de o setor privado assumir responsabilidades específicas. Esse amplo leque de papéis do Estado inclui iniciativas de caráter federativo, que contemplem ações da União, bem como do estado e municípios do Marajó. Em suma, o objetivo central do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó é, a partir da ação articulada dos diversos níveis de governo e da sociedade civil, implementar um novo modelo de desenvolvimento local, pautado na valorização do patrimônio natural e na dinamização das atividades econômicas sustentáveis, com inclusão social e cidadania.

Diretrizes e ações prioritárias de ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a regularização fundiária; • Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros; • Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos; • Promover a recuperação de áreas degradadas; • Gestão Ambiental; • Implantar e consolidar projetos de reforma agrária; • Promover a criação e a implementação das Unidades de Conservação; • Promover a utilização adequada dos recursos hídricos (de superfície e subterrâneos) para o abastecimento público, navegação e garantia do ecossistema aquático e a recuperação daqueles comprometidos por processos de assoreamento (definindo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento); • Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra de comunidades quilombolas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o zoneamento ecológico-econômico na mesorregião do Marajó na escala adequada ao planejamento territorial; • Promover a ação discriminatória das terras na mesorregião do Marajó; • Instalar unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais nos municípios-pólo da mesorregião do Marajó. • Realizar pesquisas na mesorregião do Marajó a fim de regulamentar o desfeso de acordo com a ecologia das espécies do Marajó e aumentar a fiscalização neste período; • Promover a implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos na mesorregião do Marajó (SRH/MMA, ANA, SEMA e Secretaria de Integração Regional); • Promover a educação ambiental para a utilização adequada dos recursos hídricos; • Trabalhar a cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros visando à agregação de valor; • Incentivar o manejo sustentável dos recursos florestais; • Criar mecanismos para simplificar o manejo florestal comunitário; • Promover a recuperação de áreas degradadas, com espécies nativas economicamente viáveis, através de sistemas agroflorestais, com financiamentos para o pequeno produtor rural; • Apoiar a implementação de acordos de pesca e manejo do camarão; • Promover a implantação do sistema municipal de meio ambiente nos municípios do Marajó.

Diretrizes e ações prioritárias de fomento às atividades produtivas sustentáveis.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Arquipélago, assim como elevar a importância da economia local no contexto da economia do Estado do Pará, aproveitando-se da relativa proximidade do grande mercado consumidor representado pela Região Metropolitana de Belém, Macapá, Guiana Francesa e outros mercados; • Apoiar a realização de estudos, destinados a aprimorar o conhecimento das possibilidades e potencialidades socioeconômicas do Arquipélago do Marajó observando-se os princípios da sustentabilidade; • Fortalecer a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando-se a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito, comercialização e assistência técnica; • Promover a recuperação da atividade pecuária; • Promover a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas e a construção de terminais pesqueiros; • Promover a expansão da produção e difusão de produtos e serviços Marajoaras; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trazer agentes financeiros para credenciar e financiar os agricultores do Marajó, baseados em coeficientes técnicos contidos nos sistemas de produção preconizados pela pesquisa, fomento e extensão das principais culturas econômicas extractivas e/ou cultivadas, existentes na mesorregião do Marajó; • Estruturar unidades de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de agrosilvícola, pesca, aquicultura e turismo; • Implementar meios de transportes exclusivos para o escoamento da produção; • Elaborar e fortalecer estudos de prospecção, identificando os APLs (Arranjos Produtivos Locais), visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de base local, com ênfase ao turismo, levando em consideração os processos de desenvolvimento; • Criar centro de produção de sementes e mudas para a implantação de lavouras, manejo de essências florestais e produção de fruteiras na região; • Fomentar a criação e produção de alevinos, caprinos, ovinos, suínos e abelhas; • Verticalizar os produtos regionais da produção familiar e aos empreendimentos da economia solidária, buscando a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito e comercialização; • Viabilizar projetos para a implantação da agroindústria nos municípios do Marajó, para beneficiamento dos produtos regionais através de cooperativismo e associativismo e sua comercialização;

<ul style="list-style-type: none"> • Estimular o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no Arquipélago; • Incentivar a indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral; • Fortalecer a atividade do turismo, implementação do PROECOTUR/MMA, os programas do Ministério do Turismo entre outros, e ampliação para outros municípios. • Promover a difusão do manejo florestal; • Criar programas e linhas de créditos específicas para o desenvolvimento das atividades produtivas no Marajó. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar mão-de-obra local para gestão, manejo e industrialização de produtos regionais; • Promover a implantação da indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral; • Reorganizar e fortalecer a pecuária do Marajó com novas tecnologias; • Promover a industrialização do pescado e demais produtos agrícolas, capacitando os pescadores em beneficiamento e gestão; • Implantação de espaços para desenvolvimento e divulgação das atividades artesanais, turísticas e culturais; • Fortalecer programas existentes de turismo a nível federal, estadual e municipal e ampliar a abrangência do programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil, formatando novos roteiros integrados nas microrregiões; • Criar mecanismos de incentivo financeiro por parte das instituições financeiras e entidades garantindo linhas de crédito para comercialização de outras atividades produtivas, desburocratizando o acesso ao crédito PRONAF;
--	---

Diretrizes e ações prioritárias de inclusão social e cidadania.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, agrotécnicas, técnicas, e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais; • Fortalecer a organização do sistema público de saúde; • Fortalecer as ações de Vigilância em Saúde; • Promover a implantação, ampliação e modernização do sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias domiciliares), nos núcleos urbanos, comunidades rurais, visando a redução dos agravos à saúde pública do Arquipélago, principalmente as endemias de malária e de doenças de veiculação hidrica; • Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e controle das fronteiras nacionais; • Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do museu do marajó e outros; • Apoiar os mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráficos de mulheres) e o fortalecimento da cidadania; 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar escolas de marcenaria para capacitação de jovens e adultos; • Criar na região em convênio com as universidades um campus avançado de pesquisa; • Garantir o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, melhorando a qualidade das já existentes, incluindo as casas familiares rurais; • Implantar um centro de atendimento psicossocial (CAPS); • Funcionamento do hospital regional de Breves com viabilização do projeto de urgência e emergência (SAMU), dando prioridade ao transporte hidroviário (“ambulancha”) e aerooviário (helicóptero); • Promover e garantir a implantação, ampliação e modernização de sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias domiciliares) nos núcleos urbanos e comunidades rurais, visando a redução dos agravos à saúde pública do arquipélago, principalmente as endemias de malária e doenças de veiculação hidrica; • Fomentar a coleta e a destinação dos resíduos sólidos, como plásticos e vidros, através de ações explicativas e educacionais; • Fomentar política de tratamento e reciclagem de resíduos sólidos; • Criar, ampliar, integrar e modernizar o sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais; • Criar projetos de valorização e resgate da cultura marajoara através da educação;

<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a presença efetiva e autônoma de órgãos do Estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria e órgãos de fiscalização); • Promover ação de cidadania para a documentação pessoal; • Implementar os programas de habitação popular federal e estadual no Arquipélago do Marajó; • Criar mecanismos que fortaleçam o controle social na definição e execução das políticas e programas; • Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais; • Garantir o acesso à Assistência e à Previdência Social; • Incentivar atividades do terceiro setor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a presença efetiva, continua, participativa e autônoma de órgãos do Estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria, órgãos de fiscalização e conselho tutelar) em cada município do Arquipélago; • Criar uma casa de apoio para pequenos infratores e alcoólicos anônimos; • Fazer cumprir junto aos órgãos responsáveis a observância da gratuidade aos idosos, aposentados, deficientes e crianças no transporte fluvial; • Fortalecer as organizações de produtores, cooperativas e associações; • Incentivar a criação e a capacitação de associações e cooperativas para facilitar a captação de crédito para o desenvolvimento de atividades produtivas no Marajó;
---	---

Diretrizes e ações de infra-estrutura para o desenvolvimento.

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar ações no sentido de promover, ampliar e fortalecer a infra-estrutura adequada ao desenvolvimento local; • Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar; • Promover a ampliação da oferta de energia, dando suporte as necessidades do desenvolvimento industrial; • Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais portuários; • Promover estudos para a implantação da malha rodoviária intermunicipal; • Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia e inclusão digital); • Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do tartaruga e rio mocoões; • Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção; • Promover o acesso para o uso múltiplo da água. • Promover a ampliação, legalização, segurança e modernização do sistema viário e de transporte; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar dragagem do canal do rio Mocoões e do rio Arari visando a perenização da interligação do rio Anajás ao rio Arari; • Solicitar a implantação do programa Luz Para Todos nas áreas rurais ainda não contempladas com rede de energia elétrica confiável, fornecida pela concessionária Celpa; • Analisar as condições dos grupos-geradores de energia existentes, visando a possibilidade de ampliação do fornecimento dessa energia, para as áreas não atendidas e expansão daqueles grupos-geradores que se encontram sobrecarregados; • Desenvolver estudos que possibilitem estender a transmissão de energia elétrica, ao Marajó, a partir da extensão da linha de transmissão do sistema interligado de Tucuruí; • Implantar, onde não existem pistas de pouso, recuperar e regularizar as existentes e descentralizar as que se encontram nos centros urbanos, provendo o seu acesso; • Construir, ampliar e modernizar os terminais hidroviários e seus acessos, especialmente aos deficientes; • Implantar rodovia entre Anajás e Soure; • Ampliar o sistema de telefonia celular para toda região; • Restabelecer a transmissão do sinal da TV Cultura; • Implantar, adequar e modernizar o sistema de transmissão de dados via telefônica; • Ampliar o sistema de telefonia rural;

- | | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Restabelecer o debate sobre a hidrovia do Marajó através de seminários locais com a ampliação desta através do furo fortaleza II, que liga o rio Afuá a Ponta de Pedras;• Promover a implantação de câmaras frigoríficas para armazenamento de produtos e laticínios produzidos na ilha (queijo do Marajó, por exemplo) e promover a certificação destes e outros produtos;• Implantar políticas para melhoria da qualidade, captação e distribuição de água nos centros urbanos e rurais;• Concluir o Projeto Alvorada; |
|--|---|

Diretrizes e ações de relações institucionais e gestão do Plano

<i>Diretrizes</i>	<i>Ações Prioritárias</i>
<ul style="list-style-type: none">• Promover a modernização da administração pública do Arquipélago, por meio da Escola de Governo do Estado do Pará, e outras instituições;• Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local;• Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo;• Gestão e controle social do plano.	<ul style="list-style-type: none">• Capacitar os gestores locais;• Promover a democratização da gestão pública;• Propiciar assessoria técnica;• Criar mecanismos que aprimorem as relações entre o governo e a sociedade;• Implantar sistema de informação, gestão, avaliação e monitoramento das políticas públicas;• Descentralizar os órgãos considerados estratégicos para o desenvolvimento do Marajó;• Criar maior conexão entre os poderes;• Fomentar estudos e pesquisas de ações integradas com vistas à execução do Plano Marajó;• Formação de um conselho gestor paritário entre os governos e sociedade civil de caráter deliberativo de instância regional, sub-regional e municipal;• Formação de um conselho de controle social fiscalizador majoritário da sociedade civil;• Criação de conselhos municipais com caráter paritário e fiscalizador do plano em nível municipal;

O ZEE será executado na escala de 1:100.000 da mesorregião do Marajó, podendo ser em escalas maiores em áreas cuja necessidade técnica assim requeira. Este zoneamento será coordenado pela Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos (SEPE) no escopo do Programa de Ordenamento Territorial que prevê a realização do ZEE no Estado do Pará. Poderão ser utilizados como insumos para o projeto o zoneamento na escala de 1:450.000 realizado pela AHIMOR e produtos de imagens SAR/SIPAM, com resolução espacial de 6 metros. A realização do ZEE deverá ser baseada em processos participativos, associadas à construção de Agendas 21 Locais, Planos Diretores Municipais, Planejamento Territorial Participativo do Estado, Plano Nacional de Recursos Hídricos, Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, Projeto Orla e outros fóruns.

O ZEE indicará áreas com potenciais para exploração manejada de recursos não madeireiros de forma a orientar a constituição de arranjos produtivos locais (APLs). Os recursos financeiros estão previstos no Programa Pará Rural, sendo que em 2007 será realizado com a contrapartida do Governo do Estado, além dos recursos da SUDAM e MMA.

A proteção dos recursos naturais no Marajó depende do fortalecimento da gestão ambiental descentralizada nos municípios. No PPA da SEMA está prevista essa ação dentro do programa 1247 – Ordenamento Territorial. Outra possibilidade é através do relançamento de editais de demanda induzida do FNMA, específicos para o tema e direcionados para os municípios da mesorregião do Marajó. Serão apoiados processos de Agenda 21 Local como instâncias de articulação e participação de instituições públicas, segmento produtivo e sociedade civil organizada. Para conservação e preservação da biodiversidade no Marajó, as ações de ordenamento territorial através do ZEE terão papel fundamental na identificação e destinação das áreas. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável e os Projetos de Assentamento Agroextrativistas do Marajó são elementos que contribuem para conservação da biodiversidade e proteção das populações tradicionais e seus conhecimentos sendo objetos de ações de fortalecimento com estruturação institucional, planos de manejo e mobilização comunitária.

• **Plano Nacional de Reforma Agrária**

Uma grande Reforma Agrária se faz com grandes metas. As diretrizes do PNRA desdobram-se em metas que demonstram o compromisso com uma Reforma Agrária massiva e de qualidade, capaz de produzir uma profunda transformação no meio rural brasileiro e impulsionar um novo padrão de desenvolvimento com igualdade e justiça social, democracia e sustentabilidade social. As metas do PNRA são

- 400.000 novas famílias assentadas
- 500.000 famílias com posses regularizadas

- 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário
- Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos
- Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado
- Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais
- Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas
- Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas
- Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária
- Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas
- Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas

Pelo novo PNRA, o acesso à terra é apenas o primeiro passo para uma reforma agrária de qualidade. O objetivo é fomentar a integração espacial dos assentamentos e o associativismo para que eles tenham melhores condições de comercialização, assistência técnica e acesso à políticas públicas como educação, cultura e saúde.

O Plano Nacional de Reforma Agrária representa uma inovação em relação ao modelo de implementado nos últimos anos ao se orientar para fazer dos assentamentos espaços de produção e qualidade de vida integrados ao desenvolvimento territorial.

O PNRA orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional, da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e a promoção da igualdade – objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais.

Número de famílias assentadas e gastos no período de 1995 a 2007

Assentamentos 1995 - 2007

ANO	Famílias assentadas	Gastos com obtenção (R\$)	Total de famílias assentadas por período	Média famílias assentadas por ano	Média anual do período
1995	30.716	2.149.449.582			
1996	41.717	1.236.908.756			
1997	66.837	1.939.626.283	238.010	59.503	
1998	98.740	1.548.156.235			
1999	99.201	938.091.299			65.548 1995/2002
2000	69.929	406.224.856	286.370	71.593	
2001	73.754	331.501.430			
2002	43.486	379.641.299			
2003	30.000	400.000.000			
2004	115.000	1.461.664.845	400.000	100.000	2003/2006
2005	115.000	1.461.664.845			
2006	140.000	1.827.081.056	520.000	130.000	2004/2007
2007	150.000	1.973.247.540			

A partir do II PNRA a criação e o desenvolvimento dos novos assentamentos passarão a se orientar por um projeto regional produtivo associado a um plano de desenvolvimento territorial, definido conjuntamente com os beneficiários e acompanhado pela assistência técnica. Significará uma oportunidade para ampliar a oferta de alimentos na região e para promover a diversificação produtiva, tanto em função da matriz tecnológica proposta – produção agroecológica – como em função da destinação dos seus produtos e subprodutos – alimentos e geração de energia. Ao integrar-se aos arranjos produtivos locais, os assentamentos contribuirão para a expansão das cadeias produtivas existentes ou para a formação de novas cadeias, dinamizando o desenvolvimento dos municípios e das regiões.

O princípio geral do PNRA é incluir uma significativa parcela da pirâmide social na economia agrária, regida por um novo marco de regulação dos mercados agrícolas, de sorte a garantir crescimento da renda, do emprego e da produção desse setor. Essa mudança se dará com geração de excedentes de renda familiar relativamente às necessidades básicas de consumo, e dos custos primários de produção, a todo o espectro da população rural atingida pela Reforma.

O instrumento prioritário de obtenção de terras para o assentamento de famílias é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, complementada pela compra e venda (Decreto 433); destinação de terras públicas; obtenção de áreas devolutas; e outras formas de obtenção (devedores, dação em pagamento).

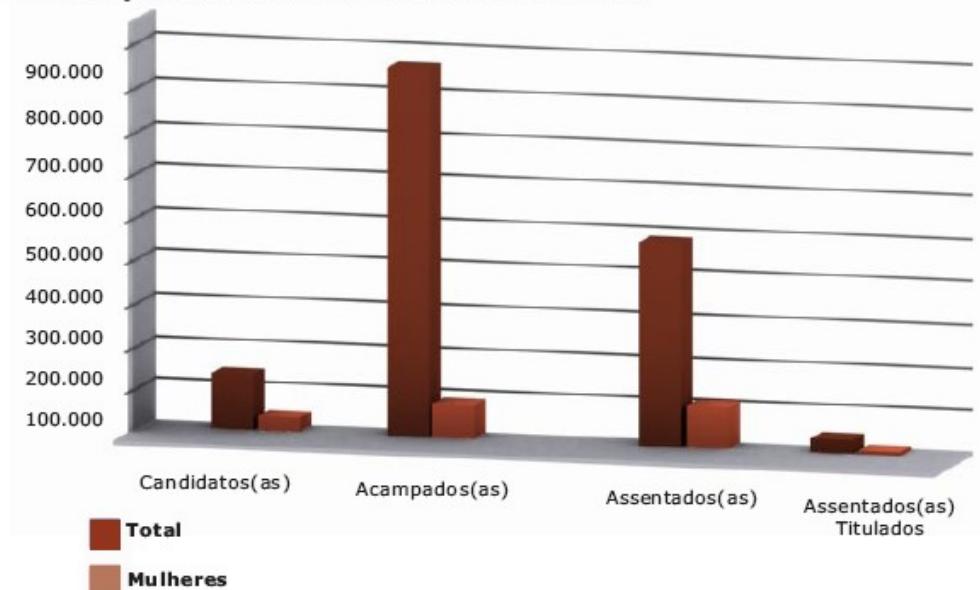
O Plano Nacional de Reforma Agrária tem como uma de suas prioridades a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR de uso múltiplo com a utilização de imagens de satélite e do georeferenciamento de todos os imóveis rurais, que resultará progressivamente num novo mapa fundiário do país e em referência obrigatória para a formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural.

A recuperação e consolidação dos assentamentos criados ao longo dos últimos anos são prioridades do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

O Programa de Crédito Fundiário integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento complementar à desapropriação. É um mecanismo de acesso à terra por meio do financiamento da aquisição de imóvel rural e de investimentos básicos e comunitários em projetos apresentados pelos beneficiários voltados a produzir o aumento da renda e da produção de alimentos, à melhoria das suas condições de vida e à dinamização das economias locais.

O Plano Nacional de Reforma Agrária abraça o desafio de enfrentar o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural, assumindo que cabe ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA REFORMA AGRÁRIA



O Plano contempla a implementação de uma política de regularização fundiária que garanta o direito de uso e posse, bem como o acesso aos instrumentos de política pública que favoreçam a permanência dos quilombolas na terra, sob coordenação do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, do MDA, em conjunto com o INCRA.

O objetivo é identificar alternativas para o uso dos recursos naturais nos assentamentos, principalmente nos biomas da Amazônia, do Cerrado e da Caatinga. A exploração da floresta natural poderá associar-se a sistemas agroflorestais para o atendimento das necessidades de subsistência das famílias.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária prevê a implementação de uma política específica de reassentamento deste segmento da população rural a ser coordenada pelo governo federal e que envolverá vários órgãos.

Estima-se que em toda a região Amazônica sejam mais de 600 mil pessoas, sendo que cerca de 300 mil no estado do Amazonas. O II Plano Nacional de Reforma Agrária

reconhece este setor como parte de seu público alvo e prevê a elaboração e implementação de políticas públicas, baseada no reconhecimento e valorização da cultura e tradições desse povo e dirigidas à promoção da melhoria da qualidade de vida e novas possibilidades produtivas.

Medidas propostas

1. Revisão do conceito de propriedade reformável com a inserção de coeficientes de aproveitamento ambiental e trabalhista que também são itens do cumprimento da função social da terra previsto pela Constituição Federal.
2. Atualização dos índices de definição de improdutividade de terras passíveis de desapropriação para fim de Reforma Agrária a ser analisada pelo Conselho de Política Agrícola.
3. Revisão das normas internas do MDA/INCRA visando a agilizar o processo de obtenção de terras, disciplinar a implantação dos assentamentos e as ações de promoção da igualdade de gênero, de desintrusão de não índios e a titulação das áreas de remanescentes de quilombolas.
4. Estabelecer competência concorrente da União com os Estados e Municípios na propositura de ações discriminatórias.
5. Estabelecer caráter preferencial das ações discriminatórias em andamento, referentes a domínio ou posse de imóveis situados na área discriminada.
6. Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 438/ 2001, já aprovado no Senado Federal e em trâmite na Câmara dos Deputados, que prevê a expropriação para fim de Reforma Agrária das propriedades em que foi comprovada a utilização de trabalho escravo.
7. Alterações na Lei Complementar 76/93 que dificultam o processo de desapropriação ou repercutem em aumento dos custos finais da indenização, nos termos do Projeto de Lei Complementar 566/99, que tramita no Senado Federal.
8. Implementação das ações necessárias para que o Estado exproprie as propriedades com plantação de psicotrópicos e as destine para a Reforma Agrária.
9. Notificação prévia de ingresso no imóvel particular para efeitos de vistoria por via documental.

• **Plano Plurianual**

Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

O Plano Plurianual 2008-2011 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

I. Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

a) Programa Finalístico: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;

b) Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo;

II - Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Lista dos principais Programas do PPA por órgão responsável que poderão contribuir no processo de implementação das ações do MacroZEE, apresentando o objetivo de cada programa, com respectivos projetos e atividades.

Plano Plurianual 2008 - 2011

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
Gabinete da Presidência da República	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Informações Integradas para Proteção da Amazônia Objetivo: Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região
	Projetos	Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia
	Atividades	Capacitação de Recursos Humanos Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados Gestão e Administração do Programa Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência Sensoriamento remoto
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Finalístico	Abastecimento Agroalimentar Objetivo Contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira
	Projetos	Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		colheita de Grãos
	Atividades	<p>Aquisição de Produtos para Comercialização</p> <p>Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</p> <p>Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</p> <p>Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</p> <p>Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras</p> <p>Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador</p> <p>Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários</p> <p>Formação de Estoques Públicos - PGPM</p> <p>Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro</p> <p>Operacionalização da Comercialização de Produtos</p> <p>Organização dos Micro e Pequenos Varejistas</p>
	Finalístico	<p><u>Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário</u></p> <p>Objetivo Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário</p>
	Projetos	<p>Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário</p> <p>Energização Rural</p> <p>Fomento a Pequenos e Médios Produtores Rurais de Culturas Destinadas à Produção de Biodiesel</p>
	Atividades	<p>Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário</p> <p>Fiscalização de Contratos de Repasse</p> <p>Prestação de Assistência Técnica aos Beneficiários do PRODECER</p> <p>Promoção e Participação em Exposições e Feiras Agropecuárias</p> <p>Rastreabilidade no Rebanho Bovino e Bubalino</p> <p>Assistência Financeira a Associações de Criadores de Equíneos e Entidades Turfísticas (Lei nº 7.291, de 1984)</p>
	Finalístico	<p><u>Desenvolvimento da Agroenergia</u></p> <p>Objetivo Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva</p>
	Projetos	<p>Implantação da Estrutura Física e Laboratorial para Pesquisa em Agroenergia</p> <p>Implantação do Centro Nacional de Tecnologia do Etanol - CNTE</p> <p>pesquisa científico-tecnológica de desenvolvimento e produção de agroenergia</p>
	Atividades	<p>Cooperação Internacional para a Difusão da Agroenergia</p> <p>Desenvolvimento da Potencialidade Agroenergética das Regiões Produtoras de Cacau</p> <p>Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética</p> <p>Estudo das Potencialidades das Matérias-Primas Agroenergéticas</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Gestão e Administração do Programa Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool Organização e Capacitação dos Agentes das Cadeias Produtivas Agroenergéticas Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis</p>
		<p><u>Desenvolvimento da Economia Cafeeira</u></p> <p>Objetivo Gerar renda e desenvolvimento em todos os elos da cadeia agroindustrial do café, promovendo o aumento de divisas e empregos</p>
	Atividades	<p>Capacitação de Técnicos e Produtores do Agronegócio do Café Conservação dos Estoques Reguladores de Café Gestão e Administração do Programa Pesquisa e Desenvolvimento em Cafeicultura Promoção do Café Brasileiro no Exterior Publicidade de Utilidade Pública Remuneração às Instituições Financeiras pela Gestão do Contrato de Dação em Pagamento de Dívidas Alongadas</p>
	Finalístico	<p><u>Desenvolvimento do Agronegócio no Comércio Internacional</u></p> <p>Objetivo Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercados de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País</p>
	Atividades	<p>Capacitação de Negociadores e Profissionais do Agronegócio em Comércio Exterior Gestão e Administração do Programa Missões Comerciais Internacionais para o Agronegócio Promoção do Agronegócio no Exterior</p>
	Finalístico	<p><u>Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau</u></p> <p>Objetivo Promover o aumento da geração de emprego e renda nas regiões produtoras de cacau, por meio do desenvolvimento e verticalização das atividades agropecuárias regionais, considerando, sobretudo, as relações de equilíbrio socioeconômico, capacidade de uso da mão-de-obra e sustentabilidade ambiental</p>
	Atividades	<p>Controle da Doença Vassoura-de-Bruxa Difusão de Tecnologias para o Agronegócio do Cacau e Sistemas Agrossilvopastorais Geração de Tecnologia para o Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau Gestão e Administração do Programa</p>
	Finalístico	<p><u>Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio</u></p> <p>Objetivo Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
	Atividades	<p>Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias</p> <p>Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas</p> <p>Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo</p> <p>Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar</p> <p>Fomento à Inovação no Agronegócio</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p>
	Finalístico	<u>Minimização de Riscos no Agronegócio</u> Objetivo Minimizar os riscos da atividade agrícola decorrentes da ação de agentes biológicos e climáticos
	Projetos	<p>Implantação de Estações Automáticas de Coleta de Dados Meteorológicos</p> <p>Implantação de Rede de Telecomunicações de Dados Meteorológicos</p> <p>Zoneamento Agrícola</p>
	Atividades	<p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Julgamento de Recursos em Processos de Sinistros</p> <p>Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas</p>
	Finalístico	<u>Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para a Inserção Social</u> Objetivo Construir base de conhecimentos científicos e tecnológicos em atividades agropecuárias e agroindustriais voltada aos empreendimentos de pequeno porte
	Atividades	<p>Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Integrados de Produção Aplicáveis a Processos Produtivos em Pequena Escala</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade de Comunidades</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para Diferenciação e Agregação de Valor à Produção Extrativista, Agropecuária e Agroindustrial de Pequena Escala</p> <p>Transferência de Tecnologia para a Inserção Social</p>
	Finalístico	<u>Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio</u> Objetivo Incrementar a base de conhecimentos científicos e tecnológicos necessária para a manutenção e evolução da capacidade competitiva das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, enfatizando as dimensões relacionadas à sustentabilidade ambiental, à qualidade e à segurança dos seus produtos e processos
	Atividades	<p>Manutenção da Plataforma Nacional de Recursos Genéticos</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Biologia Avançada e suas Aplicações no Agronegócio</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Sistemas Inovadores de Produção para o Agronegócio</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias e Sistemas Avançados para Apoio à Defesa Agropecuária</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Animal</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade das Cadeias de Produtos de Origem Vegetal</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para a Sustentabilidade do Agronegócio e sua Adaptação às Mudanças Ambientais Globais</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento para Caracterização e Manejo de Agroecossistemas</p> <p>Publicidade de Utilidade Pública</p> <p>Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento do Agronegócio</p>
	Finalístico	<p><u>Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</u></p> <p>Objetivo Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores</p>
	Atividades	<p>Fiscalização de Agrotóxicos e Afins</p> <p>Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes</p> <p>Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal</p> <p>Fiscalização de Material Genético Animal</p> <p>Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário</p> <p>Fiscalização de Sementes e Mudas</p> <p>Fiscalização de Serviços Agrícolas</p> <p>Fiscalização de Serviços Pecuários</p> <p>Proteção e Fiscalização de Cultivares</p>
	Finalístico	<p><u>Segurança da Sanidade na Agropecuária</u></p> <p>Objetivo Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos</p>
	Atividades	<p>Erradicação da Febre Aftosa</p> <p>Erradicação da Mosca da Carambola</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais</p> <p>Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais</p> <p>Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária</p> <p>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos</p> <p>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos</p> <p>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos</p> <p>Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos</p>
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	<p><u>Gestão da Política Agropecuária</u></p> <p>Objetivo Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
	Projetos	Implantação do Processo de Gestão Estratégica Orientado ao Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio Implantação do Projeto de Melhoria da Infra-estrutura da Sede do MAPA Modernização do Sistema Integrado de Informações Agropecuárias
	Atividades	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Formulação, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Política Agropecuária Gestão e Administração do Programa Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras Publicidade de Utilidade Pública Sistema Nacional de Difusão de Informações para o Agronegócio
Ministério da Ciência e Tecnologia	Finalístico	<u>Ciência, Tecnologia e Inovação Aplicadas aos Recursos Naturais</u> Objetivo Ampliar, organizar e disponibilizar a base de informação e conhecimento técnico-científico visando à inovação tecnológica e à conservação dos recursos naturais
	Projetos	Implantação da Rede de Pesquisa sobre o Cerrado Implantação de Sistema de Informação sobre Recursos Naturais
	Atividades	Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (Coleções Ex Situ) Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade Apoio à Rede de Pesquisas para a Conservação e Uso Sustentável do Cerrado Apoio a Redes de Inventários da Biota Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade Desenvolvimento de Estudos Estratégicos para os Biomas Brasileiros Desenvolvimento de Pesquisas sobre o Clima e os Ciclos Biogeoquímicos dos Ecossistemas Amazônicos (LBA) Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento sobre a Composição e a Dinâmica dos Ecossistemas Brasileiros Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro) Gestão e Administração do Programa Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
	Finalístico	<u>Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)</u> Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e inovações voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional
	Projeto	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Áreas Estratégicas da Ciência e Tecnologia
	Atividades	Apoio a Pesquisa de Resíduos e Contaminantes

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		Apoio a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biotecnologia Apoio a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento da TV Digital Apoio a Redes de Nanotecnologia Apoio ao Desenvolvimento da Tecnologia Industrial Básica para a Inovação e Competitividade Desenvolvimento de Produtos e Processos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA Estímulo ao Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços Correlatos Fomento a Centros de Ensino e Pesquisa na Área de Biotecnologia e Recursos Genéticos Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo) Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação Tecnológica nas Áreas de Materiais, Dispositivos Avançados e Microeletrônica Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica Fomento a Projetos Institucionais de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanociência e Nanotecnologia Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e Construção Naval (CT-Aquaviário) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor do Agronegócio (CT-Agronegócio) Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral) Fomento ao Desenvolvimento e Uso de Tecnologias na Área de Telemedicina Gestão e Administração do Programa Metrologia de Tempo e Freqüência, de Gravidade e de Orientação Magnética Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Conversão de Energia Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Fármacos e

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Medicamentos Promoção do Desenvolvimento da Indústria de Projeto e Fabricação de Componentes Semicondutores Serviços de Tecnologia de Informação para a Indústria Serviços de Tecnologia Industrial Básica e Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia no Instituto Nacional de Tecnologia</p>
	Finalístico	<p><u>Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social</u></p> <p>Objetivo Ampliar a capacidade local e regional para gerar e difundir o progresso técnico e científico visando à melhoria da qualidade de vida das populações em situação de vulnerabilidade social</p>
	Projetos	<p>Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia para Inclusão Social Implantação de Sistema de Informações sobre Tecnologias para o Desenvolvimento Social</p>
	Atividades	<p>Alfabetização Científica em Espaços Não-Formais de Educação pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins - Mast Apóio à Criação e Desenvolvimento de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia Apóio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos Apóio à Pesquisa e à Inovação em Arranjos Produtivos Locais Apóio à Pesquisa e Desenvolvimento Aplicados à Segurança Alimentar e Nutricional Apóio à Pesquisa, Inovação e Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social Apóio a Projetos e Eventos de Divulgação e Educação Científica Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação para a Economia Solidária Gestão e Administração do Programa Realização de Olimpíadas em Ciências</p>
	Finalístico	<p><u>Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação</u></p> <p>Objetivo Formar e capacitar recursos humanos visando ampliar e consolidar a base necessária ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação</p>
	Projetos	<p>Concessão de bolsas para a formação, atração e fixação de recursos humanos na região Amazônica</p>
	Finalístico	<p><u>Meteorologia e Mudanças Climáticas</u></p> <p>Objetivo Entender os mecanismos que determinam as mudanças climáticas globais e melhorar a capacidade de previsão meteorológica, climática, hidrológica e ambiental</p>
	Projetos	<p>Implantação de Infra-Estrutura para Atender as Demandas das Mudanças Climáticas Globais Implantação de Infra-Estrutura para o Sistema Científico Brasileiro de Previsão do Clima Espacial</p>
	Atividades	<p>Gestão e Administração do Programa Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa Monitoramento Ambiental da Amazônia por Satélites Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima</p> <p>Pesquisa sobre Clima e Oceanografia no Atlântico Tropical e Sul e na Antártica</p> <p>Pesquisa, Desenvolvimento e Operações em Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC</p> <p>Rede de Meteorologia e Clima</p>
	Finalístico	<p>Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico</p> <p>Objetivo Promover o desenvolvimento científico e tecnológico do País, mediante o fortalecimento da pesquisa e da infra-estrutura técnico-científica existentes e incremento da produtividade dos pesquisadores</p>
		<p>Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura para o Estudo da Biodiversidade,</p> <p>Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais</p> <p>Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Região Amazônica</p> <p>Implantação de Institutos de Pesquisa de Padrão Internacional - Institutos do Millennium</p> <p>Implantação de Unidade do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE</p> <p>Recuperação da Infra-Estrutura Física das Unidades de Pesquisa</p>
	Atividades	<p>Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos</p> <p>Apoio a Redes e Laboratórios de Pesquisa em Física de Altas Energias</p> <p>Desenvolvimento de Novas Linhas de Pesquisa nas Unidades Científicas e Tecnológicas</p> <p>Desenvolvimento de Pesquisa nas Unidades Regionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE</p> <p>Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas Amazônicos no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA</p> <p>Difusão de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos nas Unidades de Pesquisa Fomento a Núcleos de Excelência - PRONEX</p> <p>Fomento à Pesquisa Fundamental Fomento a Projetos de Fortalecimento da Capacidade Científica e Tecnológica</p> <p>Fomento a Projetos de Implantação e Recuperação da Infra-Estrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra)</p> <p>Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia</p> <p>Fomento à Publicação de Revistas Científicas e Tecnológicas Nacionais</p> <p>Funcionamento do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e Caribe</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Gestão Integrada dos Acervos de Informação Científica e Tecnológica</p> <p>Operação e Desenvolvimento da Internet na Associação Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP - OS</p> <p>Participação Brasileira na Utilização de Telescópios Internacionais</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia Industrial no Instituto Nacional de Tecnologia - INT</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Astrofísica e Astronomia no Laboratório Nacional de Astrofísica - LNA</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Pesquisa e Desenvolvimento em Astronomia e Astrofísica, Geofísica e Metrologia de Tempo e Freqüência</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia de Semicondutores</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - OS</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Pesquisas Renato Archer - CenPRA</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento no Centro de Tecnologia Mineral - CETEM</p> <p>Pesquisa e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT</p> <p>Pesquisa em História e Memória do Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST</p> <p>Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa</p>
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação
	Projetos	<p>Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação para Cooperação Internacional</p> <p>Implantação do Sistema Integrado de Gestão nas Unidades de Pesquisa do MCT</p>
	Atividades	<p>Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Controle de Bens Sensíveis</p> <p>Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>Desenvolvimento de Estudos de Prospecção e Gestão Estratégica no Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - OS</p> <p>Formulação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia</p> <p>Funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Publicidade de Utilidade Pública</p> <p>Sistema Integrado de Informações em Ciência e Tecnologia (Plataforma Lattes)</p>
Ministério da Cultura	Finalístico	Brasil Patrimônio Cultural Objetivo Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro
	Projetos	<p>Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN</p> <p>Estudos para a Revitalização do Patrimônio Histórico Ferroviário</p>
	Finalístico	Cultura Afro-Brasileira Objetivo Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		brasileiro
	Projetos	Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra
	Finalístico	Desenvolvimento da Economia da Cultura – PRODEC Objetivo Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico
	Atividades	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura Promoção de Negócios de Economia da Cultura
Ministério da Defesa	Finalístico	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária Objetivo Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infra-estrutura aeroportuária brasileira
	Projetos	Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Nacional Reforma e Ampliação do Aeroporto de Ji-Paraná - RO ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO DE PALMAS - TO AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE MANAUS (AM) Construção de Terminal de Passageiro no Aeroporto Internacional de Macapá Manutenção da Infra-Estrutura Aeroportuária
	Finalístico	Calha Norte Objetivo Aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/Amazonas, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região
	Projetos	Construção de Embarcações para Controle e Segurança da Navegação Fluvial na Região do Calha Norte Construção de Ponte Sobre o Rio Matapi, entre Mazagão e Santana - AP Implantação da Infra-estrutura básica nos municípios da Região do Calha Norte Implantação de Unidades Militares na Região do Calha Norte
	Atividades	Apoio Aéreo na Região do Calha Norte Apoio às Comunidades da Região do Calha Norte Conservação de Rodovias na Região do Calha Norte Gestão e Administração do Programa Manutenção da Infra-Estrutura Instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte Manutenção de Aeródromos na Região do Calha Norte Manutenção de Embarcações na Região do Calha Norte Manutenção de Pequenas Centrais Elétricas na Região do Calha Norte
Ministério da Educação	Finalístico	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos Objetivo Elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
	Atividades	Apoio à Alfabetização e à Educação de Jovens e Adultos Apoio a Iniciativas para Melhoria da Qualidade da Educação de Jovens e Adultos Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para a Educação de Jovens e Adultos Gestão e Administração do Programa Incentivo à Leitura para Jovens e Adultos Publicidade de Utilidade Pública
	Finalístico	Brasil Universitário Objetivo Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
	Projetos	Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior Expansão do Ensino Superior - Campus da floresta em Cruzeiro do Sul Expansão do Ensino Superior - Campus de Araguaína Expansão do Ensino Superior - Campus de Benjamin Constant Expansão do Ensino Superior - Campus de Bragança Expansão do Ensino Superior - Campus de Castanhal Expansão do Ensino Superior - Campus de Coari Expansão do Ensino Superior - Campus de Eirunepé Expansão do Ensino Superior - Campus de Gurupi Expansão do Ensino Superior - Campus de Humaitá Expansão do Ensino Superior - Campus de Itacoatiara Expansão do Ensino Superior - Campus de Marabá Expansão do Ensino Superior - Campus de Mazagão Expansão do Ensino Superior - Campus de Palmas Expansão do Ensino Superior - Campus de Parintins Expansão do Ensino Superior - Campus de Porto Nacional Expansão do Ensino Superior - Campus de Santarém Implantação da Universidade Federal do Carajás, do Sul e do Sudeste do Estado do Pará- Marabá - PA Implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UNIOESPA
	Atividades	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação Funcionamento de Cursos de Graduação Instrumental para Ensino e Pesquisa Destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino Reforma e Modernização de Infra-estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Ensino Superior
Ministério da Fazenda	Apóio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política Econômica Objetivo Formular, propor e monitorar medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, industrial, agrícola, tarifária, do setor externo, do mercado de trabalho e do mercado de capitais
	Atividades	Assistência Técnica em Assuntos Internacionais Exercício da Presidência do G-20 em 2008 Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas Gestão e Administração do Programa Produção e Disseminação de Informações, Estudos e

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		Pesquisas
Ministério da Integração Nacional	Finalístico	<p>Desenvolvimento da Agricultura Irrigada</p> <p>Objetivo Desenvolver a agricultura irrigada, com aumento da produtividade, como contribuição para o desenvolvimento regional</p>
	Projetos	<p>Cadastro Nacional da Agricultura Irrigada</p> <p>Construção da Barragem do Rio Manoel Alves - Eixo 1 - Propertins - no Estado do Tocantins</p> <p>Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão - 1a Etapa - com 1.000 ha no Estado de Roraima</p> <p>Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão - 2a Etapa - com 3.000ha no Estado de Roraima</p> <p>Implantação do Perímetro de Irrigação Propertins com 20.000ha no Estado do Tocantins</p> <p>Implantação do Perímetro de Irrigação Sampaio com 1.070ha no Estado do Tocantins</p> <p>Implantação do Perímetro de Irrigação São João com 3.582ha no Estado de Tocantins</p> <p>Implantação do Projeto de Desenvolvimento Hidroagrícola de Pedro Afonso com 2.050 Há no Estado do Tocantins</p> <p>Revitalização do Perímetro de Irrigação Rio Formoso com 55.000ha no estado de Tocantins</p> <p>Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Manoel Alves com 5.000 ha no Estado do Tocantins</p> <p>Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação Sampaio com 988,36ha no Estado do Tocantins</p> <p>Transferência da Gestão do Perímetro de Irrigação São João com 3.582 ha no Estado do Tocantins</p>
		<p>Desenvolvimento Macrorregional Sustentável</p> <p>Objetivo Promover o desenvolvimento e integrar os instrumentos de crédito e de financiamento público ao desenvolvimento regional</p>
	Projetos	<p>Apoio à Capacitação de Recursos Humanos, Inovação e Difusão Tecnológica</p> <p>Criação do Distrito Florestal Sustentável de Carajás no Estado do Pará</p> <p>Desenvolvimento Macro-Regional Sustentável do Arquipélago do Marajó</p>
		<p>Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial</p> <p>Objetivo Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo</p>
	Projetos	<p>Canalização do Córrego Pernada em Paraíso do Tocantins no Estado do Tocantins</p> <p>Canalização do Igarapé Maguariaçú em Ananindeua no Estado do Pará</p> <p>Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Boa Vista - RR</p> <p>Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado de Tocantins</p> <p>Macrodrenagem no Córrego Cará em Araguaína no Estado do Tocantins</p> <p>Obras de Macrodrenagem na Sub-bacia do Córrego Neblina em Araguaína no Estado do Tocantins</p>
		Prevenção e Preparação para Desastres

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		Objetivo Prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos
		Ações de Defesa Civil para Enfrentamento das Mudanças Climáticas Ampliação do funcionamento do CENAD Apoio a Obras Preventivas de Desastres Capacitação de Agentes e Comunidades em Defesa Civil Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa Civil Mobilização e Manutenção do Grupo de Apoio a Desastres
		Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO Objetivo Aumentar a sustentabilidade de espaços sub-regionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, para a redução das desigualdades inter e intra-regionais
	Projetos	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
	Atividades	Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos em Espaços Sub-Regionais Apoio à Implantação de Infra-Estrutura Social e Produtiva Complementar em Espaços Sub-Regionais
		Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira Objetivo Promover o desenvolvimento da faixa de fronteira
	Atividades	Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos na Faixa de Fronteira Apoio a Implantação da Infra-Estrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira Formação de Agentes para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável na Faixa de Fronteira Organização Social e do Associativismo na Faixa de Fronteira
	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	Gestão da Política de Integração Nacional Objetivo Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial
	Atividades	Estruturação de Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
	Atividades	Avaliação de Instrumentos e Mecanismos de Desenvolvimento Macrorregional Capacitação para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Gestão e Administração do Programa Manutenção do Sistema Nacional de Informações para o Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial Publicidade de Utilidade Pública
Ministério da Justiça	Finalístico	Proteção e Promoção dos Povos Indígenas Objetivo Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral
		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Conservação e Recuperação da Biodiversidade em Terras Indígenas Demarcação e Regularização de Terras Indígenas Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas Gestão e Administração do Programa Gestão e Disseminação das Informações Acerca da Temática Indígena Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados ou de Recente Contato Pesquisa sobre Populações Indígenas Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas Proteção Social dos Povos Indígenas Realização dos Jogos dos Povos Indígenas
Ministério da Previdência Social	Finalístico	Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal Objetivo Zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal
	Projetos	Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNIS-RPPS Implantação do Sistema Integrado de Informações Previdenciárias - SIPREV
	Atividades	Assistência Técnica às Reformas dos Regimes Próprios de Previdência Auditoria nos Regimes Próprios dos Servidores Públicos
Ministério da Saúde	Finalístico	Atenção Básica em Saúde Objetivo Expandir a estratégia de Saúde da Família e a rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica: resolutiva, de qualidade, integral e humanizada
	Atividades	Alimentação e Nutrição para a Saúde Atenção Básica em Saúde Bucal Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa) Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde Expansão e Consolidação da Estratégia de Saúde da Família - PROESF Gestão e Administração do Programa Piso de Atenção Básica Fixo Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		Publicidade de Utilidade Pública
Ministério das Cidades	Finalístico	<p>Serviços Urbanos de Água e Esgoto</p> <p>Objetivo Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário</p>
	Projetos	<p>Apoio a Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico, Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes</p> <p>Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ariquemes - RO</p> <p>Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Boa Vista - RR</p> <p>Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Ji-Paraná - RO</p> <p>Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário em Manaus - AM</p>
	Finalístico	<p>Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários</p> <p>Objetivo Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade</p>
	Projetos	<p>Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários</p> <p>Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável em Assentamentos Informais em Áreas Urbanas no Estado do Mato Grosso</p> <p>Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários - Rio Branco - AC</p> <p>Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários</p>
Ministério de Minas e Energia	Finalístico	<p>Energia na Região Norte</p> <p>Objetivo Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica da Região Norte e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional</p>
	Projetos	<p>Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una (PA) de 30,3 MW para 40,3 MW</p> <p>Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (PA) - 2ª Etapa - de 4.245 para 8.370 MW</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - Tucuruí (PA) – Manaus (AM) - na Região Norte</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Pará (PA)</p> <p>Estudo de Viabilidade de Implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA)</p> <p>Implantação da Linha de Transmissão Oiapoque - Calçoene (204 Km - 138 KV) - (AP)</p>
	Atividades	<p>Manutenção de Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Norte</p> <p>Manutenção de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Norte</p> <p>Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão da Região</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Norte</p> <p>Energia nos Sistemas Isolados</p> <p>Objetivo Ampliar a oferta de geração e transmissão de energia elétrica e reduzir as perdas técnicas e comerciais nos sistemas isolados</p>
	Projetos	<p>Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP)</p> <p>2ª Casa de Força - de 78 MW para 104 MW</p> <p>Ampliação da Capacidade do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica no Estado do Amazonas</p> <p>Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR)</p> <p>Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica em Manaus (AM)</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica - Caracaraí - Jundiá – São João da Baliza - Roraima</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Rondônia</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado de Roraima (RR)</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Estado do Amapá (AP)</p> <p>Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nos Estados do Acre/ Rondônia - (AC)/(RO)</p> <p>Conversão de 16 Unidades Termelétricas Localizadas na Região de Manaus (AM), com Potencial Total de 419,5 MW, para Operação Bicombustível</p> <p>Implantação da Linha de Transmissão Iranduba-Manacapuru (77,1 km - 69 kV) e da Linha de Transmissão Manacapuru-Novo Airão (105 km - 34,5 kV) e Subestações Associadas (AM)</p> <p>Implantação da Subestação Taquarí com 69/138 kV (AC)</p> <p>Implantação de Oleodutos e Instalação de Tanques de Armazenamento de Combustíveis nas Usinas da CEAM - (AM)</p> <p>Implantação de Rede de Ramais Termelétricos (Gasoduto) para Atendimento de Produtores Independentes de Energia Termelétrica, em Manaus (AM)</p> <p>Implantação de Sistema de Controle de Impacto Ambiental Causado pela Geração Térmica de Energia Elétrica - (AM)</p> <p>Implantação de Sistema de Subtransmissão em 138/69/34,5 kV na Área de Concessão da CEAM (AM)</p> <p>Implantação de Unidades de Geração Termelétrica em Manaus (AM)</p> <p>Interligação dos Sistemas Isolados de Distribuição (Subestações de 34,5/13,8 kV) ao Sistema Rio Branco (AC)</p> <p>Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Boa Vista Energia (RR)</p> <p>Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da CERON (RO)</p> <p>Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Eletroacre - (AC)</p> <p>Modernização e Adequação de Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais na Área de Concessão da Manaus Energia (AM)</p> <p>Modernização e Adequação do Sistema de Comercialização e Distribuição - Redução de Perdas Técnicas e Comerciais</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>na Área de Concessão da CEAM (AM)</p> <p>Repotencialização do Parque Gerador da PCH de Jatapú no Estado de Roraima</p> <p>Revitalização do Parque de Geração de Energia Elétrica de Manaus (AM)</p> <p>Revitalização do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica da CEAM de 71,2 kV (AM)</p>
	Atividades	<p>Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)</p> <p>Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia</p> <p>Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica na Área de Concessão da Manaus Energia (AM)</p> <p>Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Acre</p> <p>Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas</p> <p>Manutenção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica em Manaus (AM)</p> <p>Manutenção de Rede de Distribuição de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas</p> <p>Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)</p> <p>Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Acre</p> <p>Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Manaus (AM)</p> <p>Manutenção do Parque de Geração de Energia Elétrica em Rondônia</p> <p>Manutenção do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia</p> <p>Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica no Interior do Estado do Amazonas</p> <p>Manutenção do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica em Boa Vista (RR)</p> <p>Manutenção do Sistema de Transmissão e Subtransmissão em Manaus (AM)</p> <p>Manutenção do Sistema de Transmissão em Rondônia</p> <p>Reforços e Melhorias nos Sistemas de Transmissão dos Sistemas Isolados</p>
		<p>Luz para Todos</p> <p>Objetivo Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água</p>
	Projetos	<p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Amazonas)</p> <p>Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional</p> <p>Com investimento de estatais :</p> <p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz Para Todos – no Município de Boa Vista (RR)</p> <p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos – no Município de Manaus (AM)</p> <p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Acre)</p> <p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Amazonas)</p> <p>Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos (Rondônia)</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		Ampliação da Rede Rural de Energia Elétrica - no Estado do Amazonas
	Atividades	Apoio a Iniciativas de Uso Produtivo de Energia Elétrica
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Finalístico	<p>Artesanato Brasileiro (detalhado no Produto 02 da presente consultoria)</p> <p>Competitividade das Cadeias Produtivas (detalhados no Produto 02 da presente consultoria)</p> <p>Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA</p> <p>Objetivo Contribuir para o desenvolvimento na Amazônia Ocidental e de Macapá e Santana no Amapá</p>
	Projetos	<p>Atualização do Parque Lógico Computacional da SUFRAMA</p> <p>Construção de Muro de Arrimo - Trecho Macapá-Santana - No Estado do Amapá</p> <p>Reaparelhamento da Infra-Estrutura nas Áreas sob Jurisdição da Suframa</p>
	Atividades	<p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Remuneração de Agentes Financeiros pela Operacionalização de Projetos de Apoio à Infra-Estrutura Econômica e Social</p> <p>Pólo Industrial de Manaus</p> <p>Objetivo Consolidar a estrutura produtiva do Pólo Industrial de Manaus e contribuir para o equilíbrio da balança comercial do modelo</p>
	Projetos	<p>Construção da Central de Fiscalização de Mercadorias para Zona Franca de Manaus</p> <p>Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Agropecuário</p> <p>Implantação do Parque Tecnológico do Pólo Industrial de Manaus</p> <p>Revitalização e Expansão da Infra-Estrutura do Distrito Industrial de Manaus</p>
	Atividades	<p>Análise e Controle de Projetos Beneficiados com Incentivos Fiscais</p> <p>Manutenção da Infra-Estrutura do Distrito Agropecuário</p> <p>Manutenção do Distrito Industrial de Manaus</p> <p>Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus</p>
Ministério do Meio Ambiente	Finalístico	<p>Comunidades Tradicionais</p> <p>Objetivo Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, dinamizando as atividades produtivas e incentivando o uso sustentável dos ambientes que ocupam, por meio da valorização da cultura e das formas de organização social</p>
	Atividades	<p>Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais</p> <p>Assistência à Produção e à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade</p> <p>Capacitação de Comunidades Tradicionais</p> <p>Fomento à Difusão de Tecnologias Sociais para Comunidades Tradicionais</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais</p> <p>Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais</p> <p>Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>Gestão Ambiental em Terras Quilombolas</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p>
		<p>Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros</p> <p>Objetivo Contribuir para a sustentabilidade dos biomas brasileiros, respeitando as suas especificidades, por meio da expansão e consolidação do sistema nacional de unidades de conservação e outras áreas protegidas, bem como para a definição e disseminação de políticas e práticas de conservação, uso sustentável e gestão integrada dos biomas, com a justa repartição dos benefícios decorrentes</p>
	Projetos	<p>Implantação de Corredores Ecológicos</p> <p>Revitalização do Parque Zoobotânico de Macapá no Estado de Amapá</p>
	Atividades	<p>Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas</p> <p>Apoio ao Combate ao Crime Ambiental em Áreas Protegidas</p> <p>Capacitação para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas</p> <p>Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico</p> <p>Definição de Mecanismos de Retribuição por Serviços Ambientais</p> <p>Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável nos Biomas brasileiros</p> <p>Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável nos Biomas brasileiros</p> <p>Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico</p> <p>Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal</p> <p>Monitoramento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros</p> <p>Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais</p>
		<p>Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos</p> <p>Objetivo Conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado</p>
	Projetos	Apoio à Proteção e Conservação da Fauna Nacional
	Atividades	<p>Autorização para Manejo de Fauna em Vida Livre</p> <p>Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias</p> <p>Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora</p> <p>Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores</p> <p>Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres</p> <p>Desenvolvimento de Ações de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados</p> <p>Fiscalização de Fauna Silvestre</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (PROBIO I e II)</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade</p> <p>Licenciamento para Manejo de Espécies da Fauna com Potencial de Uso Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras</p> <p>Promoção da Repartição de Benefícios decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado</p>
		<p>Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade</p> <p>Objetivo Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais</p>
	Atividades	<p>Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico</p> <p>Fomento à Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação</p> <p>Fomento a Projetos Demonstrativos na Amazônia e Mata Atlântica</p> <p>Fomento ao Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia (Programa-Piloto)</p> <p>Fomento às Práticas de Conservação, Uso e Manejo da Agrobiodiversidade Desenvolvidas por Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais</p> <p>Fortalecimento e Valorização de Iniciativas Territoriais de Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Identificação e Pesquisa de Espécies da Fauna e Flora de Importância Econômica</p> <p>Implantação de Sistemas Comunitários de Conservação e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade</p> <p>Implantação de Unidades Territoriais de Gestão Ambiental Rural (GESTAR)</p> <p>Implementação dos Planos de Utilização dos Pólos do Proambiente em Escala Territorial</p> <p>Pesquisa, Acesso e Tecnologia para o Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade</p>
		<p>Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis</p> <p>Objetivo Construir valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis</p>
	Atividades	<p>Assistência Técnica para a Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública</p> <p>Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental</p> <p>Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental</p> <p>Formação de Educadores Ambientais</p> <p>Gestão Compartilhada da Educação Ambiental</p> <p>Gestão e Administração do Programa</p> <p>Produção e Difusão de Informação Ambiental de Caráter Educativo</p> <p>Publicidade de Utilidade Pública</p>
		<p>Nacional de Florestas</p> <p>Objetivo Promover a sustentabilidade do setor florestal,</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social
	Projetos	Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR-163 Elaboração do Inventário Florestal Nacional Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais
	Atividades	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais Capacitação em Atividades Florestais Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais Estruturação dos Órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente para a Gestão Florestal Compartilhada Expansão da Base Florestal Plantada Expansão do Uso Sustentável dos Recursos Florestais Fomento ao Manejo Florestal na Amazônia (Programa-Piloto) Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro Gestão e Administração do Programa Licenciamento e Controle das Atividades Florestais Pesquisa e Desenvolvimento Florestal Planejamento e Gestão das Concessões Florestais Promoção da Reposição Florestal Obrigatória Publicidade de Utilidade Pública Recuperação da Cobertura Vegetal de Áreas Degradas
		Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer Objetivo Prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros
	Atividades	Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais Fiscalização de Atividades de Desmatamento Gestão e Administração do Programa Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas
		Probacias - Conservação de Bacias Hidrográficas Objetivo Implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas
	Projetos	Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais Modernização da Rede Hidrometeorológica
	Atividades	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos Enquadramento de Corpos D'Água Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Tecnológica para Recursos Hídricos Operação da Rede Hidrometeorológica Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos Projetos Demonstrativos de Uso Racional e Conservação de Recursos Hídricos</p>
		<p>Qualidade Ambiental</p> <p>Objetivo Promover a melhoria da qualidade ambiental por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, controle de riscos e atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais, controle de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e a definição de medidas de adaptação às mudanças climáticas</p>
	Projetos	<p>Mapeamento das Vulnerabilidades Urbanas em Face do Aquecimento Global e Efeito Estufa Prevenção da Contaminação Ambiental e Gerenciamento de Substâncias Perigosas</p>
	Atividades	<p>Aperfeiçoamento das Normas e dos Procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Fontes Alternativas Renováveis Aperfeiçoamento do Processo de Licenciamento Ambiental Apoio à Estruturação dos Sistemas Estaduais de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos - P2R2 Avaliação da Periculosidade e Controle de Produtos, Substâncias Químicas e Resíduos Perigosos Capacitação de Agentes em Sustentabilidade Ambiental no Âmbito do Setor Elétrico Nacional Capacitação para Qualidade Ambiental Elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Industriais e Perigosos Fomento a Projetos para Melhoria da Qualidade Ambiental Gestão e Administração do Programa Licenciamento Ambiental Federal Mitigação e Adaptação do Setor Elétrico aos Efeitos das Mudanças Climáticas Prevenção e Combate a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo Promoção da Proteção da Atmosfera</p>
		<p>Zoneamento Ecológico-Econômico</p> <p>Objetivo Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País</p>
	Projetos	<p>Elaboração da Base Cartográfica Digital da Amazônia Legal Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
	Atividades	Apoio à Gestão Ambiental em Áreas de Vulnerabilidade Ambiental Controle Ambiental dos Espaços Litorâneos Gestão e Administração do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico Estadual na Escala 1:250.000
Ministério do Turismo	Finalístico	Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão Objetivo Aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda
	Projeto	Adequação da Infra-Estrutura do Patrimônio Histórico e Cultural para Utilização Turística Construção de Autódromo em Rondonópolis - MT Construção do Museu do Tumucumaque – no Estado do Amapá Implantação de Centros de Informações Turísticas
Ministério dos Transportes	Finalístico	Vetor Logístico Amazônico Objetivo Promover eficiência e efetividade nos fluxos de transporte na região dos estados do AC, AM, RR e RO e oeste dos estados do PA e MT
	Projetos	Adequação de Acessos Rodoviários – Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364 – no Estado de Rondônia Adequação de Travessia Urbana – no Município de Marabá - na BR-222 - no Estado do Pará Adequação de Trecho Rodoviário – Candeias do Jamari - UNIR - na BR-364 - no Estado de Rondônia Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa MS/MT - Divisa MT/PA - na BR-163 – No Estado do Mato Grosso Adequação de Trecho Rodoviário - km 714 - km 725 - na BR-364 - no Estado de Rondônia Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil – na BR-163 - no Estado do Mato Grosso Construção da Ponte sobre o Rio Itacutú – na BR-401 - no Estado de Roraima Construção de Contorno Rodoviário – no Município de Brasiléia - na BR-317 – No Estado do Acre Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia - na Divisa PA/TO - na BR-230 - no Estado do Pará Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Abunã - na BR-364 – no Estado de Rondônia Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319 - no Estado de Rondônia Construção de Terminal Fluvial – no Município de Altamira (Sede) - no Estado do Pará Construção de Terminal Fluvial – no Município de Alvarães - no Estado do Amazonas Construção de Terminal Fluvial – no Município de Anamã - no Estado do Amazonas Construção de Terminal Fluvial – no Município de Anori - no Estado do Amazonas Construção de Terminal Fluvial – no Município de Apuí (Prainha) - no Estado do Amazonas Construção de Terminal Fluvial – no Município de Autazes - no Estado do Amazonas Construção de Terminal Fluvial – no Município de Aveiro - no Estado do Pará Construção de Terminal Fluvial – no Município de Barcelos - no Estado do Amazonas

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Barreirinha - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Benjamin Constant - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Beruri - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Boa Vista do Ramos - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Boca do Acre - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Borba - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Canutama - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Carauari - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Careiro da Várzea - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Coari - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Codajás - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Eirunepé - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Fonte Boa - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Guajará - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Humaitá - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Ipixuna - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Iranduba (Cacau Pirera) – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Iranduba (Solimões) – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Itacoatiara - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Itamarati - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Itapiranga - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Japurá - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Juruti - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Jutaí - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Lábrea - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Manacapuru - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Manaquiri - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Manicoré - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Maués -</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Nhamundá - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Nova Olinda do Norte – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Novo Airão - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Novo Aripuanã - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Óbidos - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Oriximiná - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – No Município de Porto Velho - Estado de Rondônia</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Porto Velho (Cai N'Água) – no Estado de Rondônia</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Rio Preto da Eva - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Santa Isabel do Rio Negro – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Santarém (Prainha) – no Estado do Pará</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Santo Antônio do Içá – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de São Gabriel da Cachoeira – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de São Paulo de Olivença – no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Tabatinga - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Tapauá - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Tefé - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Tefé (Lago) - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Tonantins - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Urucará - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Fluvial – no Município de Urucurituba - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Terminal Pesqueiro – no Município de Manaus - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Trecho Ferroviário – Cuiabá (MT) - Porto Velho (RO) - Nacional</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Ariquemes - Campo Novo de Rondônia – na BR-421 - No Estado de Rondônia</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Altamira - Rurópolis - na BR-230 - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Boca do Acre - Divisa AM/AC - na BR-317 - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432 - no Estado de Roraima</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Castanheira km 720,2 - Aripuanã km 918,0 - Na BR-174 - No Estado do Mato</p>

Orgão	Tipo / Objetivos / Projetos e Atividades	Programa / Informações
		<p>Grosso</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Cruzeiro do Sul - Boqueirão da Esperança - na BR-364 - No Estado do Acre.</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Campo Verde) - Miritituba - na BR-230 - no Estado do Pará</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-174 - Sta. Maria do Boiaçu - na BR-431 - no Estado de Roraima</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 – Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429 - no Estado de Rondônia</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento km 100 - Normandia – na BR-401 - No Estado de Roraima</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MT-240 (Novo Diamantino) - Campos Novos dos Parecis - na BR-364 - no</p> <p>Estado do Mato Grosso</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Guarantã do Norte - Divisa MT/PA - na BR-163 – no Estado do Mato Grosso</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Novo Repartimento - Limoeiro do Ajuru – na BR-422 - No Estado do Pará</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422 – no Estado do Pará</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Rio Branco - Divisa AC/AM - na BR-317 – no Estado do Acre</p> <p>Construção de Trecho Rodoviário – Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre</p> <p>Construção do Porto de Porto Velho (RO)</p> <p>Dragagem da Hidrovia do Rio Madeira – No Estado de Rondônia</p> <p>Implantação da Hidrovia Araguaia -Tocantins</p> <p>Modernização do Porto de Porto Velho – no Estado de Rondônia</p>

- **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS)**

A Portaria Interministerial MDA, MDS e MMA nº 239, de 21 de julho de 2009, estabeleceu orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Os Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministro de Estado do Meio Ambiente, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

Considerando que o Brasil abriga uma imensa diversidade biológica, o que faz dele o principal entre os países detentores de megadiversidade do Planeta.

Considerando que o Brasil é formado por uma grande diversidade de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais.

Considerando que, na associação dessas riquezas biológicas e sociais, os recursos da sociobiodiversidade representam muitas oportunidades para o Brasil na geração dos mais variados produtos e serviços em diversos setores econômicos.

Considerando que o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade é meta fundamental para possibilitar a integração do desenvolvimento econômico do Brasil, com a conservação do meio ambiente, a inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares com respeito às suas especificidades culturais e étnicas.

Considerando a realização de 7 Seminários Regionais e um Seminário Nacional abrangendo os diversos biomas brasileiros, no sentido de colher subsídios e orientações para o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade-PNPSB, junto aos atores que compõem as cadeias produtivas, tais como: governo nos diversos níveis, academia e sociedade civil - comunitários e empresários, resolvem:

Art. 1º Instituir orientações para implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, na forma do Anexo a esta Portaria.

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade-PNPSB obedecerá às seguintes diretrizes estratégicas:

- 1.1. Promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade;
 - 1.2. Promover o reconhecimento do direito dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e eqüitativa de benefícios;
 - 1.3. Promover a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional;
 - 1.4. Promover a segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada;
 - 1.5. Buscar a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social;
 - 1.6. Construir e consolidar mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética;
 - 1.7. Adotar a abordagem de cadeias e arranjos produtivos, o enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano;
 - 1.8. Promover o empoderamento e controle social;
 - 1.9. Promover a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial;
 - 1.10. Implementar uma estrutura de gestão com base no compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.
2. O PNPSB tem o objetivo geral de desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis e os seguintes objetivos específicos:

- 2.1. Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.
 - 2.2. Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade.
 - 2.3. Fortalecer a organização social e produtiva dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.
 - 2.4. Ampliar, fortalecer e articular instrumentos econômicos necessários à estruturação das cadeias produtivas.
 - 2.5. Fortalecer redes de conhecimento integrando as ações de pesquisa, assistência técnica e capacitação.
 - 2.6. Fortalecer a articulação intra/interinstitucional e intersetorial.
 - 2.7. Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade.
3. O PNSB está organizado em seis eixos de ação, cada qual constituído por um conjunto de linhas de ação e suas respectivas instituições coordenadoras e colaboradoras, a saber:

EIXO 1. PROMOÇÃO E APOIO À PRODUÇÃO E AO EXTRATIVISMO SUSTENTÁVEL

Ação 1.1. Realização de estudos e pesquisas na área da produção e extrativismo sustentável.

Ação 1.2 Fortalecimento dos serviços de assistência técnica e extensão rural voltados aos produtos da sociobiodiversidade.

Ação 1.3 Capacitação de produtores e técnicos na produção e manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 1.4 Ações estruturantes para promover a produção, o manejo e o extrativismo sustentável de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 1.5 Fortalecimento e ampliação das linhas de crédito para a produção e manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 1.6 Mecanismos de incentivo fiscal à produção, ao manejo e ao extrativismo sustentável de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 1.7 Adequação do marco regulatório às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade e dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

EIXO 2. ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS PROCESSOS INDUSTRIAIS

Ação 2.1 Realização de estudos e pesquisas para a estruturação e fortalecimento de processos industriais.

Ação 2.2 Capacitação dos diferentes agentes da cadeia produtiva.

Ação 2.3 Fortalecimento e ampliação das linhas de crédito e fomento.

Ação 2.4 Mecanismos de incentivo fiscal a industrialização de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 2.5 Adequação do marco regulatório às especificidades dos processos industriais de produtos da sociobiodiversidade.

EIXO 3. ESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DE MERCADOS PARA OS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Ação 3.1 Realização de estudos e pesquisas sobre os mercados dos produtos da sociobiodiversidade.

Ação 3.2 Capacitação dos diferentes agentes da cadeia produtiva.

Ação 3.3 Ampliação das linhas de crédito para comercialização.

Ação 3.4 Ampliação do acesso aos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais.

Ação 3.5 Divulgação e promoção dos produtos da sociobiodiversidade.

Ação 3.6 Desenvolvimento e implantação de mecanismos de avaliação de conformidade.

Ação 3.7 Adequação do marco regulatório às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade.

EIXO 4. FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

Ação 4.1 Realização de estudos e pesquisas voltados na área de gestão e organização.

Ação 4.2 Fortalecimento dos programas de ATER.

Ação 4.3 Capacitação dos diferentes agentes da cadeia produtiva.

Ação 4.4 Ampliação das linhas de crédito e de fomento à organização social e produtiva.

Ação 4.5 Adequação do marco regulatório.

EIXO 5. AÇÕES COMPLEMENTARES PARA FORTALECIMENTO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Ação 5.1 Realização de estudos e pesquisas para o fortalecimento das cadeias produtivas.

Ação 5.2 Fortalecimento dos programas de ATER.

Ação 5.3 Capacitação dos diferentes agentes da cadeia produtiva.

Ação 5.4 Ampliação e facilitação do acesso às linhas de crédito.

Ação 5.5 Fomento e investimento para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

Ação 5.6 Divulgação e promoção de informações sobre as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e serviços.

Ação 5.7 Adequação do marco regulatório às especificidades da promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

EIXO 6. AÇÕES COMPLEMENTARES PARA A VALORAÇÃO DOS SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Ação 6.1 Realização de estudos e pesquisas.

Ação 6.2 Adoção de instrumentos econômicos para promover os serviços ambientais.

Para integrar as ações voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas e à consolidação de mercados sustentáveis para os produtos oriundos da sociobiodiversidade brasileira, foi elaborado, em 2008, o Plano Nacional da Sociobiodiversidade. Resultado da articulação coordenada entre os ministérios do **Desenvolvimento Agrário (MDA)**, do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e da consulta a organizações governamentais, sociedade civil e setor privado que atuam junto ao setor extrativista, esse processo contribuiu também para a sistematização de planos de trabalho para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

O conjunto consolidado de políticas, ações e projetos governamentais pode ser consultado no Caderno Técnico e no Guia para Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade.

Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade:

- agregação de valor socioambiental
- geração de renda
- segurança alimentar de povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares

Criado para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e garantir alternativas de geração de renda para as comunidades rurais, por meio do acesso às políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural, a mercados e aos instrumentos de comercialização e à política de garantia de preços mínimos.

Nesta primeira fase do Plano Nacional, as cadeias da castanha-do-brasil e do babaçu foram priorizadas em virtude de sua relevância socioeconômica e ambiental, pois, juntas, beneficiam cerca de 500 mil famílias de extrativistas e quebradeiras de coco.

Papel do Governo Federal no PNPPS

Garantir a inclusão produtiva desses povos através da promoção de tecnologias sustentáveis que respeitem seus sistemas de organização social e, ao mesmo tempo, valorizem os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais. Todo este esforço tem sido traduzido no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Papel do setor empresarial no PNPPS

Reconhecer e se valer das oportunidades de negócio que a biodiversidade brasileira oferece tanto no mercado nacional como internacional e investir no desenvolvimento de

produtos para a indústria alimentícia, de cosméticos, farmacêutica, bem como no setor de serviços como, por exemplo, o ecoturismo.

Esforço coletivo: todos por um!

Embora tenha nascido de uma articulação dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), outros Ministérios e setores também estão envolvidos na implantação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. São eles: os governos estaduais, a Casa Civil, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/MAPA), Agência Nacional de Vigilância e Inspeção Sanitária (ANVISA/MAPA), Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ), o setor empresarial, as agências de fomento, as organizações das comunidades tradicionais e dos trabalhadores e trabalhadores extrativistas e da agricultura familiar.

A IMPLANTAÇÃO DO PLANO NACIONAL DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Nos dois anos iniciais do PNPPS (2009 e 2010) estão sendo priorizadas ações específicas relacionadas às cadeias da castanha-do-brasil e do babaçu. Essa estratégia envolve representantes que atuam nessas cadeias nos níveis nacional, estadual e local.

Outras ações

Outras ações de governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) encontram-se em curso, beneficiando outros produtos extrativistas.

PGPM: permite o pagamento da Subvenção Direta ao Extrativista. Esse Programa busca garantir a sustentação de preços de alguns produtos extrativistas como a Castanha-do-brasil, amêndoas de babaçu, borracha natural, o fruto do açaí, do pequi, a cera da carnaúba e a fibra da piaçava.

PAA: pela Conab com recursos do MDS e MDA nas modalidades Doação Simultânea e Formação de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar, possibilita a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade na alimentação escolar. A modalidade Formação de Estoques Estratégicos da Agricultura Familiar (MDA) possibilita o acesso a mercados mais justos, tornando-se, assim, uma ferramenta importante para a agregação de renda para essas famílias extrativistas, que vivem em áreas distantes dos grandes centros e deficientes em infra-estrutura como é o caso da maioria dos produtores da Região Amazônica.

REDE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL - LOCALIZAÇÃO DAS REGIONAIS E ABRANGÊNCIA

1. Acre

Governador: Arnóbio Marques de Almeida Júnior

Tel: (68) 3223-8500/3223-8330/3223-8322/3223-8334

A organização do Poder Público do Estado do Acre é estabelecida na Constituição do Estado do Acre, promulgada em 03 de outubro de 1989 e leis adotadas. São Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Compete ao Estado, respeitados os princípios estabelecidos na Constituição Federal:

- decretar e promulgar a Constituição e as leis por que deve reger-se;
- prover as necessidades do seu governo e da sua administração;
- exercer todos os poderes que, explícita ou implicitamente, lhe sejam atribuídos pela Constituição Federal.

Compete ao Estado, juntamente com a União, legislar sobre todas as matérias previstas na Constituição Federal. Inexistindo lei federal sobre tais matérias, o Estado poderá exercer a competência legislativa para atender as suas peculiaridades.

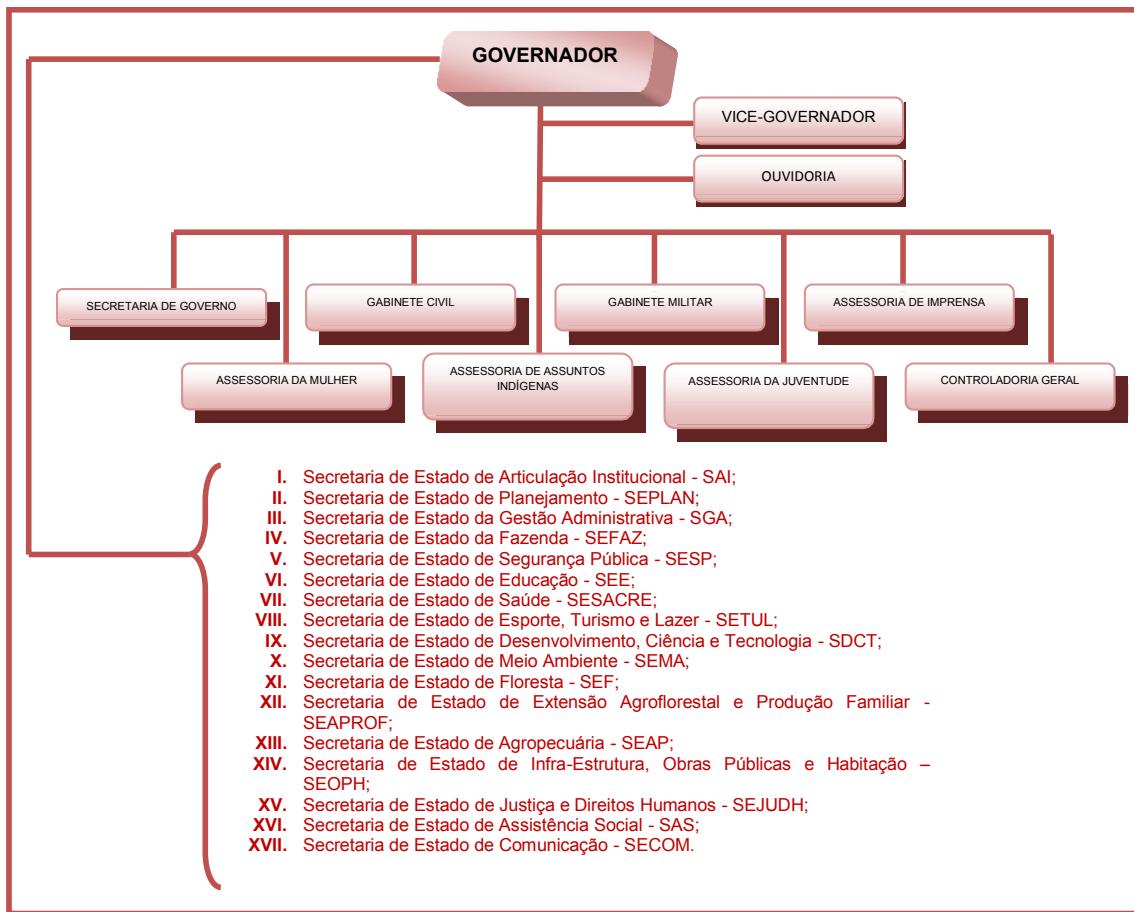
Os Municípios são unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição Federal, por esta Constituição e pelas respectivas Leis Orgânicas.

A criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios obedecerão aos requisitos previstos em lei complementar, dependem de consulta prévia, mediante plebiscito junto às populações interessadas, e se efetivarão por lei.

A Lei Complementar n.º 171, de 31 de agosto de 2007, dispõe sobre a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências. A estrutura administrativa do Poder Executivo é dividida em:

- administração direta, compreendendo a Governadoria, os órgãos essenciais à Justiça, os órgãos militares, as Secretarias de Estado, a Controladoria Geral do Estado e a Ouvidoria do Estado; e
- a administração indireta, compreendendo as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

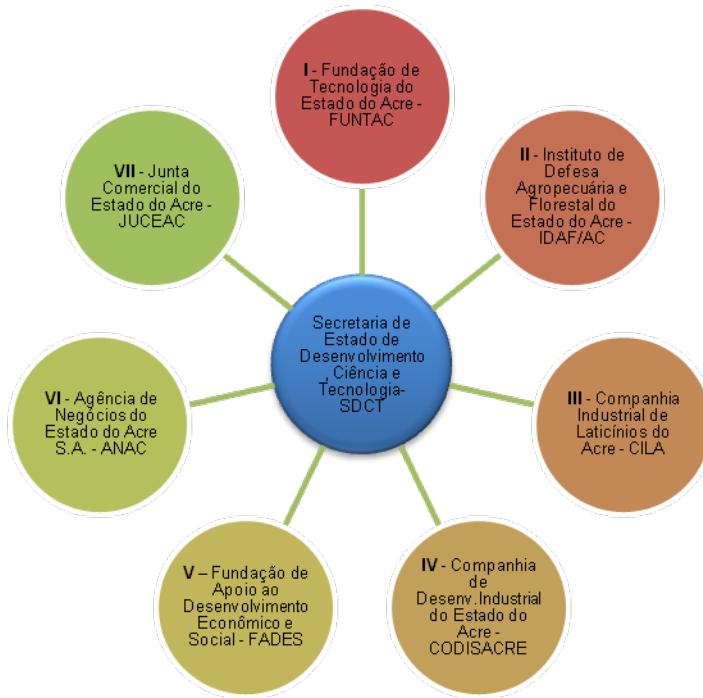
As entidades da administração indireta vinculam-se à Secretaria de Estado em cuja área de atuação estiver enquadrada sua principal atividade.



Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007

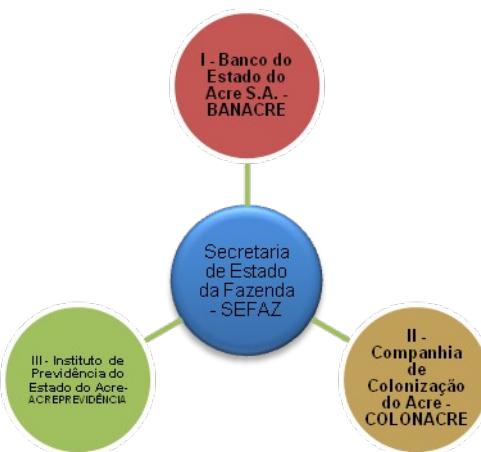
São órgãos essenciais à Justiça o Ministério Público Estadual, a Procuradoria Geral do Estado e a Defensoria Pública do Estado do Acre. São órgãos militares a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Segundo a Lei Complementar n.º 171, de 31 de agosto de 2007, a descentralização da administração consistirá na transferência de atividades e serviços da administração direta para a administração indireta, podendo destacar



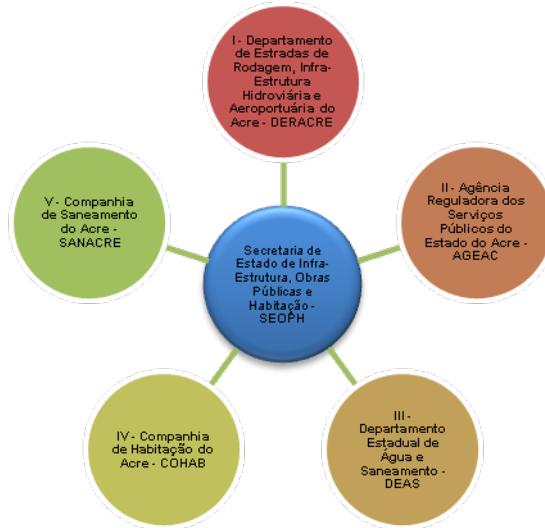
Órgãos vinculados a SDCT

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



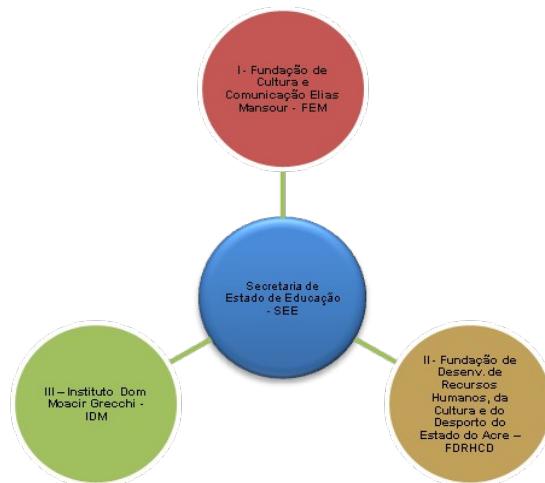
Órgãos vinculados a SEFAZ

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



Órgãos vinculados a SEOPH

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



Órgãos vinculados a SEE

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



Órgãos vinculados a SEMA

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



Órgãos vinculados a SEAPROF

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007



Órgãos vinculados a SGA

Fonte: Adaptado de Lei Complementar nº 171, de 31 de agosto de 2007

É vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, a Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE a Fundação Hospital Estadual do Acre – FUNDHACRE, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH o Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN e à Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS a Fundação do Bem-Estar Social do Acre - FUNBESA.

Principais Programas do Estado do Acre

Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre

O ZEE do Estado do Acre foi concebido segundo uma estratégia de articular as diversas fases e produtos gerados sob a orientação de um produto mais geral. Primeiro, foi realizado um macrozoneamento, na escala de 1:1.000.000 o que possibilitou uma visão geral da dinâmica territorial do Estado e posteriormente foi realizada uma segunda fase com um detalhamento em uma escala de 1:250.000.

O processo de normatização do ZEE do Estado do Acre foi realizado no nível Estadual pela promulgação da Lei n. 1.904 de 05 de junho de 2007. Em 09 de outubro de 2007, o ZEE Acre foi debatido e aprovado na CCZEE, após emissão de parecer da Coordenação do Programa ZEE e do Ministério da Agricultura.

Durante a 88ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2007, em Brasília, a Proposta de Recomendação que recomenda ao Poder Executivo Federal autorizar a redução, para fins de recomposição, da reserva legal dos imóveis situados na Zona I, definida pela Lei Estadual citada anteriormente, do Estado do Acre, resultou na aprovação da matéria sem emendas.

Os principais projetos estaduais realizados foram o Projeto de Mapas de Vulnerabilidade Natural da Região Fronteiriça Brasil-Peru, Assis Brasil e Brasiléia-AC, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Fase I e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre - Fase II.

Quanto ao processo de implementação, o ZEE teve importante papel na tomada de decisões da política ambiental do Estado, subsidiou a Elaboração de programas e projetos estratégicos: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre, financiado pelo BNDES, Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI/SPRN, financiado pela Cooperação Alemã/KfW; descentralização de ações governamentais; elaboração do Programa Estadual de Reforma Agrária (INCRA e Governo do Estado); implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e resolução de conflitos sócio-ambientais. Os indicativos constantes no ZEE propiciaram a regularização de algumas Terras Indígenas, a criação da Lei Estadual Florestal nº. 1.426 de 27/12/2001, que institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, integrando o “Corredor Ecológico Oeste-Amazônico”; a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral Parque Estadual do Chandless; a criação das Reservas Extrativistas do Alto Tarauacá, de Cazumbá-Iracema e Riozinho da Liberdade; criação das Florestas Estaduais Mogno, Rio Gregório e Rio Liberdade; a criação da Lei Estadual nº 1.500/2003, que estabelece a Política de Recursos Hídricos, entre outras políticas implementadas.

O ZEE do Acre permite, com relação ao planejamento e execução de ações relacionadas às Políticas Públicas, (i) maior eficácia das ações, uma vez que define as áreas prioritárias para o ordenamento territorial e quais os conflitos existentes; (ii) aplicação correta dos recursos públicos e investimentos privados; (iii) inclusão da diversidade cultural e tendências vocacionais dos grupos correlacionadas com o uso de recursos naturais, além dos aspectos sócio-econômicos; (iv) Regulamentação e implementação do Programa do Passivo Florestal; (v) Regulamentação e implementação do Programa de Recuperação de Áreas Alteradas e Degradadas.

A participação da sociedade foi um aspecto fundamental do ZEE do Estado do Acre a ser considerado no processo de tomada de decisões sobre o uso do território e, as estratégias participativas foram frutos do conhecimento acumulado

desde o ano de 2000, quando o Governo do Estado do Acre elaborou o ZEE Fase I. Para tanto, foram realizadas reuniões técnicas institucionais para definição da metodologia e planejamento, discussão em todos os municípios do Estado com os grupos sociais e diferentes setores, seguidas de reuniões de avaliação da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE), Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (CEMACT), Conselho de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável (CDRFS) e Conselho Estadual Florestal (CEF), incorporando as sugestões e comentários e, construindo o consenso.

Assim, o ZEE já foi convertido em lei, encontra-se em implementação e integrado ao sistema de planejamento e gestão territorial do Estado.

Na busca de alternativas para o Desenvolvimento Sustentável do Acre, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE/AC Fase II) tem um papel fundamental como base de conhecimentos sobre as características sociais, culturais, econômicas e ambientais do Estado, bem como na implementação de políticas públicas de forma coerente. Em sua fase II teve como estratégias principais a construção do Mapa de Gestão, a realização de Ordenamentos Territorial Local e o Etnozoneamento em Terras Indígenas.

Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre (BID)

O Governo do Acre, através da implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1999, vem dinamizando além da base produtiva e econômica, a infra-estrutura urbana do Estado. Os investimentos realizados foram direcionados a ampliação da infra-estrutura rural e ao fortalecimento de cadeias produtivas prioritárias (florestal, agrícola e pecuária). No tocante a infra-estrutura urbana, as ações realizadas buscaram recuperar e ampliar os espaços públicos de lazer, cultura, esportes, de contemplação e entretenimento, melhorando a qualidade de vida da população local e o aumento do fluxo turístico no Estado, com o resgate do patrimônio Histórico.

O resultado dessas intervenções permitiu um salto de qualidade e eficiência no Governo, possibilitando melhorar os indicadores dos setores produtivo, social e ambiental, bases para o **desenvolvimento local sustentável**.

Dado a instauração da credibilidade financeira, da competitividade e da gestão sustentável dos recursos naturais e humanos, o Acre reúne hoje uma série de fatores favoráveis à atração de investimentos (nacionais e estrangeiros), com vantagens comparativas na Região Amazônica.

A capacidade gerencial e administrativa do Governo é um forte componente no processo de transformação social e econômico alcançado ao longo dos últimos 05 anos (1999 a 2003), os resultados nesse período criaram condições para que o Estado do Acre se tornasse referência no tocante à implementação de programas e projetos sustentáveis e, sugerindo, como modelo de gestão pública para Amazônia.

Com o estabelecimento desse cenário, a sustentabilidade das ações implantadas é evidente e os resultados estão demonstrados nos vários segmentos e setores que promovem o crescimento econômico, social e ambiental, nas áreas de Saneamento, Segurança Pública, Infra-estrutura Portuária e Aerooviária, Educação, Desenvolvimento Sócio-cultural, Esportivo e Patrimonial, Habitação, Energia, Serviço Público, Saúde, entre outros. Podemos destacar:

- Infra-estrutura de Transporte (Estradas Federais, Estaduais e Vicinais): O crescimento do setor produtivo está diretamente relacionado com a ampliação da infra-estrutura terrestre, que entre outros benefícios sociais, facilita o fluxo de mercadorias e garante custos acessíveis à população. Nesse sentido, o Governo concluiu a pavimentação da BR-317 (trecho Brasiléia – Assis Brasil) até a fronteira com o Peru e Bolívia, também conhecida como “Estrada do Pacífico”, interligando definitivamente o Estado aos países vizinhos da Bolívia e do Peru. No início de abril de 2004, será lançado o edital para licitação da Ponte Binacional Brasil-Peru, com conclusão prevista para meados de 2005, consolidando a cooperação nacional e dinamizando a economia fronteiriça entre os dois países. A continuação da Pavimentação da BR-317 segue em direção ao Amazonas (estão em execução 70,4 km), onde um Porto na cidade de Boca do Acre, Estado do Amazonas, garantirá o transporte de mercadoria do Acre para o Porto de Manaus. Essa Rodovia diminuirá em mais de 75 km a distância do Porto do Rio Madeira. A Rodovia prossegue até Manaus, Belém e a Costa do Atlântico, na Venezuela. Vários Trechos da BR-364, em direção ao oeste, foram pavimentados, tendo destaque a ligação entre Tarauacá- Feijó, Cruzeiro do Sul-Rio Liberdade e outros. Somando-se a isso, a posição estratégica do Acre nos eixos de integração multimodal latino-americanos proporciona importantes rotas de exportação e importação de produtos para países da América do Sul, como Peru, Bolívia, Colômbia e Venezuela.
- Infra-estrutura Urbana: As intervenções realizadas pelo Governo para a ampliação da infra-estrutura urbana em todos os municípios do interior e especialmente na capital resgataram a auto-estima do povo acreano e contribuiu sensivelmente na qualidade de vida da população. As principais obras foram: restauração e revitalização do patrimônio histórico; recuperação de prédios públicos; duplicação de vias; contenção de encostas e destinação de espaços públicos para desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e de contemplação.
- Produção e Meio Ambiente: O grande enfoque do Governo foi o desenvolvimento das cadeias produtivas dos produtos regionais prioritários, respeitando a diversidade étnica, social e ambiental do território. Partindo desse pressuposto, conseguiu-se resultados inéditos, destacando-se: o retorno para áreas de florestas de 28,20% das famílias de seringueiros que viviam na periferia das cidades. O resultado imediato foi: aumento de 315,80% na produção de Borracha Natural Bruta – BNB e de 230% na renda dos seringueiros. Dos fundos de financiamentos (FNO, PRONAF e Fundo de Aval)

foram aplicados aproximadamente 119 milhões no período de 1999 a 2002. Aliado ao incremento das atividades ligadas ao setor primário, cabe ressaltar que aproximadamente 48% do território do Acre corresponde a Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Para alavancar o setor produtivo e agroindustrial o Estado conta a partir de agosto de 2003 com um aporte de recursos da ordem de US\$ 108 milhões, contratado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para execução do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre.

A promoção da melhoria na infra-estrutura rural e urbana do Acre destaca-se o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre Fase I, iniciado em 2002 com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, totalizando recursos na ordem de R\$ 49,97 milhões.

A parceria com o Governo Federal, desde 1999, tem sido fundamental na execução de políticas locais. De 1999 a 2003 foram firmados e executados mais de 500 convênios e contratos com todos os Ministérios e Instituições que compõem a esfera Federal.

Estas parcerias tem sido estratégicas para financiar o Plano de Governo e revisado o PPA.

Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre (ProAcre)

O Programa tem como objetivo geral a promoção da inclusão social associada ao desenvolvimento econômico comunitário sustentável de famílias acreanas em Zonas de Atendimento Prioritário (integração de políticas públicas implementadas a partir de territorialidade - ZEE) .

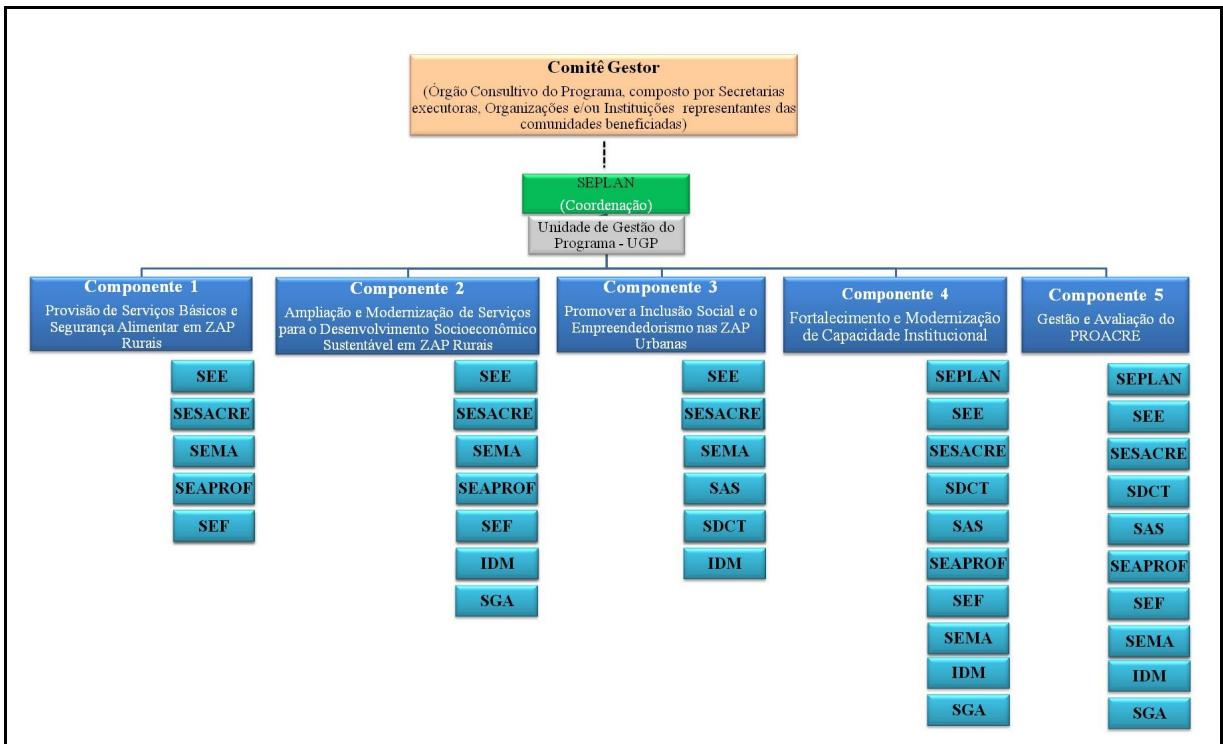
Quanto aos objetivos específicos pode-se destacar:

- Melhorar a eficácia do Sistema Estadual de Educação e a qualidade dos seus serviços, aumentar a eficiência da rede pública estadual e promover o desenvolvimento institucional da Secretaria de Estado de Educação;
- Promover a ampliação dos serviços de saúde, aperfeiçoar a estrutura e desempenho do Sistema Estadual de Saúde e ampliar a capacidade da Secretaria de Estado de Saúde no planejamento, regulação e controle, inclusive com a melhoria da qualidade de informações e estatísticas;
- Apoiar a criação de oportunidades de trabalho e geração de renda com desenvolvimento comunitário sustentável das populações em situação de pobreza;
- Garantir eficiência na gestão do Programa e proporcionar transparência no uso dos recursos alocados.

Os componentes do Programa são:

- Provisão de Serviços Básicos e Segurança Alimentar em ZAP's Rurais
- Ampliação e Modernização dos Serviços para o Desenvolvimento Sócio-econômico Sustentável em ZAPs Rurais

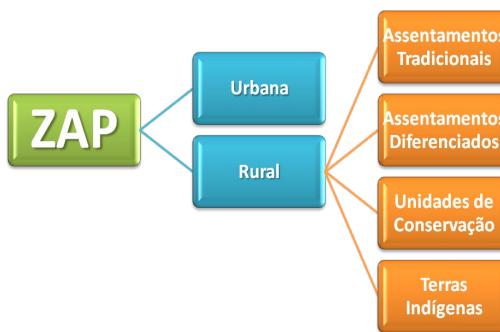
- Promoção da Inclusão Social e Empreendedorismo nas ZAPs Urbanas
- Fortalecimento e Modernização de Capacidade Institucional
- Gestão e Avaliação do Projeto



Arranjo Institucional do ProAcre.

Fonte: Seplan, 2008.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre (ProAcre) é o eixo dos investimentos que o Governo busca para fazer do Acre o melhor lugar para se viver na Amazônia levando serviços básicos e estruturantes às Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs) nas comunidades mais distantes.



Zonas de Atendimento Prioritário – ZAP.

Fonte: Seplan, 2008.

A ZAP rural é um Território delimitado pela estrutura fundiária no interior de uma das bacias hidrográficas do Estado, fazendo parte as comunidades em Assentamentos, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, podendo ser dispersas ou concentradas.

ZAP Rural

Tipo de Comunidade	Quantidade	População	Casas por comunidade
Dispersa	1361	29958	4,7
Concentrada	621	50429	16,2
TOTAL	1982	80387	8,3

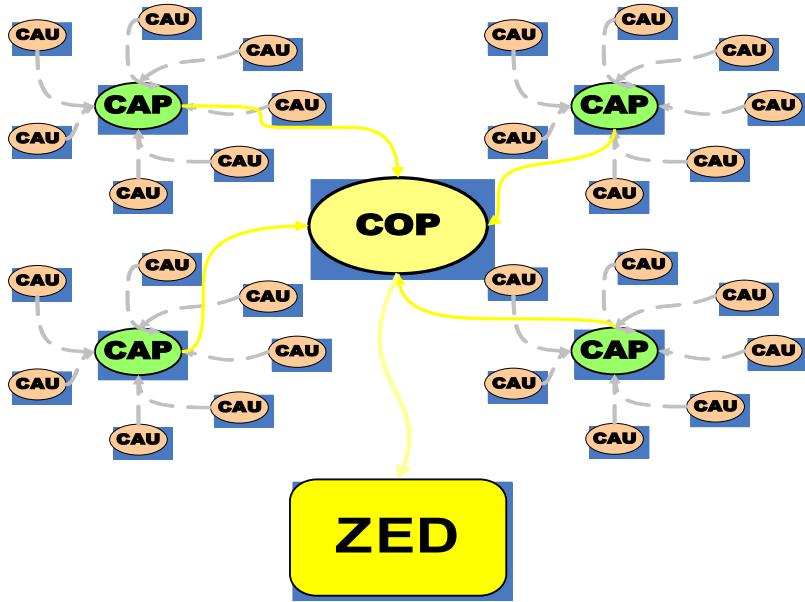
Fonte: Seplan, 2008.

O programa tem previsão de duração de seis anos. Do total a ser financiado, US\$ 120 milhões virão do Banco Mundial e US\$ 30 milhões são a contrapartida do Governo do Estado. Em dezembro de 2007 foi aprovada a carta consulta pela Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com base nos estudos e recomendações do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, o ProAcre pretende melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ecológica e econômica das comunidades dando prioridade àquelas localizadas em zonas com maior urgência de atenção quanto ao acesso a serviços básicos e ordenamento ou adequação para o desenvolvimento sustentável, especialmente dentro de Unidades de Conservação, Terras Indígenas e projetos de assentamento (tradicional ou diferenciados).

O ProAcre atuará em várias frentes com ações envolvendo principalmente os seguintes setores: saúde, educação e produção. As atividades do projeto estão organizadas de acordo com o tipo de ação: provisão de serviços básicos, segurança alimentar e ampliação e modernização dos serviços para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável nas ZAPs rurais, além da promoção da inclusão social e empreendedorismo nas ZAPs urbanas; e fortalecimento institucional.

Para que o planejamento se efetive e as ZAPs recebam a atenção necessária, o Governo dividiu as comunidades por localização, população, nível de organização e outros itens. Criaram-se então dentro do conceito de ZAP as Comunidades de Atendimento Universal (CAU), cuja característica é a baixa densidade populacional, compostas em geral por uma a cinco famílias, as quais estão ligadas às Comunidade de Atendimento Prioritário (CAP), estas maiores e mais povoadas, mantendo entre seis e trinta famílias. As CAPs por sua vez estão vinculadas às Comunidades Pólo, ligadas às Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZEDs).

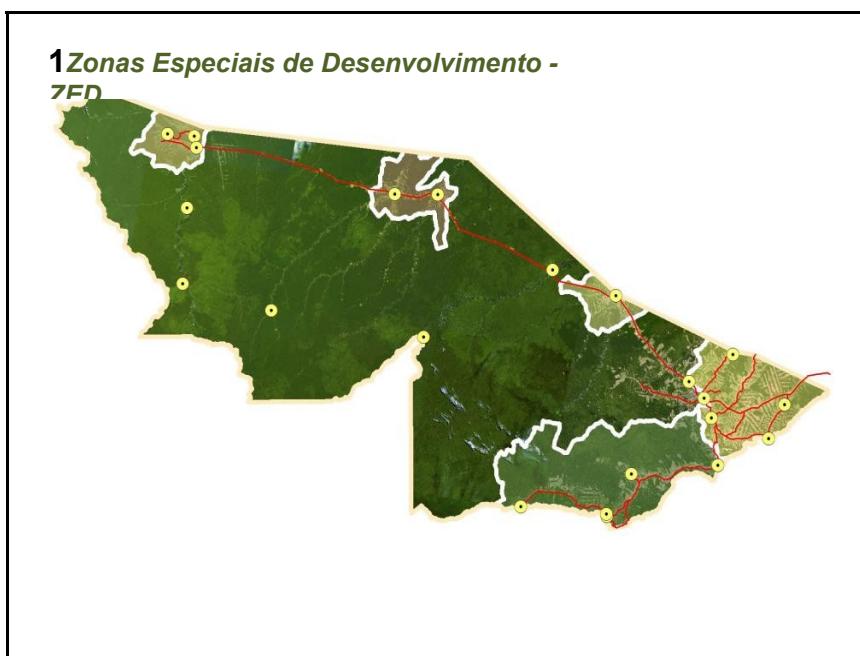


Zonas Especiais de Desenvolvimento – ZED.

Fonte: Sepplan, 2008.

As ZEDs tem como foco:

- Conter o desmatamento
- Reverter o impacto ambiental e social
- Consolidar empreendimentos de base florestal
- Inserir novos negócios estratégicos
- Inserir áreas alteradas/degradadas no processo de desenvolvimento.



Mapa das Zonas Especiais de Desenvolvimento – ZED.

Fonte: Sepplan, 2008.

As Comunidades de Atendimento Universal são comunidades com até 25 moradores cujas famílias estão dispersas umas das outras. Nas CAPs vivem entre 26 e 150 pessoas, com nível médio de organização e as casas são menos isoladas umas das outras. Nas Comunidades Pólo, é alto o nível de organização comunitária e ali vivem acima de 150 moradores. No total, mais de 80,3 mil pessoas serão diretamente atendidas pelo ProAcre.

O ProAcre prevê:

- Serviços básicos e de segurança alimentar em ZAPs rurais
- Ampliação e melhoria dos serviços do Programa Saúde da Família – PSF
- Melhoria dos serviços da rede obstétrica e neonatal
- Melhoria dos serviços de água potável e esgotamento sanitário
- Melhoria e ampliação da oferta de educação infantil
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino fundamental - 1º segmento (1^a a 4^a série)
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino de 5^a a 8^a séries
- Ampliação e melhoria da oferta de alfabetização
- Ampliação e melhoria no ensino médio alternado
- Ampliação dos serviços de assistência para segurança alimentar com base na produção agroflorestal e florestal local
- Ampliação e modernização dos serviços para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável em ZAPs rurais
- Ampliação e melhoria dos serviços do Programa Saúde da Família
- Melhoria dos serviços da rede obstétrica e neonatal
- Ampliação da oferta de ensino médio (centro de educação profissional)
- Melhoria e ampliação da oferta de educação infantil
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino fundamental - 1º segmento (1^a a 4^a série)
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino fundamental - 2º segmento (5^a a 8^a série)
- Correção de idade-série e fluxo escolar
- Aumento e diversificação da produção agroflorestal e florestal
- Ampliação do valor de venda de produtos agroflorestais e florestais prioritários
- Ampliação da capacidade de ação coletiva (organização, gestão, planejamento, negociação, comercialização) das comunidades

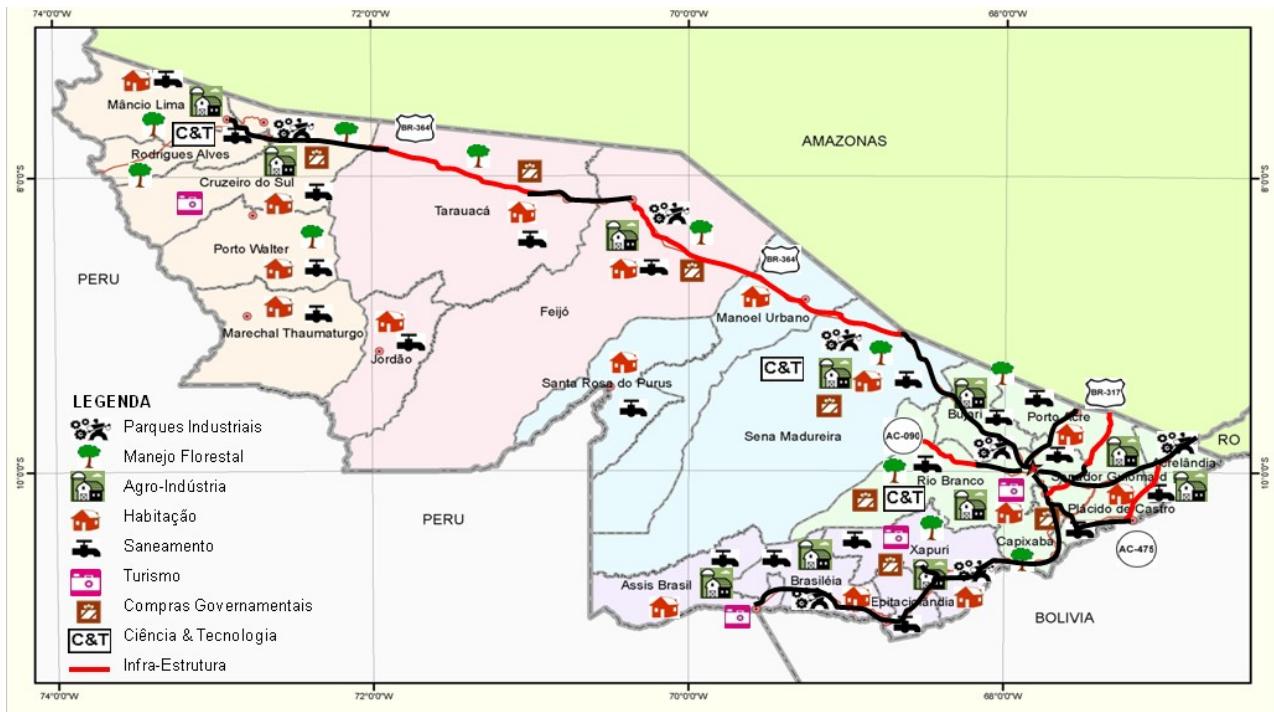
- Promoção da inclusão social e empreendedorismo nas ZAPs urbanas
- Ampliação e melhoria dos serviços do Programa Saúde da Família
- Melhoria dos serviços da rede obstétrica e neonatal
- Melhoria dos serviços de água potável e esgotamento
- Melhoria e ampliação da oferta de educação infantil
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino fundamental - 1º segmento (1ª a 4ª série)
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino médio - 2º segmento (5ª a 8ª série)
- Melhoria e ampliação da oferta de ensino médio
- Ampliação e melhoria da oferta de ensino para alfabetização e seqüência na escola
- Correção de idade-série e fluxo escolar
- Ampliação e melhoria de serviços sócio-assistenciais
- Fortalecimento do capital humano e apoio ao micro crédito
- Conscientização sobre regras e fatos ambientais

Assim, o mapa estratégico do Governo do Acre pode ser resumido no fluxograma apresentado na Figura abaixo.



Mapa Estratégico do Governo do Estado do Acre

Fonte: Apresentação do Governo do Estado do Acre (2008). Espacialização dos principais investimentos previstos.



Espacialização dos principais investimentos previstos.

Fonte: Apresentação do Governo do Estado do Acre (2008).

Plano Plurianual do Governo do Estado do Acre

O Plano Plurianual do Governo do Estado do Acre para o Quadriênio 2008-2011 é produto de um processo de planejamento inovador na Gestão Pública Brasileira. Se por um lado trouxe a tona novos conceitos como: programas estruturantes, projetos prioritários, monitoramento intensivo de projetos e atividades, por outro conseguiu assimilar a participação da Sociedade na construção de um desenvolvimento mais justo com oportunidade para todos.

Para construção do documento foram realizados 24 seminários, nos 22 municípios do Acre, com a presença de aproximadamente quatro mil pessoas. Um processo complexo que na elaboração contou com a participação de mais de 120 técnicos, mas que o produto refletiu a disposição e se manter o crescimento econômico com manejo inteligente das nossas riquezas naturais e redução das desigualdades sociais.

Durante o ano de 2007, através de uma Parceria com a Assembléia Legislativa, o Governo do Estado percorreu todas as regionais do Acre, apoiando o projeto ASSEMBLÉIA ABERTA, visando assimilar as demandas peculiares de cada região, trazendo para o processo de construção das estratégias e Governo, aqueles que são centrais para efetivação dos resultados: os destinatários das políticas públicas.

Nesse sentido, este plano será o reflexo da experiência construída nos últimos oitos anos acrescido as novas diretrizes estratégicas que consolidarão a parceria Governo e Sociedade na busca incessante por um desenvolvimento impulsionado pelo emprego e pela promoção de instrumentos e ação direta sobre o bem-estar das populações.

Dessa forma, como todo Processo de Planejamento, este Plano é dinâmico, não sendo fruto apenas de formulações abstratas, mas representa em sua essência os interesses de todos que acreditam trabalham para o desenvolvimento sustentável do Acre.

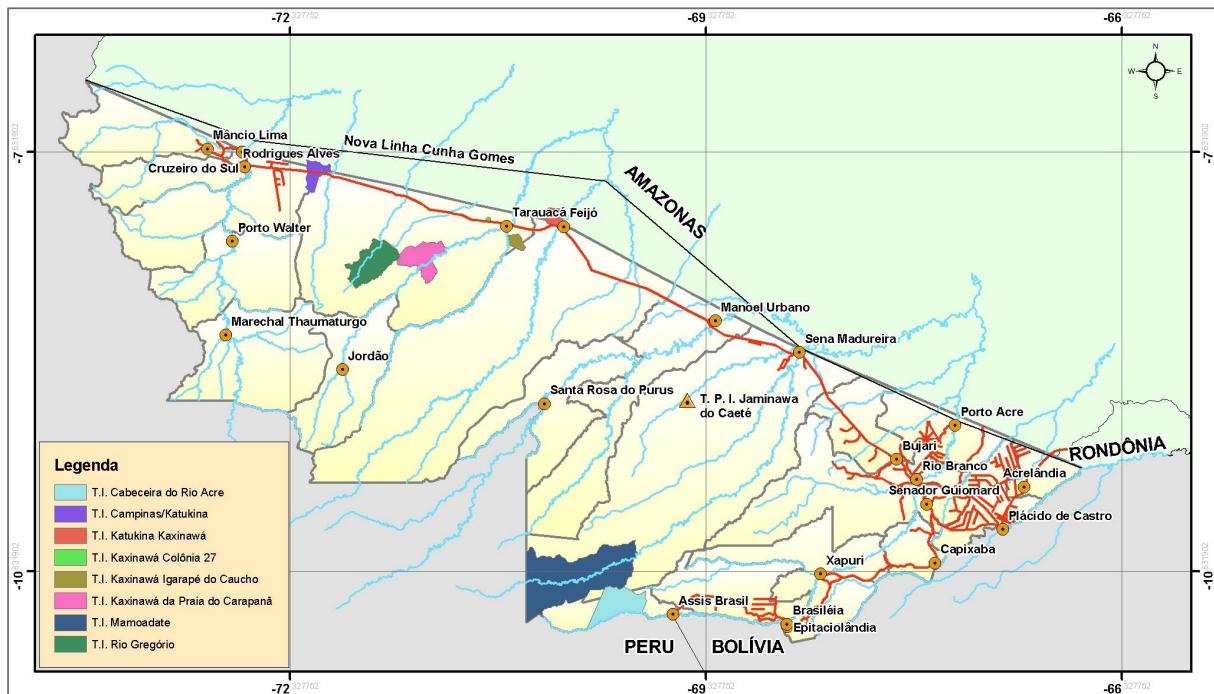
Segundo o PPA 2008-2011, grandes investimentos estão sendo realizados na criação de uma base produtiva florestal voltada para exportação, como exemplo o programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Esses investimentos vão desde a criação de florestas públicas de exploração até a atração de grandes e médias indústrias de processamento florestal, passando pela formação de capital humano e adensamento da organização e capacidade de gestão das comunidades. Dessa forma, em breve o Acre contará com uma atividade econômica realmente forte e assentada em bases sustentáveis, garantindo renda e bem estar para sua população hoje e no futuro.

A base da sustentabilidade do negócio florestal no Acre está diretamente relacionada à atração de investidores privados. Os investimentos realizados pela iniciativa privada e pelo governo, entre 2003 e 2006, somam mais de R\$ 245 milhões. Desses os principais foram:

- implantação do novo parque industrial;
- implantação dos pólos moveleiros de rio branco e xapuri;
- implantação do distrito moveleiro de cruzeiro do sul, em execução;
- instalação de uma fábrica de compensados;
- instalação de uma fábrica de faqueados/laminados;
- instalação de cinco indústrias de beneficiamento piso/deck/troncos instaladas;
- instalação do complexo industrial do Juruá piso/compensado/lâmina/faqueado, em execução;
- construção do complexo florestal industrial de xapuri (público);
- construção da Fábrica de Preservativos masculinos, em Xapuri, em execução (público).

Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre

Vinculado ao Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre, ele foi financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Fundamentalmente, os recursos alocados foram usados para ações definidas nos Planos de Mitigação das rodovias BR-364 e BR-317 e incluem os Povos Katukina, Kaxinawá, Shanenawá, Jaminawa, Machineri.



Terras Indígenas impactadas pela pavimentação das Rodovias BR-364 e 317.

Fonte: ZEE (Fase I).

As Terras Indígenas envolvidas na época foram as seguintes: Katukina do Campinas (Aldeias: Campinas, Samaúma, Martins e Bananeira); Katukina do Rio Gregório (Aldeia Sete Estrelas); Kaxinawá do Igarapé do Caucho (Aldeias: Dezoito Praias, Tamandaré e Caucho); Kaxinawá da Colônia 27 (Aldeia Colônia 27); Kaxinawá da Praia do Carapanã (Aldeias: Praia do Carapanã, Morada Nova); Katukina/Kaxinawá (Aldeias: Morada Nova, Belo Monte, Pupunha, Nova Vida, Paroá, Paredão e Cardoso). Na BR 371 foram incluídas as Terras Indígenas Cabeceira do Rio Acre, Mamoadate e outras áreas como o Caeté, Caiapucá, onde vivem índios Jaminawa.

Neste Programa os objetivos foram: a) desenvolver infra – estrutura em Terras Indígenas; b) apoiar organizações indígenas; c) executar plano de sustentação em Terras Indígenas e d) instrumentalizar comunidades indígenas e organizações de apoio.

Programa Estadual de Economia Solidária

No dia 10 de dezembro de 2008, a Assembléia Legislativa aprovou por unanimidade Projeto de Lei 110/2008 que regulamenta o Programa Estadual de Economia Solidária, tornando o Acre o primeiro estado brasileiro a ter uma legislação própria para o tema.

O Programa permitirá a consolidação de pequenos negócios através da capacitação, elaboração de projetos e concessão de micro créditos. Eles contam que o objetivo é valorizar a produção coletiva, como projetos de extrativismo, artesanato, culinária, agricultura familiar entre outros.

Programa Estadual de Certificação das Unidades Produtivas

Instituído em 2008, o Programa tem como meta a certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares visando a inclusão social e econômica e o uso sustentável dos recursos. O Governo instituiu também, após aprovação da ALEAC, o Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas, que visa, segundo a lei 2025, estabelecer um processo voluntário de certificação socioambiental de unidades produtivas rurais familiares, oportunizando sua inclusão social e econômica, além da garantia do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão adequada do território.

São também objetivos do programa a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e consequente redução de emissões de gases poluentes, conservação das águas e geração de renda por meio de produção sustentável.

Os produtores familiares que aderirem voluntariamente ao programa poderão receber benefícios como bônus financeiro com valor a ser definido e acesso a linhas de crédito. A lei publicada na edição desta terça-feira do Diário Oficial do Estado cria também a Rede Estadual de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal composta por instituições públicas e privadas devidamente credenciadas. A unidade executora da rede será definida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema).

O Governo do Estado, através da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (Seaprof) em fevereiro de 2009, realizaram o pagamento da primeira parcela do bônus às famílias de cinco comunidades dos municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima que aderiram ao Programa de Certificação das Unidades de Produção Sustentável. O Programa faz parte da Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal do Acre que pretende garantir a preservação e a sustentabilidade das florestas acreanas, com mecanismos de incentivo à produção agroflorestal e reincorporação de áreas desmatadas. Portanto, busca-se estabelecer um processo produtivo baseado na geração de renda e soberania alimentar e, ao mesmo tempo, a conservação dos recursos naturais.

Além do bônus, o produtor terá, ao aderir ao programa, acesso prioritário em serviços públicos, assistência técnica especializada e uma nova relação com o Estado a partir da Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Rede Ater). Quando incluído no programa, o produtor estará atuante diante das mudanças climáticas globais, promovendo o uso racional dos recursos naturais, solo e água.

As áreas prioritárias para implementação dessa política estão sendo as de influência direta das BR's 364 e 317 e rodovias estaduais; áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posse e grandes pecuaristas, além de áreas florestais de seringais. O lema dessa política é "vivendo na floresta, da floresta, com a floresta".

Projeto de Assentamento Florestal - PAF

O PAF, segundo documento do ZEE, foi criado em 2003 e é destinado às áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, tem como objetivo desenvolver manejo florestal de uso múltiplo em base familiar. "A criação de tal modalidade de assentamento só ocorrerá em área de domínio da união, estado ou

município, que apresente aptidão para manejo de uso múltiplo. Reconhecida pelo Incra regional. Público alvo: sem-terra e populações tradicionais.

Programa Estadual de Recuperação e Conservação das Nascentes

O Programa visa assegurar a qualidade e a disponibilidade de água no Estado através do desenvolvimento localizado de programas de Educação Ambiental, propostas de conservação e paisagismo, bem como a implementação de alternativas para a proteção de nascentes e matas ciliares por meio do manejo adequado do solo e da água.

A gestão do Programa se dá através de um processo de co-responsabilidade entre a comunidade e o poder público e tem como meta incluir os 22 municípios acreanos no que tange a recuperação e posterior conservação de áreas de nascentes degradadas.

O projeto piloto para desenvolvimento do Programa é o Igarapé Judia, que corta área densamente povoada e constitui-se em uma das fontes de água para abastecimento de Rio Branco, capital do Estado do Acre. Foram signatários do Protocolo de Intenções firmado em 22 de março de 2005 – Dia Mundial da Água – um total de vinte e uma instituições governamentais e do setor privado estadual e federal.

Inventário de Resíduos Sólidos Industriais do Estado do Acre

O Inventário foi realizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, em parceria com o IMAC, o Ministério do Meio Ambiente e apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA.

O objetivo do Inventário é fornecer subsídios para a implantação do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais, o qual se constitui em importante instrumento de gestão da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente. Estas políticas tem por meta a minimização da geração, reutilização, reciclagem, tratamento e destinação final adequada dos resíduos, conforme estabelece a Resolução Conama no. 313/02.

Com a elaboração do Inventário de Resíduos Sólidos Industriais do Estado do Acre é possível se ter o mapeamento dos resíduos no que se refere à origem, natureza, qualificação e destino final.

Enquanto instrumento para a gestão ambiental o Relatório visa incentivar o desenvolvimento de tecnologias industriais limpas, implantar e consolidar banco de dados de resíduos sólidos industriais e a elaboração do diagnóstico estadual da situação de geração e destinação de resíduos industriais por setor de empreendimentos, independentes do porte.

Floresta Digital

Promover a universalização do acesso a informação e governo eletrônico, por meio da implantação da infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem, de alta velocidade em todos os municípios do Acre.

O Projeto tem como principais ações a criação da infra-estrutura estadual de comunicação eletrônica, caracterizada por redes de comunicação digital nos demais

municípios do Acre e a integração da infra-estrutura estadual de comunicação eletrônica, caracterizada por redes de comunicação digital em todos os municípios do Acre

Quanto a abrangência do Projeto: abranger a capital Rio Branco e os municípios ao redor; abranger os municípios ao longo da BR 364, que corta o Estado até as proximidades da fronteira mais noroeste com o Peru; na última etapa, chegar as sedes dos demais municípios, prevendo, inclusive, comunidades indígenas e ribeirinhas

Comissão Estadual de Educação Ambiental - COMEEA

A Comissão Estadual de Educação Ambiental - COMEEA é o fórum de discussão e definição de programas e estratégias de Educação Ambiental no Estado do Acre.

A participação efetiva dos membros da COMEEA nos processos internos de tomada de decisão é importantíssima, haja vista os constantes desafios postos pela realidade amazônica para o desenvolvimento regional de programas de educação ambiental.

Política Florestal

O Estado do Acre, propôs um modelo de desenvolvimento diferenciado ao que historicamente vem sendo implantado na Amazônia. Este modelo visa a valorização da floresta como principal fator para impulsionar um desenvolvimento social e econômico mais justo, igualitário e sustentável. Dentre uma série de ações estruturais que vão desde o respeito à cidadania (e da florestaria) até o resgate da auto-estima da população, esta situada a Política de Desenvolvimento Florestal.

De forma concreta esta política utiliza os principais instrumentos de políticas públicas de forma integrada, com o objetivo de promover o uso econômico e sustentado da floresta. Dentre eles citamos: instrumentos econômicos (crédito, incentivos), legais (leis e regulamentações), fomento (assistência técnica, ações educativas) e infra-estrutura produtiva (estradas, ramais, fábricas, eletrificação e habitação).

2. Amazonas

Governador do Estado do Amazonas: **Carlos Eduardo de Souza Braga**

A Lei n.º 2.783, de 31 de Janeiro de 2003, dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O Poder Executivo do Estado do Amazonas é constituído, basicamente, por órgãos da Administração Direta e por entidades da Administração Indireta.

Integram o Poder Executivo, como órgãos da Administração Direta:

I - ÓRGÃOS COLEGIADOS

- a) CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS

- b) CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
- c) CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- d) CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

II - ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO E ASSISTÊNCIA DIRETA

- a) SECRETARIA DE GOVERNO
- b) CASA CIVIL
- c) CASA MILITAR
- d) GABINETE PESSOAL DO GOVERNADOR
- e) SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
- f) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
- g) OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

III - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

IV - SECRETARIAS DE ESTADO

[Secretaria de Estado Extraordinária - SEE](#)

[Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ](#)

[Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN](#)

[Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD](#)

[Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos - SEJUS](#)

[Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP](#)

[Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC](#)

[Secretaria de Estado de Saúde - SUSAM](#)

[Secretaria de Estado da Cultura - SEC](#)

[Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS](#)

[Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB](#)

[Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL](#)

[Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia - SECT](#)

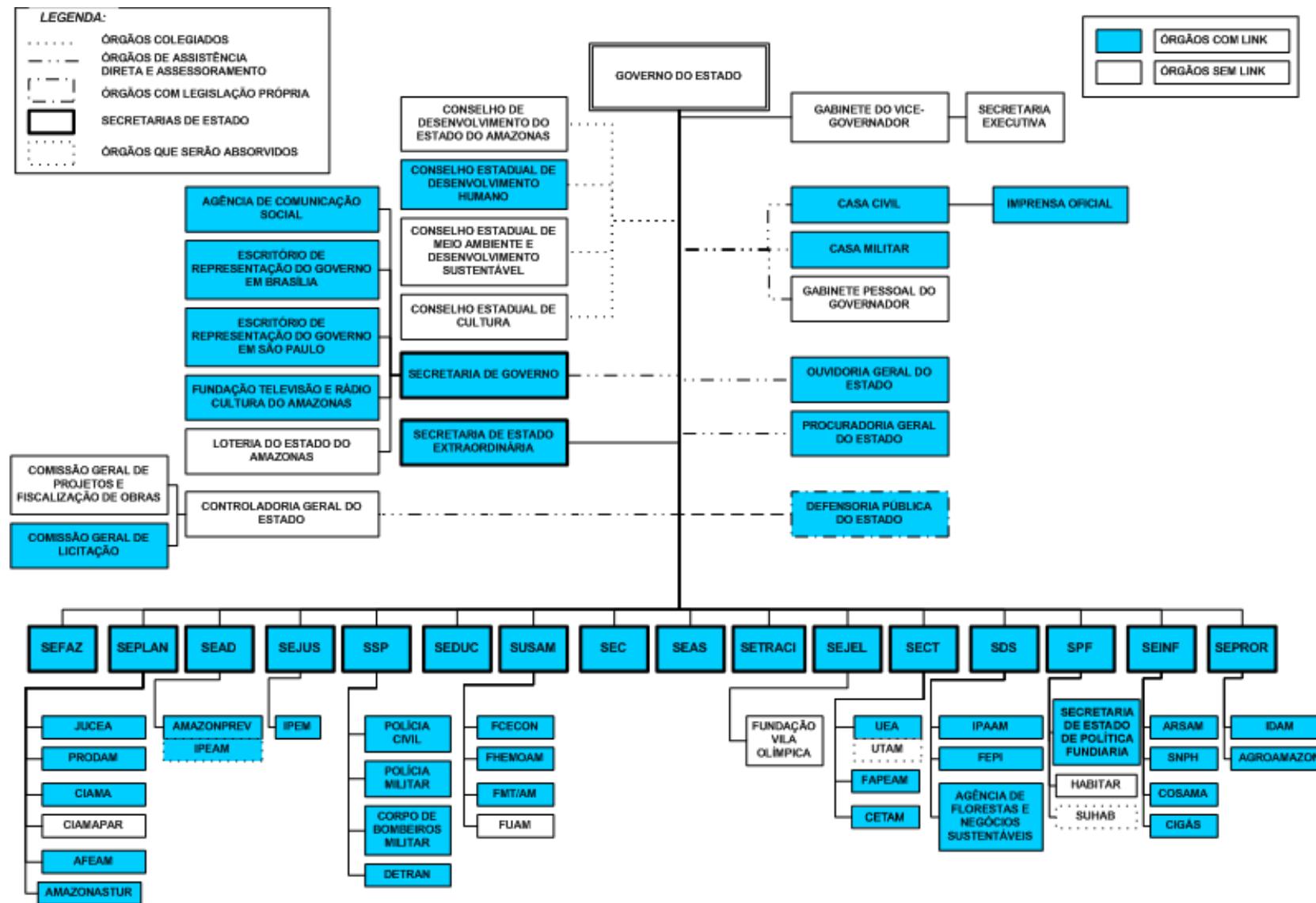
[Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS](#)

[Secretaria do Estado de Política Fundiária -SPF](#)

Secretaria de Estado de Infra-Estrutura - SEINF

Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado - SEPROR

Controladoria Geral do Estado do Amazonas.



Alguns Programas do Governo do Estado do Amazonas

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DO AMAZONAS PARA O ZONA FRANCA VERDE

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da SEPLAN, obteve do Governo Japonês uma de doação de recursos administrados pelo Banco Mundial, sob natureza de assistência preparatória para projeto que servirá de base às negociações de uma operação de crédito internacional, denominado “Desenvolvimento Regional do Estado do Amazonas para a Zona Franca Verde”.

Com a finalidade de gerenciar e acompanhar a elaboração de estudos, projetos e pesquisas que subsidiarão a operação de crédito internacional foi instituída a Unidade de Gerenciamento de Doação – UGD, segundo preconiza a prática do Banco Mundial.

Objetivo Superior

Contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população do Interior do Estado do Amazonas

Objetivo do Projeto

Promover a inclusão sócio-econômica dos amazonenses do interior pela ampliação do acesso a saúde, saneamento básico e pela geração de emprego e renda com sustentabilidade do meio ambiente

Arranjos Produtivos Locais - APL 2009 - Contemplados no Estado do Amazonas

Artesanato e Culinária Regional – Pólo Tabatinga – Municípios: Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga.

Base Mineral/Cerâmico-Oleiro – Pólo Presidente Figueiredo – Municípios: Iranduba, Manacapuru, Nova Olinda do norte, Presidente Figueiredo, Urucará.

Construção Naval – Pólo Manaus – Municípios: Barcelos, Itacoatiara, Manaus, Parintins, Iranduba.

Farinha e Fécula de Mandioca – Pólo Manacapuru – Municípios: Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.

Fitoterápicos e Fitocosméticos – Pólo Manaus – Municípios: Barreirinha, Manaquiri, Manaus e Entorno.

Madeira, Móveis e Artefatos – Pólo Manaus – Municípios: Atalaia do Norte, Carauari, Itacoatiara, Jutai, Manaus e entorno e Tabatinga.

Polpas, Extratos e Concentrados de Frutas Regionais– Pólo Itacoatiara – Municípios: Anori, Codajás, Iranduba, Itacoatiara, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva.

Produção de Pescado – Pólo Tabatinga – Municípios: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Iranduba, Manacapuru, Maués, Rio Preto da Eva, Tabatinga.

Produtos Florestais não Madeireiros – Pólo Boa Vista do Ramos – Municípios: Boa Vista do Ramos, Carauari, Manicoré, Tefé.

Turismo Ecológico e Rural – Pólo Manaus – Municípios: Benjamin Constant, Manacapuru, Manaus, Maués, Novo Airão, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tabatinga.

Produtos serviços potenciais definidos nos APL's do Estado do Amazonas

ARRANJOS PRODUTIVOS	PRODUTOS E SERVIÇOS POTENCIAIS
Base Mineral/Pólo Cerâmico-Oleiro	Tijolos de dois, quatro e oito furos; tijolos maciços; combogó (elementos vazados), telha dos tipos "Canal" e "Marselha"; blocos Cerâmicos especiais e revestimento rústico para pisos.
Construção Naval	Existem basicamente dois tipos de empreendimentos: os estaleiros de construção para transporte de passageiros e cargas; e os serviços de reparo e manutenção de embarcações.
Artesanato	Biojóias: Jarina, semente de açaí.
Produtos e Serviços Ambientais	Óleos vegetais: andiroba e copaíba; Cascas e cipó; Borracha; Castanha do Brasil; sementes.
Turismo Ecológico e Rural	Ecoturismo, Floresta amazônica, Teatro Amazonas, Encontro das Águas, Turismo de Aventura, Turismo Cultural, Patrimônio Histórico.
Fitoterápicos e Fitocosméticos	Óleos fixos; extratos vegetais; óleos essenciais; corantes; xampus; cremes; sabonetes; colônias; perfumes; batons; maquiagens; desodorantes; dentifícios; óleos; talcos; sais; loções.
Fécula e Farinha de Mandioca	Leite em pó, chocolates, balas, bolachas, sopas, sobremesas, sagu e pão; na indústria de adesivos, indústria têxtil, fogos de artifícios, fabricação de fósforos, dedextrinas, malto dextrinas, indústria de papel, embalagens biodegradáveis, fundição de metais e indústria de madeira (compensados); na indústria farmacêutica utilizado nas massas dos comprimidos e em creme dental; e ainda na perfuração de poços petrolíferos.
Produção de Pescado	O pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>), o tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>), o matrinxã (<i>Brycon spp.</i>), o curimatã (<i>Prochilodus nigricans</i>), o jaraqui (<i>Semaprochilodus spp.</i>), a pirapitinga (<i>Piaractus brachypomus</i>), o pacu (<i>Colossoma mitrei</i>) e o tucunaré (<i>Cichla ocellares</i>)
Polpas, Ex. e Concentrados de frutas	Guaraná, cupuaçu, açaí, pupunha e o bacuri
Madeira Móveis Artefatos	Móveis em estilo colonial e popular (estantes, vitrines, prateleiras, armários, etc), para sala de jantar, dormitório, copa, cozinha, piscina e varanda; móveis industriais (gabinetes de eletroeletrônicos, caixas acústicas, máquinas de costura, relógios de parede e uma série de artefatos de madeira).

Fonte: SEPLAN/DDR/NEAPL (informações retiradas dos planos de desenvolvimento preliminar de cada segmento).

Programa Amazonas Sustentável

Uma das estratégias adotadas pelo Programa Amazonas Sustentável é a implementação de ações voltadas para o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, promovendo a conscientização e participação de produtores florestais e extrativistas, populações tradicionais, ribeirinhos, empresários, empreendedores, associações, cooperativas, entidades subordinadas e vinculadas à SDS, instituições governamentais, organizações não-governamentais e demais segmentos da sociedade.

As estratégias de implementação incluem ainda a formulação e a implementação de políticas ambientais e para o desenvolvimento sustentável, de instrumentos normativos, organizacionais, tecnológicos, econômicos e financeiros; definição, coordenação e articulação de estratégias e ações que promovam a proteção, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento regional; bem como o estabelecimento de parcerias inter e intragovernamentais, com entidades privadas e com a sociedade civil organizada.

Ações

- [Criação e implementação de unidades de conservação](#)
- [Organização e fortalecimento dos sistemas de produção extrativista](#)
- [Gestão do desenvolvimento sustentável](#)
- [Gestão dos recursos ambientais - Plano Estadual de recursos ambientais](#)
- Gestão dos recursos hidrícos - Plano Estadual de recursos hídricos

Programa Amazonas Florestal

Diante da grandeza territorial e do imenso potencial natural da região amazônica, o desenvolvimento de pesquisas, gerenciamento de dados e a disseminação de informações tornam-se atividades necessárias para a viabilização de novas cadeias produtivas adequadas às normas ambientais vigentes e, consequentemente, vitais no processo de atração de novos investimentos. Neste sentido, o Programa Amazonas Florestal tem como objetivo reunir os dados técnicos e gerenciais relacionados à fauna e flora da região e oferecer o acesso às informações às comunidades do interior do Estado, bem como a produtores, empreendedores, grupos tradicionais e indígenas do Amazonas.

Partindo do princípio de que o conhecimento das potencialidades e da utilização dos recursos naturais permite a atração de novos investimentos e estabilidade comercial, o Programa Amazonas Florestal visa diminuir o grau de desinformação acerca da temática ambiental e da legislação que a regulamenta, buscando oferecer maior estruturação e organização à produção e tendo em vista a geração de trabalho, renda, redução da pobreza e elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nas comunidades do interior do Estado.

A superação dos problemas de organização, gestão e capacidade técnica dos processos produtivos são as principais diretrizes do programa, cujo objetivo é fortalecer e difundir experiências promissoras e bem sucedidas de produção madeireira, não-madeireira e de manejo de fauna silvestre nas comunidades produtoras, auxiliando na formulação de

políticas de estímulo e viabilização de empreendimentos sustentáveis, atendendo às diretrizes de geração de emprego e renda no meio rural previstas dentro do Programa Zona Franca Verde, criado pelo Governo estadual.

As estratégias de operacionalização do programa contemplam a pormenorização dos fluxos econômicos da atividade madeireira, não-madeireira e manejo de fauna silvestre, levando em consideração os insumos, produtos, comercialização, nível de organização das comunidades, de modo que possam concretizar o manejo dos recursos, com atração de investimentos.

AÇÕES

- **Otimização da exploração sustentável**

Dentro da meta de gerenciar e disseminar informações técnicas acerca do potencial natural da região amazônica, o Programa Amazonas Florestal sincroniza conhecimentos científicos e tradicionais para otimizar o processo de exploração desses recursos.

A riqueza florestal da região abriga inúmeras quantidades de espécies na fauna e flora capazes de gerar valiosos produtos e serviços ambientais para consumo humano, abrangendo ainda um vasto patrimônio cultural representado, principalmente, pela existência de vários grupos indígenas e populações de ribeirinhos, que reúnem um saber de valor incalculável, acumulado por várias gerações de convivência harmônica com a floresta.

Sendo assim, o objetivo do programa é somar o conhecimento tradicional com assistência técnica, capacitação em sistemas de manejo dos recursos florestais e faunísticos e incentivar associações, cooperativas e empreendedores com responsabilidade social, por intermédio do acesso à linhas de financiamento para o setor florestal nos municípios do interior.

- **Gerenciamento em Unidades de Conservação**

A finalidade principal desta ação é gerar um conjunto de delineamentos que orientem o estabelecimento de uma política florestal estadual de longo prazo dentro das Unidades de Conservação de uso sustentável.

As atividades programadas visam disciplinar, fomentar e gerenciar o uso das Unidades de Conservação, criando oportunidades de negócios e garantindo sua perpetuação para as próximas gerações. Parcerias com instituições públicas, privadas e associações comunitárias possibilitam o atendimento aos anseios dos atores envolvidos e a redução das distorções existentes nas unidades de conservação quanto ao licenciamento, emissão de autorização de exploração, adequação dos procedimentos observando as características geográficas próprias dos Estados.

O Programa Amazonas Florestal abrange ainda a construção e manutenção de base única de dados relativos às atividades florestais; formulação de normas e procedimentos de manejo florestal em pequena escala para proprietários de glebas rurais (área de ate 500 hectares); treinamento de técnicos em elaboração e acompanhamento de planos de manejo; desenvolvimento de cartilhas informativas; revisão de instrumentos legais para

proposição de modificações sobre exigências para concessão de florestas estaduais e elaboração de Planos de Manejo Florestal e Manejo de recursos faunísticos.

- **Organização de cadeias produtivas florestais**

A ação de dinamização de cadeias produtivas florestais e dos recursos da fauna silvestre visa orientar a organização da produção, criação e comercialização dos produtos madeireiros, não-madeireiros e subprodutos da fauna silvestre no Estado do Amazonas, visando o uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

A proposta do programa é consolidar alternativas econômicas sustentáveis para o aumento da renda e geração de empregos, comercialização de produtos, fortalecimento de organizações comunitárias, criação de cadeias produtivas e o estabelecimento de um canal de comunicação entre produtores e consumidores

Programa Amazonas Ambiental

As atividades que possuem potencial de impacto no meio ambiente, necessitam de licenciamento prévio por parte do IPAAM, nas fases de planejamento, instalação e operação, conforme estabelecido na Lei nº 1532/82 regulamentada pelo Decreto nº 10.028/87. Necessário se faz o controle desses impactos de forma a minimiza-los, através do monitoramento dos usos dos recursos ambientais, fiscalização, licenciamento e educação ambiental.

O objetivo é monitorar o uso dos recursos naturais, Fiscalizar e Licenciar as atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do Meio Ambiente no Estado do Amazonas, adotando as medidas necessárias em cumprimento às normas aplicáveis e promover e difundir a educação ambiental.

A estratégia de implementação é promover a integração das ações desenvolvidas pelos órgãos do governo, com vistas à implementação sinérgica e bem sucedida no Programa Zona Franca Verde e todas as suas dimensões: social, econômica e ambiental.

AÇÕES

- **Implementação e execução de projetos de proteção e uso sustentável dos recursos naturais**

A co-participação é a premissa da ação de implementação e execução de projetos de proteção e uso sustentável dos recursos naturais que, através da elaboração de projetos e planos de trabalhos que serão executados mediante a celebração de convênios e contratos, firmados com estas instituições.

A finalidade desta ação é desenvolver projetos e planos de trabalho com órgãos públicos, organizações não-governamentais, sociedade civil organizada e outras pessoas jurídicas, objetivando realizar parcerias para proteção e uso sustentável dos recursos naturais, através da formalização de convênios e contratos que venham atender os objetivos do programa Zona Franca Verde.

- **Monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras**

A finalidade desta ação é ampliar o controle dos recursos naturais através do aumento das ações de monitoramento, fiscalização e licenciamento ambiental das atividades com potencial de impacto poluidor e/ou degradador do meio ambiente e recursos naturais. O Monitoramento, fiscalização e o licenciamento precisam melhorar a sua abrangência em todo o Estado, a fim de exteriorizar perante a população o objetivo a que se propôs. A forma de se atingir esta meta é intensificar as atividades, principalmente em regiões do Estado em desenvolvimento com o crescimento do IDH através da implantação do Programa Zona Franca Verde.

Por ser uma atividade extremamente dinâmica, se faz necessário uma constante atualização no banco de dados do SELAPI – Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto no Meio Ambiente. Este trabalho é desenvolvido pelos técnicos do IPAAM através das fiscalizações e vistorias dessas atividades.

- **Gestão de unidades de conservação de proteção integral**

A ação de gestão de unidades de conservação de proteção integral tem como objetivo estabelecer áreas prioritárias de proteção à biodiversidade no Estado para implementar projetos para a gestão de áreas de proteção integral, prevendo um plano de capacitação para os gestores e agentes ambientais voluntários das unidades de proteção integral e elaboração de um plano de divulgação das unidades de conservação de proteção integral.

Projeto de gestão ambiental, monitoramento e conservação dos recursos naturais no Estado do Amazonas
Duração
Desde de outubro de 2001
Execução
IPAAM
Número de beneficiados
População do Estado do Amazonas
Localizador
Novo Aripuanã, Manicoré, Apuí, Humaitá, Boca do Acre, Itacoatiara e Presidente Figueiredo
Produtos
Licenciamento ambiental de empreendedorismos que desenvolvem atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente
Situação atual
Estão na segunda fase de seleção para contratação de consultores
Meta (2)
Ter o sistema de monitoramento testado, aprovado e implantado
Colaboradores
Prefeituras municipais, IBAMA, INCRA e Sociedade civil organizada

Programa Amazonas Indígena

O Programa Amazonas Indígena tem como objetivo promover, incentivar e disseminar o etnodesenvolvimento dos povos indígenas do Amazonas, o que pressupõe que uma etnia detenha o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e principalmente, possua liberdade para negociar com o Estado o estabelecimento das relações segundo seus interesses.

Neste sentido, o programa visa estabelecer mecanismos de ações que possam levar em consideração os princípios das comunidades ou etnias interessadas, levando em conta a vocação histórica, social e cultural, o controle interno do tempo quando a produção destinar-se para o mercado, possibilitando-lhes o domínio sobre os limites da produção e, por conseguinte, das “necessidades” externas.

As estratégias de implementação incluem a realização de intercâmbio para captação recursos financeiros junto à entidades governamentais e não-governamentais, no âmbito internacional, nacional e estadual, troca de experiências e informações que possam contribuir para o fortalecimento da política indigenista no Amazonas.

A ativa participação de todos os interessados nas questões indígenas especialmente as organizações e lideranças indígenas; o apoio ao acompanhamento, monitoramento, avaliação das ações e projetos executados pelos diferentes órgãos será realizado pela FEPI, de forma articulada com instituições governamentais e com as comunidades indígenas, garantindo assim a eficácia e qualidade dos serviços prestados; e a criação de um fórum permanente entre o governo, organizações indígenas e organizações não-governamentais para assessorar e assegurar a execução dos projetos.

Ações

- [Valorização e divulgação da diversidade cultural e dos direitos dos povos indígenas](#)
- [Etnodesenvolvimento dos Povos Indígenas](#)

Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas

No Amazonas, o PGAI foi desenvolvido, de 1995 até 2002, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e, a partir de 2003, com a reformulação da estrutura governamental do Estado, passou a ser coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS.

O Macrozoneamento do Estado é uma proposta técnica que está em discussão na Comissão Estadual de ZEE e durante o ano de 2005 foi realizado para compor o Mapa Integrado dos ZEEs dos Estados da Amazônia Legal.

Originalmente o Estado tinha um projeto para implementar um modelo de gestão ambiental numa área extensa do Nordeste (bacia do rio Uatumã) e Sudeste (Vale do Rio Madeira), visando contribuir para conservação de seus recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da área.

O ZEE Sistemático tem sido realizado nos municípios do Sudeste-Sul: Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã e ZEE Participativo do município de Itacoatiara no Nordeste do Estado, na escala de 1:250.000 e detalhes na escala de 1:100.000.

3. Amapá

Governador

Antônio Waldez Góes da Silva

Endereço

Palácio do Setentrião - Rua General Rondon, 259 - Centro - Macapá-AP

Telefone: (096) 32121141 / 32121142

Fax: (096) 32121104

E-mail: governadoria@governadoria.ap.gov.br

Atividades sobre Meio Ambiente

- Criação da Lei da Política Estadual de Educação Ambiental
- Lei de Criação da Floresta de Produção do Estado do Amapá
- Revisão e atualização de Leis (Biodiversidade, Florestas, recursos hídricos, etc.)
- Revisão e atualização do Código ambiental do Estado do Amapá
- Criação da Lei de Uso da Terra e Ordenamento Territorial
- Criação da Lei de Mudanças Climáticas (minuta)
- Estimativa das Emissões de Gases derivados de Carbono

Programas

Programa de Gestão Ambiental Municipal do Estado do Amapá (elaborado e em execução).

Programa Estadual de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais

Programa Estadual de Atendimento a Emergências Ambientais
Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos
Programa para o Zoneamento Ecológico Econômico
Programa de Cadastramento de Imóveis Rurais
Programa de Gerenciamento Costeiro
Programa de Produção Integrada de alimentos em áreas desmatadas

Planos

Plano de Manejo da APA do Rio Curiaú (elaborado)
Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento no Estado do Amapá (PPCDAP) (fase inicial de elaboração, previsão agosto/setembro- 2009)
Plano de Manejo da RDS do Rio Iratapuru (fase final de elaboração, previsão junho/julho-2009)
Plano Estadual de Recursos Hídricos (em elaboração)

Mecanismos existentes

Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA)
Conselho Deliberativo da RDS do Rio Iratapuru
Conselho Deliberativo da APA do Rio Curiaú
Conselho Deliberativo da APA da Fazendinha
Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEIA)
Fundo Estadual de Meio Ambiente (FERMA)
Fundo Rural do Amapá (FRAP)
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS)
Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá

No período que antecedeu à execução técnica do ZEE, propriamente dita, a partir de 1995, o estado passou por uma etapa de fortalecimento institucional que consistiu na capacitação de equipe técnica, através de vários cursos de curta e média duração, englobando diferentes áreas do conhecimento que fossem de interesse do projeto. Simultaneamente, um laboratório de geoprocessamento era montado, testado e colocado em funcionamento para atender aos pressupostos metodológicos do ZEE. No desenrolar desse período, que se estendeu até 1997, a coordenação do ZEE-AP tomou a decisão de desenvolver um estudo, compatível com a escala de 1:1.000.000, considerando toda a superfície territorial do estado. Os resultados desse trabalho foram apresentados em um relatório que, mais tarde, em 2002, foi publicado na forma de livro sob o título “Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: Primeira Aproximação do ZEE”. A Lei n.

919/2005, que dispõe sobre o ordenamento territorial do estado, é fruto desse primeiro estudo do ZEE que também contou com a colaboração dos trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Gerenciamento Costeiro, de responsabilidade do IEPA. Outro importante instrumento legal do estado trata-se da Lei nº 0388, de 10 de dezembro de 1997, publicada no Diário Oficial do Estado nº 1708, de 12.12.97 que dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso à biodiversidade do estado do Amapá.

Em fins de 1997 o estado iniciou a implementação do PGAI em 25.346km² localizados na região sul, compreendendo integralmente os municípios de Mazagão e Vitória do Jari e parcialmente Laranjal Jarí (9728,4km²). Esse projeto pode ser considerado como um dos principais modelos de descentralização da gestão dos recursos naturais, bem como, um componente do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

O desenvolvimento do ZEE do sul do estado contemplou a metodologia recomendada pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, responsável até o final de 1999 pela Coordenação Nacional do Programa ZEE.

- Projetos
 - Projeto 01 - ZEE da Área Sul do Estado do Amapá (publicação/2000)
 - Projeto 02 - Macrodiagnóstico do Estado do Amapá - Primeira Aproximação do ZEE (publicação/2002)

4. Mato Grosso

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Fones (065) 3613.4129 / 3613. 4100 / Fax (065) 3613.4120

E-mail: gabinete@governadoria.mt.gov.br

Governador do Estado: BLAIRO BORGES MAGGI/PR

Secretarias

[Secretaria de Estado da Casa Civil](#)

[Secretaria de Estado da Casa Militar](#)

[Secretaria de Estado de Administração](#)

[Secretaria de Estado de Comunicação Social](#)

[Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso](#)

[Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo](#)

[Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural](#)

[Secretaria de Estado de Educação](#)

[Secretaria de Estado de Esportes e Lazer-SEEL](#)

[Secretaria de Estado de Fazenda](#)

[Secretaria de Estado de Infra-estrutura](#)

[Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral](#)

[Secretaria de Estado de Saúde](#)

[Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social](#)

[Secretaria de Estado do Meio Ambiente](#)

Programas de Governo na área da agricultura

Programa Criação de Vilas Rurais
Programa de Algodão do Estado de Mato Grosso (PROALMAT)
Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Programa Fitoplasma
Programa Frango Caipira
Programa Nacional de Crédito Fundiário (crédito fundiário)
Programa Produtos da Terra
Projeto Parceria Rural
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Ambiente e Turismo

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Programa de Recuperação e Revitalização
Projeto Águas Termais de Barra do Garças-MT
Projeto Águas Termais de Palmeiras Santo Antonio de Leveger-MT

Energia

Programa Luz Para todos

Mineração

Companhia Mato grossense de Mineração
Projeto - Laudo para Certificação Kimberley de Diamantes
Projeto Calcário Barraquinho – Rosário Oeste-MT
Projeto Calcário de Guiratinga - MT
Projeto Caracterização Tecnológica dos Materiais Básicos Utilizados na Construção Civil
Projeto Estudo Metalogenético, Gemológico e Levantamento Aerogeofísico.
Projeto Identificação e Caracterização de Aquíferos e Recursos Minerais
Projeto Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso ao Milionésimo
Projeto Pesquisa Mineral e de Sítios Geológicos nos Municípios de Alto Araguaia, Araguainha e Ponte Branca em Mato Grosso
Projeto SIG CUIABÁ – Sistema de Informação Geoambiental
Projeto São Thomé
Projeto Águas Termais de Barra do Garças-MT
Projeto Águas Termais de Palmeiras Santo Antonio de Leveger-MT
Projeto: Estudo de Avaliação Geológico-Econômico de Insumos Minerais para a Agricultura

Transporte e Infra-estrutura

Campanha Rota Cidadã
Programa Construção Civil
Programa Estradeiro
Programa Fortalecimento Rural

Programa Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Mato Grosso

O Zoneamento Sócio-Econômico Ecológico (ZSEE) de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso encontra-se atualmente concluído, sob forma de minuta de lei, em fase de discussão com a sociedade para aprovação.

A evolução do Programa ZEE no Estado:

1992 - O Governo do Estado edita a Lei 5993, que teve como base o Zoneamento Agroecológico - 1^a Aproximação.

1995 - O Governo do Estado implanta o projeto Zoneamento Sócio Econômico Ecológico - 2^a Aproximação com base nos estudos do Diagnóstico Sócio Econômico Ecológico.

O ZEE do Mato Grosso foi vinculado ao Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Mato Grosso – Prodeagro, constituindo condicionante para liberação de recursos financeiros do BIRD. A Seplan realizou licitação internacional para a contratação da empresa de consultoria que realizou os trabalhos.

Assim, o planejamento do SPRN, no Estado do Mato Grosso, não contemplou a elaboração do ZEE, mas um componente intitulado “Estudos Temáticos”. No seu contexto é que foram desenvolvidos vários estudos, levantamentos e outros trabalhos, voltados ao ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais, como a disponibilidade de uma base cartográfica, da área prioritária, na escala 1:100.000, de modo a permitir o conhecimento como suporte para outros estudos e apoio às atividades de controle e monitoramento ambiental.

Dentro deste componente foram considerados relevantes os seguintes temas: 1. ocupação da região através dos assentamentos; 2. ordenamento das atividades de mineração; 3. áreas indígenas, como forma de promover a melhoria de vida das comunidades indígenas e ordenar a ocupação do seu entorno; 4. estudos em unidades de conservação para promover a criação de unidades municipais e criar uma preocupação com a conservação/preservação dos recursos naturais e 5. estudo sobre a cobertura vegetal para subsidiar o controle da atividade madeireira.

Conforme a publicação “Contribuição de Mato Grosso para o SPRN”, “para a elaboração da Base Cartográfica, foi feita a plotagem dos municípios da área prioritária, na escala 1.100.000, em meio digital e impresso, com visualização da hidrografia, vias de acesso, uso e ocupação, limites municipais e áreas protegidas.”. Prosseguindo, o documento completa: “a base dá suporte às atividades de licenciamento das propriedades rurais e planejamento das ações de campo. Também foram fornecidas cópias aos municípios que foram incorporadas às suas unidades de informações ambientais subsidiando suas

atividades de planejamento. O suporte também é conferido para o planejamento de atividades produtivas e proposição de formas de manejo de unidades de conservação, principalmente a reserva extrativista." Ações de fiscalização, manejo e capacitação foram desenvolvidas na Resex, assim como levantamentos, inclusive voltados a produção e comercialização de produtos florestais.

De outro lado foram também conduzidos o diagnóstico da atividade mineraria, utilizado no controle do garimpo e levantamentos de potenciais para a criação de unidades de conservação municipais, resultando na criação de um parque no município de Juruena.

Quanto aos impactos, apesar de não ter desenvolvido um ZEE no âmbito do SPRN, o Estado do Mato Grosso, utilizando apenas uma base cartográfica, acoplando a um banco de dados, monitoramento e ações de campo, avançou, no sentido de promover condições para o ordenamento florestal e usos sustentáveis dos recursos naturais, principalmente através do seu sistema de licenciamento de propriedades rurais.

- Projetos
 - Projeto 01 – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (PCBAP) (1997)
 - Projeto 02 – Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Araguaia - Trecho Barra do Garças (MT) - Luís Alves (GO) (1999)
 - Projeto 03 - Zoneamento Sócio Econômico Ecológico do Estado do Mato Grosso (2004)

5. Pará

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA PT ANIV 23/12

Cargo: Governadora do Estado do Pará

Endereço: Palácio dos Despachos, Rodovia Augusto Montenegro, km 09 Bairro: Coqueiro

CEP: 66823-010 Cidade: Belém Estado: PA

Telefone: (91) 3201-5669/5587 Fax: (91) 3248-0133

E-mail: agenda.governadora@yahoo.com.br <http://www.pa.gov.br>

Secretarias

- [Administração - SEAD](#)
- [Agricultura - SAGRI](#)
- [Assistência e Desenvolvimento Social - SEDES](#)
- [Casa Civil](#)
- [Casa Militar](#)
- [Comunicação - SECOM](#)
- [Cooperação Internacional - CIDS](#)
- [Cultura - SECULT](#)
- [Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia - SEDECT](#)
- [Desenvolvimento Urbano e Regional - SEDURB](#)
- [Educação - SEDUC](#)
- [Esporte e Lazer - SEEL](#)
- [Fazenda - SEFA](#)
- [Governo - SEGOV](#)
- [Integração Regional - SEIR](#)
- [Justiça e Direitos Humanos - SEJUDH](#)
- [Meio Ambiente - SEMA](#)
- [Obras Públicas - SEOP](#)
- [Pesca e Aqüicultura - SEPAQ](#)
- [Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF](#)
- [Projetos Estratégicos - SEPE](#)
- [Saúde Pública - SESPA](#)
- [Segurança Pública - SEGUP](#)
- [Trabalho, Emprego e Renda - SETER](#)
- [Transporte - SETRAN](#)

Ações do Governo

ASSISTÊNCIA SOLIDÁRIA

- Centro de Referência de Assistência Social
- Centros Maria do Pará
- Combate ao trabalho escravo
- Combate ao sub-registro
- Valorização do servidor

COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

- Navega Pará
- Retomada do sinal da TV Cultura
- Oficinas de Comunicação Popular para a Cidadania
- Parques de Ciência e Tecnologia

CULTURA, ESPORTE E LAZER

- Pontos de Cultura

DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL

- Campo Cidadão
- Procampo
- Um Bilhão de Árvores para a Amazônia
- Zoneamento Ecológico – Econômico
- Varredura Fundiária
- Cumprimento dos mandados de reintegração de propriedade
- A matriz agro-extrativista

DESENVOLVIMENTO URBANO

- Água para Todos
- PAC-Pará
- Ação Metrópole

EDUCAÇÃO

- Educação para Todos
- Kits Escolares

ESTRADAS E INFRAESTRUTURA

- Caminhos da Parceria

SAÚDE

- Rios de Saúde
- Nova Santa Casa

- Hospitais Regionais
- Hospital Regional do Marajó
- Hospital Municipal de Santa Bárbara

SEGURANÇA

- Segurança Cidadã

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTAL

Os programas de desenvolvimento rural e recuperação do passivo ambiental estão entrelaçados. O fomento à agricultura familiar, uma atividade social e ambientalmente sustentável, é a maior prioridade nesse setor. Exemplos disso são os programas Campo Cidadão, Procampo, Um Bilhão de Árvores e o diálogo constante com as entidades representativas dos trabalhadores rurais. A política de desenvolvimento rural é uma construção que tem ampla participação de seus maiores interessados.

Como base para as ações em benefício dos trabalhadores rurais, o Governo Popular instituiu uma política inédita de regularização fundiária. Por meio desta, o Governo cria Projetos de Assentamentos que legitima os territórios de populações tradicionais, como quilombolas e indígenas. O caos fundiário, gerador de violência no campo, começa a ser ordenado pela ação do Governo Popular.

Varredura Fundiária

Sem dúvida nenhuma a grande novidade do atual Governo é o desenvolvimento de uma nova metodologia de regularização fundiária: a Varredura Fundiária, que será está sendo um poderoso instrumento para ordenar o espaço e democratizar o acesso à terra, beneficiando cidades que finalmente terão suas terras cedidas aos municípios, e poderão apresentar títulos de terras e captar recursos federais para a construção de equipamentos de educação, saúde, saneamento e outros serviços. Um trabalho desenvolvido em seis municípios em 2008. Eldorado do Carajás, Igarapé-Miri e Parauapebas atuação conjunta com o Pará Rural e a Secretaria de Projetos Estratégicos; Abel Figueiredo e Rondon do Pará, em parceria e financiamento do INCRA SR-27 e Dom Eliseu com orçamento do Estado. Com essa ação serão titulados mais de 4 mil famílias até final de junho de 2009. Com a atuação conjunta em 2009 com o Governo Federal (Terra Legal e a Operação Arco Verde), mais municípios serão regularizados e milhares de famílias beneficiadas.

Não poderia deixar de destacar a atuação na região do Baixo Amazonas, o reconhecimento dos direitos das populações tradicionais na Gleba Nova Olinda, a intervenção administrativa em uma gleba de 1 milhão e 300 mil hectares que está resultando na regularização de milhares de famílias, criação de assentamentos, destinando área para exploração florestal e proteção ambiental. Os municípios de Aveiro, Juruti e Santarém terão os seus territórios municipais regularizados.

Cumprimento dos mandados de reintegração de propriedade

- O Governo herdou 173 mandados de reintegração de posse, dentre rurais e urbanas, por cumprir. Hoje restam 63.
- Desde o início da atual gestão, em janeiro de 2007, o Governo do Estado realizou 58 reintegrações de posse no Pará, sendo 32 rurais e 26 urbanas. Os demais mandados foram revogados pela justiça.
- Os números de mandados de reintegração a cumprir são sazonais e imprecisos, pois se referem a mandados expedidos e não a mandados vigentes. Vários foram revogados pela própria Justiça, perderam a vigência, mas essas revogações nem sempre são comunicadas ao Executivo. Assim, efetivamente, os números são menores. Por exemplo: a Vara Agrária de Castanhal havia notificado o Estado para o cumprimento de 76 mandados de reintegração de posse. Na última reunião entre representantes do Estado e o juiz titular da Vara, esse número caiu para 34 mandados, pois as decisões, tomadas inicialmente em caráter liminar, eram precárias e foram revistas, sendo muitas delas revogadas.
- Dos 34 mandados existentes na Vara Agrária de Castanhal, no início do mês de abril, o Governo do Estado já cumpriu 8, restaram 26.
- Pelo último levantamento feito nas Varas Agrárias, no mês de março deste ano, o número de mandados a se cumprir em Santarém passou de 11 para 1. Em Altamira, passou de 12 para 8. Em Marabá, de 21 para 14. Na Vara Agrária de Redenção, há 10 mandados.
- Além das reintegrações urbanas e rurais houve reintegrações importantes, delicadas e caras nas ocupações da Hidrelétrica de Tucuruí, da Alcoa, da Comigasp e da ferrovia de Carajás.
- O cumprimento dos mandados judiciais de reintegração de posse demandou dos cofres públicos estaduais aproximadamente R\$ 1,5 milhão para pagamento de diárias aos policiais militares, combustível, instalação de circuitos de comunicação, aluguel de veículos especiais (ônibus e tratores, por exemplo) etc.
- Essa estimativa não contempla gastos de outros setores da segurança pública do Pará, como Polícia Civil (PC), Corpo de Bombeiros (CBM), Departamento Estadual de Trânsito (Detran) e Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves.
- A negociação e o diálogo sempre foram primordiais para o sucesso das operações, pois sempre que possível foram esgotados todos os meios para o cumprimento das reintegrações de posse de forma pacífica. Vale ressaltar que o perfil das operações realizadas pelo governo do Estado mudou: elas são planejadas e baseadas em levantamentos de inteligência policial e econômico-social.
- Para fortalecer as ordens judiciais, nos últimos dois anos, o governo do Estado promoveu ações paralelas de saúde, educação e assistência social às famílias retiradas das áreas ocupadas, evitando assim que as mesmas retornassem às fazendas e obrigando novas operações. Os custos dessas ações também não estão contabilizados no valor de R\$ 1,5 milhão.

- O governo do Estado ressalta ainda que, em gestões anteriores, as operações eram custeadas pelos proprietários das áreas ocupadas, ou seja, as ordens judiciais só eram cumpridas se os proprietários tivessem recursos disponíveis e os de poucos recursos não tinham suas demandas atendidas. Com a mudança, buscou-se transparência e independência no estabelecimento de prioridades.

- Hoje, nenhum mandado de reintegração de posse é cumprido antes do governo do Estado decidir, por iniciativa própria, quantidade de efetivo, tipo de armamento, guarda de armas, e coordenação das operações. Esse planejamento - com informações nominais e individuais a respeito dos participantes das operações - é apresentado de forma espontânea ao juiz da Vara Agrária responsável.

- O governo do Estado informa que, de 1º a 10 de abril deste ano, foram cumpridos mandados de reintegração de posse de oito áreas ocupadas nos municípios de Castanhal, Marapanim, São Miguel do Guamá e São Francisco do Pará, sendo que duas delas foram reocupadas (sítio Hashiguchi e fazenda Igarapé-Miri) e novamente as famílias retiradas pelas autoridades policiais.

- Em todas se conseguiu a saída definitiva dos ocupantes. Cerca de 160 policiais militares participaram da "Operação Nordeste", além de policiais civis, peritos do CPC e representantes da Procuradoria do Estado e Tribunal de Justiça do Estado (TJE). Os mandados judiciais foram expedidos pela Vara Agrária de Castanhal.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Pará

O macrozoneamento do Estado é coordenado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (SECTAM). A Lei nº 6.745, de 6 de maio de 2005 instituiu o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (ANEXO II).

Histórico da Legislação do Macrozoneamento:

- ✓ Encaminhamento do Projeto de Lei Nº 02/2005 para o Poder Legislativo (Mensagem Nº 005/05-GG, de 21 de fevereiro de 2005)
- ✓ Lei Nº 6.745, de 06 de maio de 2005 – Institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará - aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa em 19 de abril de 2005
- ✓ Sancionada pelo Governador do Estado em 06 de maio de 2005
- ✓ Publicada no D.O.E em 12 de maio de 2005

Para o ZEE estão sendo definidas diretrizes básicas para orientar o uso do espaço do Estado, visando a proteção da cobertura florestal e a consolidação da fronteira agrária, concentrando os investimentos públicos e privados nas áreas já antropizadas do Estado. Ainda no âmbito do ZEE, haverá um acompanhamento das grandes obras de infra-

estrutura para minimizar os impactos ambientais delas, e os municípios serão apoiados na elaboração dos seus planos diretores.

Vale acrescentar que o processo de ZEE no Estado do Pará para a fase de detalhamento do zoneamento também contempla dos projetos no município de Moju, onde a metodologia participativa foi testada, de Tailândia e em Paragominas.

- Projetos
 - Projeto 01 – Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (2005)
 - Projeto 02 - ZEE da Rodovia BR 163

6. Rondônia

Governador: IVO NARCISO CASSOL

A Lei Complementar nº 414, de 28 de dezembro de 2007, estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o Estado de Rondônia.

O Estado de Rondônia foi dividido em 10 (dez) regiões de Planejamento e Gestão, com as seguintes composições:

- Região I: Porto Velho; Candeias do Jamari e Itapuã do Oeste.
- Região II: Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Monte Negro e Rio Crespo;
- Região III: Jaru, Governador Jorge Teixeira, Theobroma, Vale do Anari e Machadinho do Oeste;
- Região IV: Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Nova União e Vale do Paraíso;
- Região V: Ji-Paraná, Alvorada D’Oeste, Texeirópolis, Presidente Médici e Urupá;
- Região VI: Cacoal, Ministro Andreazza, Espigão D’Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe e Parecis;
- Região VII: Vilhena, Chupinguaia, Colorado D’Oeste, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras e Corumbiara;
- Região VIII: Rolim de Moura, Novo Horizonte, Santa Luzia D’Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Nova Brasilândia, Castanheiras e Alta Floresta do Oeste;
- Região IX: São Francisco do Guaporé, Costa Marques, São Miguel do Guaporé e Seringueiras; e
- Região X: Guajará Mirim e Nova Mamoré.

Foram definidos como Pólos de Referência Regionais para cada uma dessas regiões as seguintes sedes de Município:

- Região I - Porto Velho;
- Região II – Ariquemes;
- Região III – Jaru;
- Região IV- Ouro Preto do Oeste;
- Região V - Ji-Paraná;
- Região VI – Cacoal;
- Região VII – Vilhena;
- Região VIII - Rolim de Moura;
- Região IX – São Francisco do Guaporé; e
- Região X - Guajará Mirim.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA - foi instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País, formulando e implementando medidas integradas em agenda de transformações da gestão, necessárias à promoção dos resultados preconizados no plano plurianual, à consolidação da administração pública profissional voltada ao interesse do cidadão e à aplicação de instrumentos e abordagens gerenciais.

O GESPÚBLICA é a fusão dos Programas da Qualidade no Serviço Público (PQSP) e Nacional de Desburocratização (d).

PNAGE - O objetivo geral do Programa é melhorar a efetividade e a transparência institucional das administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal (doravante os Estados participantes), a fim de alcançar uma maior eficiência do gasto público.

Os objetivos específicos do Programa, com relação a cada Estado Participante, são:

- (i) fortalecer sua capacidade de planejamento e gestão de políticas públicas;
- (ii) desenvolver sua capacidade de administração de recursos humanos;
- (iii) modernizar sua estrutura organizacional e seus processos administrativos;
- (iv) fortalecer seus mecanismos de transparência administrativa e de comunicação social;

- (v) modernizar sua gestão de informação e integrar seus sistemas informáticos; e
- (vi) desenvolver mecanismos para promover e implantar uma cultura de mudança institucional.

Programa financiará:

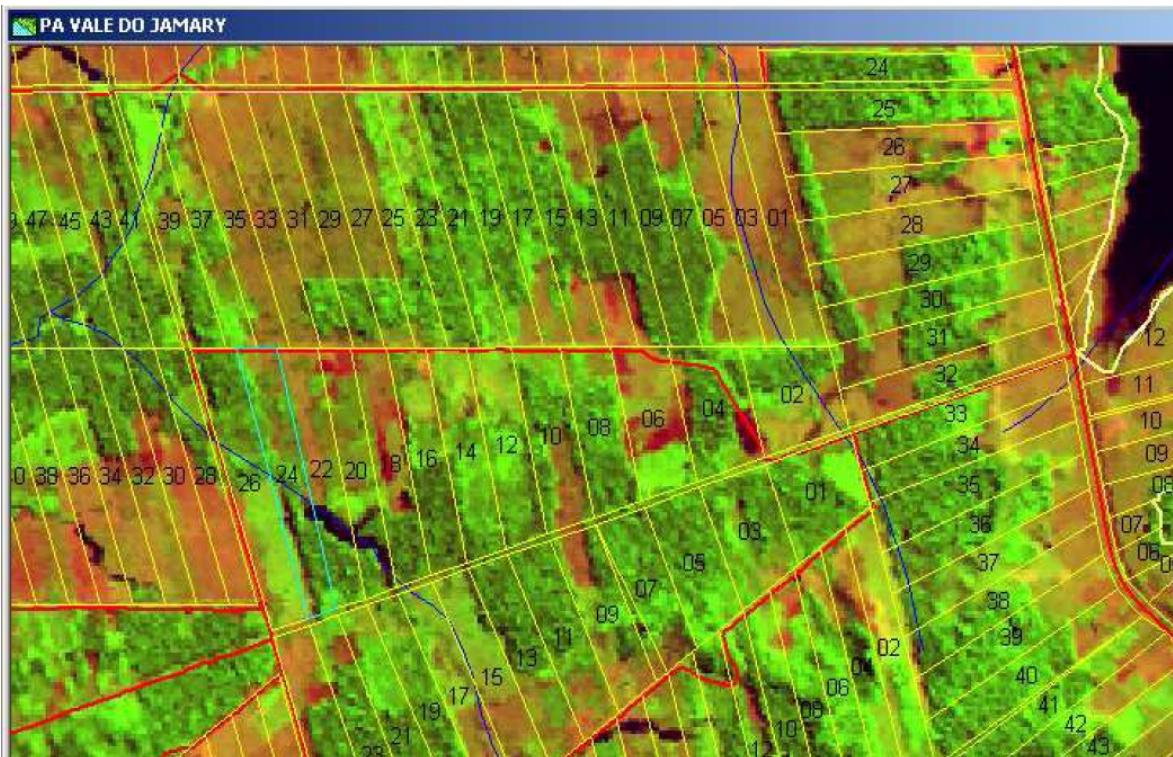
- (i) capacitação estratégica e operacional para fortalecer a coordenação entre as áreas de planejamento, administração e finanças dos Estados Participantes;
- (ii) aquisição de equipamentos e programas informáticos para a integração dos sistemas transversais de informação necessários para vincular as três áreas antes mencionadas;
- (iii) assistência técnica para o desenho e adoção de novos modelos de gestão de recursos humanos e de tecnologia de informação e para o fortalecimento da capacidade de gestão dos Estados Participantes para a implantação dos mesmos.

SEDAM

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL – COLMAM - DIVISÃO DE LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADE RURAL

Coordenar e supervisionar as atividades de Licenciamento da Propriedade Rural; emitir licenciamento ambiental da propriedade rural, em conformidade com pareceres e análise dos órgãos competentes; manter atualizados, processos e instrumentos do licenciamento ambiental da propriedade rural; acompanhar, orientar, assistir e executar as atividades de análise e avaliação dos programas e projetos de licenciamento ambiental da propriedade rural, mediante relatórios periódicos das atividades desenvolvidas; manter a Coordenadoria informada dos assuntos inerentes à área; exercer outras competências relativas à natureza do órgão.

SISTEMA DE MONITORAMENTO DO DESMATAMENTO POR PROPRIEDADE RURAL UTILIZANDO IMAGENS DE SATÉLITE – EM INPLANTAÇÃO NA SEDAM



IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE NO NAVEGADOR

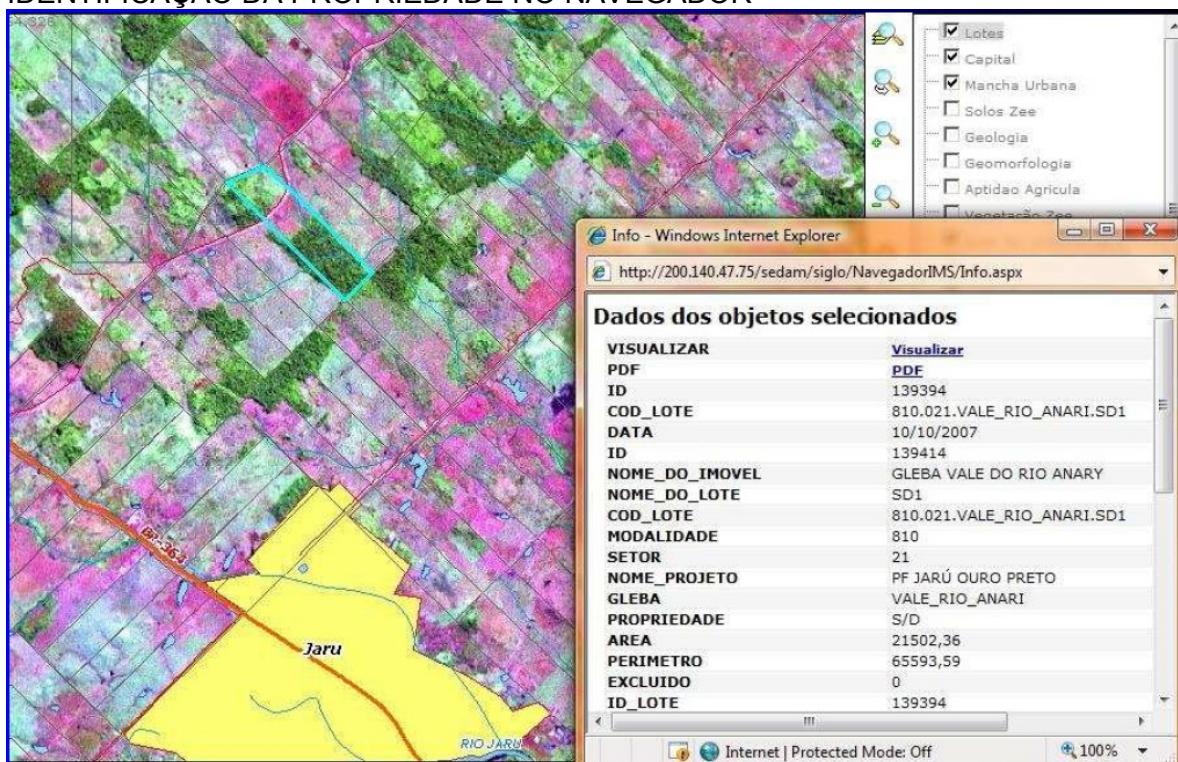


TABELA RESUMO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL ATÉ 22/02/2008

Área total Licenciada	1.188.209,5908 ha
Área de Reserva Legal	757.997,9307 ha
Área de Reserva Legal a Recuperar	30.709,5864 ha
Área de Reserva Legal em Compensação	5.888,3581 ha
Área de Preservação Permanente Total	144.565,9274 ha

Área de Preservação Permanente na Reserva Legal	51.704,7510 ha
Área de Preservação Permanente à Recuperar.....	6.415,6270 ha
Área de Preservação Permanente na Área Remanescente.....	17.157,3663 ha
Área de Preservação Permanente em Área Explorada	7.228,5433 ha
Área Remanescente	376.026,2986 ha
Área Explorada	227.200,8352 ha
Área de Servidão.....	28.149,1036 ha
Área de Preservação Permanente na Área de Servidão Florestal..	362,4682 ha
TOTAL DE PROCESSOS LANÇADOS NO SISTEMA:	4541
TOTAL DE LICENÇAS EXPEDIDAS:	2755

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Rondônia

O ZSEE-RO teve início no ano de 1986 e o primeiro produto, denominado ZSEE-RO – 1^a aproximação, foi elaborado na escala 1:1.000.000, sendo institucionalizado pelo Decreto Estadual nº 3782 de 14 de junho de 1988, cujas diretrizes foram, posteriormente, incorporadas aos dispositivos da Constituição Estadual de 1989. A Lei Complementar nº 52 de 20 de dezembro de 1991 respaldou a 1^a aproximação, dando ensejo a negociações com o Banco Mundial para obtenção de empréstimo internacional para programas estaduais.

Os Governos Brasileiro e Estadual assinaram com o Banco Mundial o contrato de empréstimo em setembro de 1992, no qual a União foi o mutuário e o Ministério do Planejamento e o Estado de Rondônia, os executores.

O ZSEE-RO – 2^a aproximação integrou o Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia – PLANAFLORO, cujo processo licitatório ocorreu durante o ano de 1995, sendo iniciado em abril de 1996 e concluído em 2000.

Os produtos de levantamento básico, diagnóstico e prognóstico foram elaborados através de contratação de consultoria, com licitação internacional vencida pelo Consórcio composto pelas empresas Tecnosolo Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S/A, do Brasil, DHV Consultants, da Holanda, e Eptisa, da Espanha.

Após a elaboração dos produtos técnicos de diagnóstico, foi realizado o prognóstico pela equipe técnica do estado, com acompanhamento consultivo de pessoa física, dando início à divisão de áreas que viria a constituir as zonas do território estadual e subsidiar legislação específica.

No decorrer dos trabalhos, foram realizadas inúmeras reuniões, audiências públicas e oficinas de trabalho. Segundo a equipe técnica estadual e documentos da Comissão Estadual de ZEE - CEZEE, foram realizadas cerca de 60 (sessenta) reuniões nos 52 (cinquenta e dois) municípios do estado para apresentação dos trabalhos. Além disso,

foram realizadas 10 (dez) Audiências Públicas e 12 (doze) Oficinas para discussão da proposta do ZSEE. Foi realizado um Seminário Integrador, para consolidar a proposta antes da apresentação à CEZEE.

Após aprovação na CEZEE, o Governador enviou a proposta de Lei, em 17 de abril de 2000, para a Assembléia Legislativa, sendo aprovada em 18 de maio de 2000, com 19 (dezenove) votos a favor e 5 (cinco) abstenções, e sancionada como Lei Complementar nº 233 de 06 de julho de 2000. Entretanto, a Lei Complementar passou a ser contestada em função das contradições com o Código Florestal.

Em 06 de maio de 2005, o Governador do Estado de Rondônia sancionou Lei Complementar nº 312 (ANEXO III), aprovada pela Assembléia Legislativa, revogando os dispositivos da Lei Complementar nº 233 e acrescendo outros, dentre os quais, assegurando, para a Zona 1, a reserva legal da propriedade rural em, no mínimo, 80% (oitenta por cento) e estabelecendo o limite de no mínimo 50% (cinquenta por cento) para fins de recomposição florestal na propriedade rural.

- Projetos
 - Projeto 01 - ZEE Brasil – Bolívia – Eixo Rio Abunã – Vale do Guaporé (2000)
 - Projeto 02 - Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico de Rondônia (2002)

7. Roraima

GOVERNADOR DO ESTADO

José de Anchieta Júnior

ESTRUTURA DE GOVERNO

GOVERNADORIA

GABINETE CIVIL

CASA MILITAR

SECOM - Secretaria de Imprensa e Comunicação

PROGE - Procuradoria Geral do Estado

CPL - Comissão Permanente de Licitação

SEPHD - Secretaria Extraordinária da Promoção Humana e Desenvolvimento

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

DETUR- Departamento de Turismo

SECD - Secretaria de Educação, Cultura e Desportos

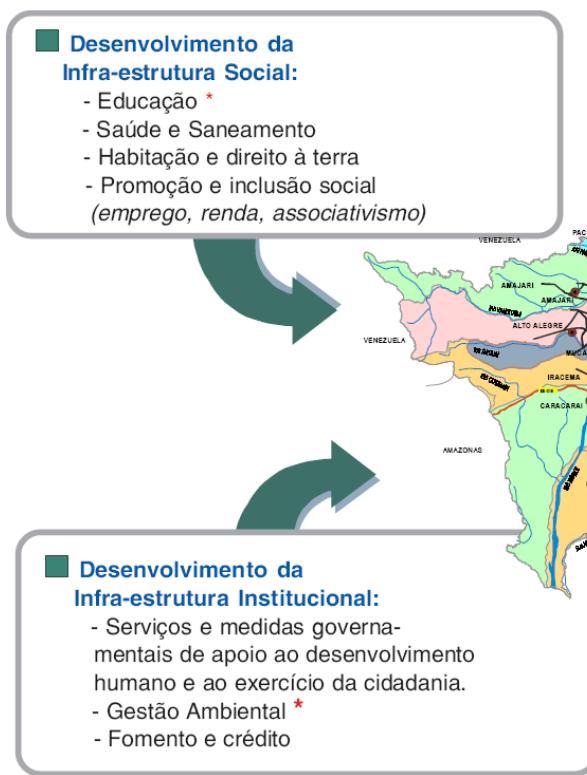
SEGAD - Secretaria da Gestão Estratégica da Administração

SETRABES - Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social
SESP - Secretaria da Segurança Pública
SEJUC - Secretaria de Justiça e Cidadania
SEFAZ - Secretaria da Fazenda
SESAU - Secretaria de Saúde
SEINF - Secretaria de Infraestrutura
SEAPA - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEIN - Secretaria do Índio
SEAI - Secretaria Extraordinária de Assuntos Internacionais
SEURB - Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária Urbana
SEAE - Secretaria Extraordinária de Assuntos Extratégicos
SEAM - Secretaria da Articulação Municipal e Política Urbana

PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diretrizes norteadoras do processo de desenvolvimento estadual:

- Ênfase na educação básica, bem como, na formação técnica orientada para o aproveitamento das vantagens comparativas locais;
- investimentos crescentes em inovações, com respaldo nos conhecimentos das peculiaridades amazônicas, conquistados pela Ciência & Tecnologia;
- Fortalecimento da infra-estrutura, reduzindo os desequilíbrios internos;
- Formação e complementaridade de pólos produtivos;
- Inclusão das comunidades indígenas no processo de desenvolvimento estadual;
- Participação da iniciativa privada no novo modelo de desenvolvimento;
- Solução da questão fundiária;
- Modernização do Estado, através da definição de novo modelo de gestão baseado em eficiência e racionalização de atividades.



PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Habitação e Regularização Fundiária

As questões relacionadas com a habitação e a regularização fundiária, devem ser objeto de ações integradas entre os governos federal, estadual e municipais, com medidas voltadas para

a concretização dos seguintes objetivos:

- Melhoria das condições de habitabilidade das populações carentes e enfrentamento do déficit habitacional no Estado.
- A regularização fundiária deverá funcionar como fator motivador do interesse do homem amazônico em proteger seus recursos naturais, visto que, através do uso sustentável desses recursos, estarão fincadas as bases do seu futuro e de seus descendentes.

Nesse sentido, a regularização deverá ser acompanhada de normas claras e objetivas sobre o direito de uso e exploração racional dos seus recursos naturais, visando tornar o homem, coparticipante do processo de gestão do ambiente amazônico.

- É necessário que sejam garantidos os direitos sobre a terra (urbana e rural) a fim de que a mesma seja entendida, também, como um dos instrumentos de geração de renda e, ao mesmo tempo, sirva como fator real para avalancagem de créditos, os quais garantirão recursos financeiros para investimentos em equipamentos, insumos e técnicas de exploração sustentável da floresta, dentre outros.

TRANSPORTES

Consolidação e Ampliação da Malha Rodoviária Federal

- Consolidação da BR . 174 como o principal eixo rodoviário (conclusão das obras de arte e manutenção).
- Pavimentação asfáltica da BR - 210 . trecho São João da Baliza a Entre Rios (54 km).
- Construção da Rodovia Transcaribenha, permitindo a continuidade do corredor iniciado pela BR - 401.
- Formação do Arco Norte: integração Roraima . Guiana, via BR . 401 (conclusão da pavimentação asfáltica e construção de obras de arte).

Consolidação, Ampliação e Melhorias da Malha Rodoviária Estadual

- Pavimentação das estradas-tronco do Lama/Roxinho e Apiaú, RR - 319 até Passarão e RR-170, de Cantá a Novo Paraíso.
- Construção da RR - 480, ligando a localidade de Jundiá à Santa Maria do Boiaçu;
- Ligações internas - implantação, melhoria e manutenção das RRs e vicinais, e construção de pequenas pontes.

Melhoria e Manutenção de Estradas Vicinais

Metas: Implantação e/ou recuperação de 3.800 km de estradas vicinais.

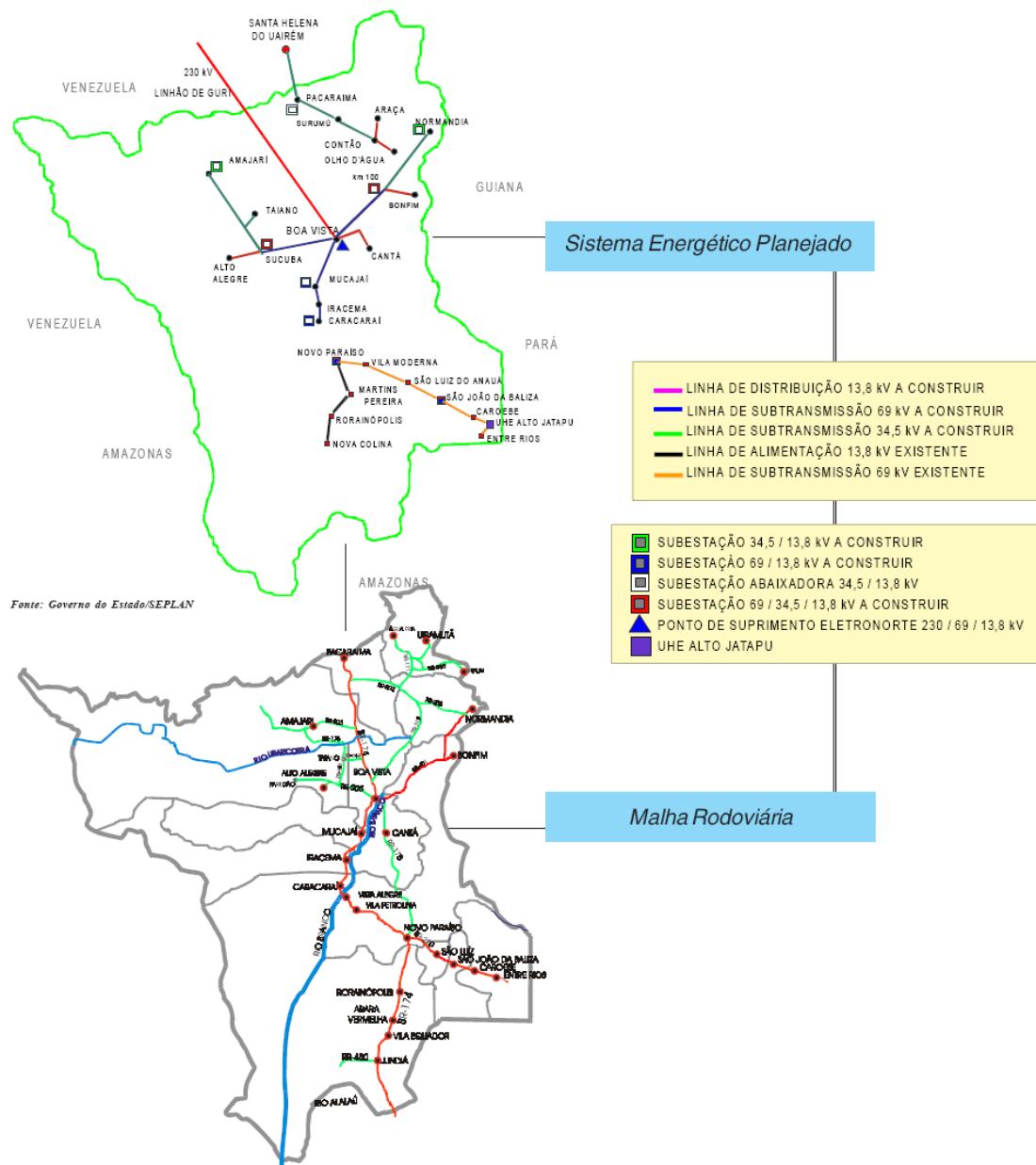
Ampliação do Sistema Portuário

- Construção do Porto de Santa Maria do Boiaçu e de pequenos ancoradouros.

Geração e Distribuição de Energia Elétrica

Objetiva suprir as necessidades energéticas dos municípios e comunidades isoladas com ampliação da rede de eletrificação rural, beneficiando, no horizonte de 10 anos, aproximadamente 800.000 ha na região do cerrado e na totalidade das áreas de assentamento.

A interligação do sistema ao sistema Guri, fato ocorrido no dia julho de 2001, possibilitar a abertura de novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável das Regiões do Estado.



Desenvolvimento da Indústria Madeireira

Objetivando a exploração racional e seletiva de madeiras de lei e outras menos nobres, com adequado plano de manejo florestal, e sua utilização para a fabricação de móveis, aglomerados e seus subprodutos, bem como utensílios de madeira.

As atividades extractivas – particularmente a extração da madeireira – representam boa parte das potencialidades econômicas de Roraima.

Ações necessárias:

- Estímulo a adoção de processos de manejo florestal e certificação como instrumento de garantia para o acesso aos mercados, nacional e internacional;

- Compensação às exigências legais por facilidades de infraestrutura, fornecidos pelo governo, às empresas que pretendem se instalar na Região, oferecendo segurança e continuidade de negócios;
- Fomento da produção de mudas nativas visando viabilizar o reflorestamento com espécies nativas, treinando equipes de campo para o plantio em áreas selecionadas.
- Promoção e incentivo ao plantio extensivo de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.
- Realização de projetos florestais comunitários sustentáveis nas áreas de reserva legal.

Programas, que fazem parte das ações integradas de desenvolvimento da área de influência da BR-174:

Incentivo ao Extrativismo não Madeireiro nas Áreas de Assentamento

Objetivos: Diversificar as formas de produção nos projetos de assentamento, tendo em vista a redução da susceptibilidade do pequeno produtor aos fatores adversos que possam ameaçar a continuidade de sua geração de renda; contribuir para o aprimoramento do desempenho ambiental dos projetos de assentamento, em especial reduzindo o ritmo de desmatamento de áreas florestais no estado.

Fomento à Exploração Florestal Sustentável

Objetivos: Orientar e apoiar as atividades produtivas florestais sob a ótica do desenvolvimento sustentável, possibilitando a produção extrativista racional de madeira e outros produtos, como forma a substituir o atual modelo de exploração predatória por um outro baseado no manejo florestal sustentável.

Incentivo aos segmentos de Movelaria e Artesanato

Estabelecimento de política pública para incentivar o setor moveleiro e de artefatos de madeira como alternativa econômica e social, agregando valor aos produtos.

Vale salientar que o artesanato é uma das mais expressivas manifestações culturais dos povos indígenas de Roraima. Povos de uma cultura vasta e diversificada, os macuxi, wapixana, ingaricó, taurepang, ianomami e wai-wai têm na produção de cestas, balaios e redes de fibras silvestres e palhas, e panelas, vasos e peças de arte de cerâmica e madeira, uma forma de sobrevivência pois seus produtos, com boa aceitação no mercado consumidor, contribuem para a geração de renda e ocupação profissional para as comunidades. O Governo de Roraima com seus programas sociais, vem fortalecendo as comunidades de forma a torná-las auto-sustentáveis, buscando o desenvolvimento econômico e social, pelo estímulo à diversificação das atividades agropecuárias através da assistência técnica gerencial visando a melhoria do sistema de produção nas comunidades indígenas de Roraima.

Fomento, Assistência Técnica e Extensão Rural

Objetiva garantir a prestação de assistência técnica de qualidade ao produtor rural através dos seguintes projetos integrado:

- Expansão do Fundo de Aval para apoio aos pequenos produtores rurais;
- Difusão das hortas comunitárias e de outras ações voltadas para o abastecimento alimentar do Estado;
- Ampliação do Projeto Tipiti, uma iniciativa de apoio e incentivo à produção agrícola em comunidades indígenas, por meio da qual o Governo garante corretivos, fertilizantes, sementes e assistência técnica, beneficiando mais de mil famílias
- Defesa Sanitária e Produção Animal, visando assegurar a defesa sanitária e a inspeção de produtos de origem animal e estimular a expansão e a modernização da produção animal
- Defesa Sanitária e Produção Vegetal, com o objetivo assegurar a defesa sanitária e a inspeção de produtos de origem vegetal e estimular a expansão e a modernização da produção vegetal.

Nesse sentido, as ações programáticas que objetivarão vitalizar os segmentos dos setores secundários e terciários da economia de Roraima estão assim delineados:

- Implementação do Projeto de Atração de Investimentos Produtivos para a indústria, turismo e agropecuária.
- Implantação do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo, envolvendo a regulamentação das áreas protegidas para o uso do ecoturismo (turismo rural e hotéis-fazenda) e o desenvolvimento de atividades turísticas nas comunidades indígenas.
- Incentivo às atividades econômicas em comunidades indígenas.
- Implementação do Projeto de Zoneamento Ecológico-Econômico nas áreas de influência das BR.s 174, 210 e 401.
- Atualização da Legislação de Incentivos Fiscais.
- Fortalecimento da Agência de Fomento.
- Fortalecimento do FUNDER.
- Ampliação do Fundo de Aval.
- Fortalecimento do FDI, com vistas a incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas na área industrial.

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
1.1 Patrimônio Fundiário	_____	_____	_____
Transferência da União para o Estado de Roraima, de 5.855.177,2124 ha. (cinco milhões, oitocentos e cinqüenta e cinco mil e cento e setenta e sete hectares, vinte e um ares e vinte e quatro centiares) de terras, a serem destinados à implantação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável.			
Áreas objeto de transferência da União para o domínio do Estado de Roraima			
Gleba		Hectares	
Campina	387.160,5322	_____	
Santa Maria do Boiaçu	70.945,9377	_____	
Cachimbo	147.355,3649	_____	
BR-174	56.288,0070	_____	
Equador	143.332,4306	_____	
Mucucuáu	457.355,1957	_____	
Pretino	205.604,3453	_____	
Vista Alegre	63.024,4109	_____	
Amajari	176.952,5817	_____	
Ereu	333.506,3322	_____	
Tepequém	324.664,5110	_____	
Cauamé	269.023,1484	_____	
Murupu	102.004,8277	_____	
Tacutu	444.825,1510	_____	
Barauana	757.072,6741	_____	
Quitaúau	196.943,1056	_____	
Pedro Clementino	156.668,7453	_____	
Baliza	508.057,8887	_____	
BR-210-I	1.491,4812	_____	
BR-210-II	56.079,6925	_____	
Branquinho	114.533,9456	_____	
Novo Paraíso	179.529,4520	_____	
Caracaraí	567.412,8824	_____	
Juaperi	135.344,5687	_____	
Total	5.855.177,2124	Inmediato	
Obs.: Esta questão já foi objeto do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, criado por Vossa Excelência, pelo Decreto de 1º de Setembro de 2003, razão pela qual apresento proposta de regulamentação da Lei nº. 10.304, de 05 de novembro de 2001, através da anexa minuta de decreto.			

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
1.2 Energia	380.000.000	_____	_____
1.2.1 - Federalização da Companhia Energética de Roraima – CER. Pela Resolução 053/2005, de 27/01/2005, a ELETROBRAS criou Grupo de Trabalho para desenvolvimento de avaliação de débitos da CER e recomendações para seu equacionamento. Concluiu que para ser efetivada, a federalização teria que recursos do Tesouro Nacional, considerando que a ELETROBRAS, por ser empresa de capital aberto, não poderia financiar o custo da operação.	_____	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.2 - Construção da UHE Cotingo.	240.000.000	Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia -MME ELETROBRÁS
1.2.3 - Assinatura de Acordo Comercial com a Venezuela para importação de combustíveis daquele país, com preços diferenciados, tendo em vista o suprimento desse insumo básico à agricultura e à produção de modo geral, contribuindo para que nossas estruturas de custos de produção ganhem competitividade em relação às regiões Sul e Sudeste. Em audiência no mês de agosto de 2006, em Caracas, o Presidente Hugo Chaves manifestou-se favorável ao pleito. Os órgãos envolvidos (PDVSA, PETROBRAS, Governo de Roraima e outros) discutiram os termos do referido Acordo Comercial sob coordenação do MRE/DAM II. O principal obstáculo reside na carga tributária de R\$ 1,198 por litro de gasolina e de R\$ 0,5825 por litro de diesel, cujo preço FOB especial é de R\$ 0,20 por litro de combustível.	_____	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia- MME PETROBRÁS
1.2.3 - Implantação do Programa Estadual de Biocombustíveis.	140.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia -MME PETROBRÁS/Petrobrás E LETROBRÁS
1.3 Transportes	300.000.000	_____	_____
1.3.1 - Pavimentação, recuperação e manutenção de rodovias federais (BR 174, BR 432, BR 210 e BR 401).	300.000.000	Até 4 anos	Ministério dos Transportes - MT
1.3.2 - Abertura de crédito ao Governo da Guiana para financiamento da construção e pavimentação da rodovia Lethen-Georgetown (ambas as obras são fundamentais para a materialização do Projeto Arco Norte, de integração das economias do Norte do Brasil ao mercado do Caribe), construção do Porto em Barbice e conclusão da ponte sobre o rio Itacutu.	_____	Até 4 anos	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Sub-Total	680.000.000	_____	_____

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
2.1 - Regulamentação e implantação das Áreas de Livre Comércio de Pacaraima (ALCP) e de Bonfim (ALCB), com a construção da infra-estrutura necessária ao seu funcionamento e implantação dos Planos Diretores desses municípios. As referidas ALC's foram criadas há 15 anos pela Lei nº 8.256, de 25/11/1991, mas não foram implantadas. A minuta do Decreto de regulamentação se encontra no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MDIC SUFRAMA Ministério da Fazenda Ministério da Justiça
2.2 - Apoio à implantação do Programa de Manejo Florestal Sustentável do Sul do Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Ministério do Meio Ambiente - MMA SUFRAMA e ADA-SUDAM
2.3 - Implantação do Programa de Recuperação de Áreas de Cobertura Secundária (capoeira), mediante fomento da agricultura familiar na implantação de empreendimentos de produção sustentável, biocombustíveis (cana-de-açúcar, dendê e girassol).	60.000.000	Até 4 anos	Ministério do Meio Ambiente - MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MA
2.4 - Ampliação da Capacidade de Armazenagem de Grãos.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC SUFRAMA
2.5 - Projeto de Ordenamento Territorial para o Desenvolvimento Urbano e Rural dos Municípios e Regularização Fundiária.	40.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC SUFRAMA Caixa Econômica Federal -CEF
2.6 - Definição para exploração de sítios minerais, priorizando os minerais estratégicos (ouro, nióbio, urânio e cassiterita).	_____	Até 8 anos	Ministério de Minas e Energia/DNPM e Ministério da Defesa
2.7 - Fortalecimento do Programa de Formação de Capital Intelectual para Roraima, através de apoio à implantação de Cursos de Pós Graduação e Pesquisas da Universidade Federal de Roraima - UFRR, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET, da Universidade Estadual de Roraima - UERR e da Universidade Virtual de Roraima - UNIVIRR, contemplando ainda a implantação de bases tecnológicas para o desenvolvimento de Cursos de Ensino à Distância - EAD.	15.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior- MDIC SUFRAMA ADA-SUDAM
2.8 - Construção de Terminal para Armazenagem e Mistura de Combustível.	30.000.000	Até 4 anos	Ministério de Minas e Energia -MME PETROBRÁS

PROJETO	VALOR ESTIMADO R\$ 1,00	TEMPO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
2.9 - Fortalecimento das instituições de pesquisas que operam no Estado de Roraima, com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias – EMBRAPA e para a Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT.	10.000.000	Até 4 anos	Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT EMBRAPA CNPQ Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC Ministério da Integração Nacional – MIN Ministério do Meio Ambiente – MMA Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA SUFRAMA ADA-SUDAM
2.10 - Implantação de um Plano de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MA FUNAI
2.11 - Acordo Comercial com a Venezuela para implantação de programa de desenvolvimento do turismo na faixa de fronteira direcionado para o fortalecimento do processo de integração de Roraima com aquele país.	_____	Até 4 anos	Ministério do Turismo - MTUR
2.12 - Programa de Habitação do Estado de Roraima.	120.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA Caixa Econômica Federal-CEF
2.13 - Extensão dos Benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM), relativos ao PIS/COFINS.	_____	Até 4 anos	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC SUFRAMA
2.14 - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Estado.	100.000.000	Até 4 anos	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente - MCOTA
2.15 - Fortalecimento do Programa de Turismo no Estado.	20.000.000	Até 4 anos	Ministério do Turismo – MTUR EMBRATUR
Sub-Total	485.000.000	_____	_____
TOTAL	1.165.000.000	_____	_____

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Roraima

As primeiras ações voltadas para o ZEE em Roraima iniciaram-se com a execução do Componente Zoneamento, Monitoramento e Controle e Fiscalização do SPRN (em seu desenho original) através de Convênio assinado em 14 de outubro de 1996. Até 1998 as ações do ZEE estão centradas ainda no fortalecimento institucional, consistindo na capacitação e implementação da infra-estrutura necessária.

Em julho de 1998 o Projeto de Gestão Ambiental Integrada de Roraima teve o seu convênio de execução assinado, com o objetivo geral de “promover ações integradas entre os órgãos públicos e organizações da sociedade civil que visem a proteção dos recursos naturais, e apresentar alternativas de exploração racional aliadas ao desenvolvimento sustentável do estado”, com um componente Zoneamento Ecológico-Econômico “que fornecerá referenciais técnicos para orientar a formulação de diretrizes para o uso e ocupação desse território e para a gestão ambiental integrada” através do método referencial do SPRN. Recomenda-se a coordenação do ZEE pelo grupo executivo da SEPLAN/RR e a participação de diversas entidades no levantamento, análise e sistematização dos dados bióticos e sócio-econômicos, devendo ser elaborado na escala de 1:250.000, compatível com o zoneamento da área de influência da rodovia BR-147, dentro das ações do Programa Brasil em Ação. “A base de dados a ser estruturada para o ZEE deverá compor o banco de dados relacional e espacial que orientará o planejamento e execução de todos as atividades do projeto”.

No primeiro ano de execução o desempenho do ZEE é extremamente fraco até a sua quase completa paralisação no final de 1998, quando o PGAI entra em uma fase bastante crítica de sua execução. O relatório de Progresso do período setembro de 1998 a setembro de 1999 e ainda o Relatório da Missão de Supervisão de dezembro de 2000, expressam profundas preocupações com as suas dificuldades de execução, particularmente com os procedimentos de repasse e aplicação dos recursos financeiros, com excessiva burocracia e centralização. No entanto, a superação de alguns destes problemas permite que ao fim do ano 2000, o ZEE já acumule alguns produtos, como mapas, cartas, levantamentos sócio-econômicos e de fatores físicos, contratações de consultorias, aquisição e instalação de equipamento, estabelecimento de parcerias e termos de cooperação com instituições como IBGE/RR, CPRM e EMBRAPA.

A versão consolidada do ZEE/RR foi concluída em setembro de 2002, com 18 volumes temáticos, mapas e cartas, abrangendo temas relevantes para o SPRN/PPG7, como biodiversidade, fauna e flora, vulnerabilidade, uso e ocupação do solo, gestão territorial, potencialidade social e outros, envolvendo a participação da SUFRAMA, inclusive com aporte financeiro, a CPRM, na coordenação, e parcerias diversas com órgãos federais: INCRA, EMBRAPA, INPA e UFRR; estaduais: SEaab, CODETUR, SETRABES, ITERAIMA, SESAU, SEDUC e PM; municipais: Prefeituras Municipais e entidades locais representativas da indústria: FIER e do comércio: FECOR.

- Projetos

- Projeto 01 - Projeto Conjunto Brasil-Venezuela - ZEE e o Ordenamento Territorial da Região Fronteiriça entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén (1997)
- Projeto 02 - ZEE da Região Central do Estado de Roraima (2002)

8. Maranhão

Roseana Sarney - Governadora

João Alberto de Sousa - Vice-Governador

Secretarias

Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM
 Secretaria de Estado da Coordenação Política e Articulação com os Municípios
 Secretaria de Estado de Representação Institucional do Distrito Federal
 Secretaria de Estado Extraordinária do Desenvolvimento do Sul do Maranhão
 Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial
 Secretaria de Estado Extraordinária de Minas e Energia
 Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
 Secretaria de Estado da Administração e Previdência
 Secretaria Extraordinária de Assuntos Estratégicos
 Secretaria de Estado da Fazenda
 Secretaria de Estado da Segurança Pública
 Secretaria de Estado da Saúde
 Secretaria de Estado da Educação
 Secretaria de Estado da Infraestrutura
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
 Secretaria de Estado da Indústria e Comércio
 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico
 Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário
 Secretaria de Estado da Cultura
 Secretaria de Estado do Turismo
 Secretaria de Estado de Esporte e Juventude
 Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca
 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
 Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania
 Secretaria de Estado do Trabalho e da Economia Solidária
 Secretaria de Estado da Mulher
 Controladoria Geral do Estado do Maranhão

Obs: O Portal do Governo encontra-se em desenvolvimento, após nova versão o presente item será complementado com informações sobre os programas e plano de governo.

Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão

O programa do ZEE/MA foi estabelecido através da Lei Estadual nº 5.405 de 08.04.92 - Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão, regulamentado pelo Decreto 13.494 de 12.11.93 e revista em pela Lei nº 6.272 em 06.02.95 – pela, então, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

Tendo em vista as diferenças de orientação metodológica e normativa no país, foram estabelecidas no Serviço de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão, duas áreas de atuação: o Zoneamento Continental (a ser desenvolvido experimentalmente pelo PGAI/MA na Bacia do Alto Itapecuru) e o Zoneamento Costeiro e Marinho.

Os principais produtos do ZEE/ PGAI no Estado foram base cartográfica: malha viária , divisão municipal e rede de drenagem; a carta das Unidades de Paisagem, somando 32 imagens interpretadas “overlays” (em meio analógico); espacialização dos locais de coleta dos dados de campo, totalizando 110 pontos (Lat./Long.); descrição dos pontos de coleta, constando das coordenadas geográficas, altitude, geologia (formação geológica), geomorfologia (formas de vertentes, declive, tipo de relevo), vegetação e uso (tipo de cobertura vegetal), solos (descrição de perfis e coleta de amostras para análises físico-químicas); cartas climáticas - Núcleo de Meteorologia – UEMA: temperatura do ar; temperatura mínima do ar; evapotranspiração potencial (mm); evapotranspiração real; excedente hídrico, deficiência hídrica; índice de erosividade (ton./ha); classificação climática; e precipitação pluviométrica.

O Estado iniciou o ZEE em 2000 através de uma parceria com a EMBRAPA – Monitoramento por Satélite, utilizando os produtos já obtidos na região do Alto Itapecuru tanto somente como subsídios e fonte de informação.

As propostas do SPRN contribuíram para o Estado criasse a Comissão Pró-Agenda 21 Estadual.

- Projetos
 - Projeto 01 - Subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Itapecuru (1998)

- Projeto 02 - ZEE - Floresta dos Guarás (2000)
- Projeto 03 - Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão (em execução)
- Projeto 04 - ZEE da Bacia do Rio Munim

9. Tocantins

Governador: Marcelo de Carvalho Miranda

O Governo do Tocantins possui uma estrutura aproximada de 50 órgãos, entre secretarias, autarquias, fundações e institutos, que, sob a coordenação direta do governador do Estado, são responsáveis pelas políticas relacionadas com seus setores.

- Casa Civil
- Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
- Polícia Militar
- Secretaria da Administração
- Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Secretaria da Cidadania e Justiça
- Secretaria da Ciência e Tecnologia
- Secretaria da Comunicação
- Secretaria da Educação
- Secretaria da Fazenda
- Secretaria da Infra Estrutura
- Secretaria da Juventude
- Secretaria da Saúde
- Secretaria da Segurança Pública
- Secretaria de Habitação
- Secretaria de Indústria e Comércio
- Secretaria de Representação em Brasília
- Secretaria do Esporte
- Secretaria do Planejamento
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
- Secretaria dos Recursos Hídricos

Programa de Biodiesel

Programa de Biodiesel lançado pelo Governo do Tocantins, em 2005, prevê a atuação do Tocantins em três vertentes: inclusão social e produtiva, responsabilidade ambiental, e a produção de renda por meio da agricultura familiar.

A meta para o Tocantins é de transformar o Estado em um grande pólo de produção do biocombustível no Brasil. Estima-se que mais de dois milhões de metros cúbicos de biodiesel possam ser produzidos no Estado quando o projeto estiver totalmente concluído, beneficiando a 51 mil famílias.

Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 160 milhões na implantação de três unidades, que gerarão empregos a mais de três mil famílias.

Desde 2007 já estão sendo disponibilizados recursos para a construção de viveiros de mudas para a produção de sementes com a finalidade de expandir a área agrícola, com o cultivo de oleaginosas, principalmente o pinhão-manso, a mamona, o girassol, o babaçu e a soja. Em 2008, as obras de construção do parque também devem se iniciar.

Tocantins Rural

O conteúdo do trabalho **Tocantins Rural** integra uma visão prospectiva do agronegócio para os próximos 5 anos (2.007/ 2.010), fundamentado no plano de governo de Marcelo de Carvalho Miranda.

Criar um mecanismo de suporte e incremento à produção agropecuária e fomento a sua industrialização, combinada com a elevação do bem-estar-social de forma sustentável.

Diretrizes

Nos próximos quatro anos, a política de desenvolvimento rural do Tocantins será orientada por diretrizes que visem tornar mais ágil e funcional as ações públicas voltadas ao setor. Será baseada também nas demandas apresentadas por produtores, através de suas associações.

1. Promoverá com o apoio da Assembléia Legislativa à elaboração de projetos de lei, direcionados a oportunizar suporte a produção agropecuária com vista a sanidade vegetal e animal, proteção dos solos e da água, comercialização agropecuária e outros pertinentes carreando na obtenção da sustentabilidade do agronegócio.
2. Em termos da administração interna, será criado um ambiente de trabalho comprometido, harmonioso e dinâmico, em que possam ser estimuladas as atividades do setor rural, maior fonte geradora de emprego do Estado e instrumento propulsor da economia local.
3. Será fortalecida a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e suas autarquias vinculadas, o Instituto de Terras do Tocantins - Itertins, a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins - Adapec e o Instituto de Desenvolvimento Rural - Ruraltins,

tornando mais dinâmico o desenvolvimento de programas e ações públicas que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população rural.

4. Será estreitado o diálogo com os Governos Federal e Estadual, com outros países, com a iniciativa privada e instituições do terceiro setor a fim de promover a interligação entre a agricultura tocantinense familiar e empresarial aos mercados, gerando mais empregos, consolidando os já existentes e agregando valor à produção agropecuária.

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

BARREIRAS AMBIENTAIS

Entre 2003 e 2004, o Tocantins reduziu seu índice de desmatamento em 81% - o melhor resultado entre os estados da Amazônia Legal. Para manter estes avanços, o Governo implantou o **Programa Arrenda Tocantins**, necessário para reforçar a política de recuperação de áreas degradadas, sobretudo áreas de pastagem, que estão desocupadas ou subutilizadas e que podem ceder espaço para culturas de maior rentabilidade e geradoras de emprego.

Existe uma tendência pelo respeito ambiental e o Tocantins preocupado com seus biomas, principalmente na região do Bico do Papagaio, com seus babaçuais, na região do Cantão com suas florestas de ciclos temporariamente inundáveis e na região do Jalapão com seus solos arenosos e vegetação de campo e rara beleza, demandará políticas públicas para exploração econômica diferenciada e ambientalmente corretas.

AÇÕES INDIRETAS:

- ARRENDA TOCANTINS;
- MICRO BACIAS HIDROGRÁFICAS;
- INTEGRAÇÃO LAVOURA E PECUÁRIA;
- PLANTIO DIRETO;
- CENTROS DE RECEPÇÃO DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTÓXICOS;
- PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS PARA REFLORESTAMENTO COM NATIVAS E FRUTÍFERAS.
- SILVICULTURA
- MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO . MDL (MERCADO DE CARBONO)

METEOROLOGIA AGRÍCOLA

As atividades agrícolas que a Meteorologia procura dar suporte são: calendário agrícola, preparo do solo, aplicação de produtos químicos agrícolas, monitoramento de irrigação, datas de maturação e colheita, controle e manejo de pragas e doenças vegetais, transporte de produtos agrícolas, operações florestais tais como incêndios, e outros fenômenos adversos, manejo agrícola e outras atividades correlatas.

Com o tempo serão incorporados diversos índices de quantificação das adversidades agrometeorológicas, como: índices de seca, riscos climáticos, zoneamento agrícola, manejo de irrigação e diversos outros.

Diariamente os dados meteorológicos, como a temperatura máxima do ar e a precipitação pluviométrica, serão inseridos, através de um sistema Web e estarão disponíveis.

DO CAMPO À MESA - COMERCIALIZAÇÃO

Mantendo a parceria entre Governo do Estado e municípios, pode-se facilitar a comercialização da produção rural, abrindo espaço para que os agricultores negoiciem diretamente com o consumidor final, aumentando significativamente sua margem de lucro.

Esse resultado será alcançado com a construção da central de abastecimento (Ceasa) e feiras cobertas. Em Palmas e em diversos municípios do interior, as obras já começam a chegar.

MECANIZAÇÃO DESCENTRALIZADA

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL

A **cana-de-açúcar, mamona, pinhão manso, girassol, amendoim** entre outros serão as culturas em que o Governo do Estado do Tocantins irá apostar.

AGROENERGIA

ÁLCOOL

O **Tocantins Rural** apoiado nestes resultados promoverá a busca de investidores através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e sua vinculadas referente a produção, consumo e exportação de biocombustíveis.

CULTIVO SEQUEIRO

o Governo do Estado irá fomentar tecnologias através da assistência técnica para o incremento da produção. Também intermediará a criação de um grupo de pesquisas agropecuárias para melhoria nas produtividades, na agregação de valor aos produtos e fomentar instalações industriais que beneficiarão as produções agropecuárias gerando consequentemente mais empregos e riquezas.

AGRICULTURA IRRIGADA

A partir do próximo ano entrarão em funcionamento grandes projetos de fruticultura irrigada, como o Manuel Alves, Gurita, São João e Sampaio.

VAZANTE

Com a implantação de um projeto voltado à produção em áreas de vazante, serão disponibilizadas sementes, e tecnologias necessárias, impulsionando o aproveitamento de 500 hectares de vazante dos rios Formoso, Javaés e Tocantins e seus tributários.

FRUTICULTURA - DFS

O **Tocantins Rural**, ou através da fruticultura pretende a auto-suficiência para o mercado local e produzirão um excedente de 60% para o mercado externo inclusive para exportação, como já acontece com a melancia, abacaxi e a banana tocantinense.

Flores e ornamentais

O programa de expansão da floricultura no Estado, tem como objetivo a elevação do padrão de qualidade, o seu nível tecnológico e gerando novas oportunidades de emprego, renda e divisas, promovendo a organização dos produtores e sua qualificação profissional, melhorando sistema de produção nas regiões de climas tropical e subtropical, bem como organizar a comercialização estadual de flores e plantas ornamentais, aumentando a oferta interna de flores, reduzindo consequentemente, a forte dependência do fornecimento do produto de outros Estados, principalmente de São Paulo

Hortaliças e condimentos.

O Projeto Quintal Verde será incrementado.

PRODUÇÃO DE MUDAS

PRODUÇÃO DE SEMENTES

MELHORAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL - CARNE E COURO

MELHORAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL - LÁCTEOS

MELHORAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL – PEQUENOS

ANIMAIS:

PISCICULTURA DO TOCANTINS

Nesse projeto visamos aumentar a produção de pescado para os mercados externos e internos, com aproveitamento de espelhos de água existentes principalmente os grandes lagos formados com as construções das barragens para as hidrelétricas e perenização de córregos, ribeirões e rios em nosso estado.

ANIMAIS SILVESTRES

O desenvolvimento de criadouros de animais silvestres têm por objetivo, a produção das espécies para fins de comércio, seja do próprio animal ou de seus produtos e subprodutos, normatizando a comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos da fauna silvestre brasileira provenientes de criadouros com finalidade econômica e industrial e apoiar as ações do IBAMA e dos demais órgãos ambientais envolvidos na conservação das espécies, auxiliando a manutenção de animais silvestres em condições adequadas de cativeiro e utilização de áreas de preservação como forma de melhoria da renda do produtor na propriedade.

ASSOCIATIVISMO RURAL

CREDITO FUNDIÁRIO

O Crédito Fundiário financia a aquisição de imóveis rurais à agricultores familiares em áreas que não podem ser desapropriadas para a Reforma Agrária. Os beneficiários também contam com recursos para a implantação de infra-estrutura básica e produtiva.

CALCÁRIO AGRÍCOLA

ARMAZENAGEM

O **Tocantins Rural** formatará por meios de sua vinculada de assistência técnica e extensão rural um programa denominado **Meu Paiol**, cujas construções serão executadas pelos próprios produtores rurais familiares utilizando matérias da localidade ou região, com o intuito de baratear os custos de edificações.

SEGURANÇA ALIMENTAR

CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

MODERNIZAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS AGROINDÚSTRIAS

Contribuir no aprimoramento do processo de industrialização de forma a melhorar a qualidade dos produtos tornando-os competitivos no mercado. Agregam-se às ações desenvolvidas:

- Melhorias nos processos de fabricação;
- Cursos sobre amostragem e recepção da matéria-prima;
- Análises laboratoriais (físico-química) de produtos e insumos;
- Curso sobre tecnologias de processamento;
- Adoção de novas tecnologias;
- Implantação de boas práticas de processamento;
- Controle de pontos críticos das etapas de elaboração dos produtos;
- Adequação e cumprimento da legislação padronizante e fitossanitária brasileira e dos países importadores.

Zoneamento do Estado do Tocantins

O estágio alcançado pelo desenvolvimento e implementação do ZEE no estado do Tocantins ocorreu principalmente devido ao seu reconhecimento, pelo governo, como uma de suas prioridades.

O Estado administrou com bom desempenho os recursos do SPRN, implantou-se uma estrutura física e técnica voltada a disponibilizar um instrumento que sendo “subsidiário do monitoramento e controle ambiental” é também “estratégico para o desenvolvimento regional durável em função da promoção do arranjo articulado das dimensões econômica, social e ambiental para a redução de conflitos e desigualdades sociais.” (ZEE – Pico do Papagaio).

As ações empreendidas para o desenvolvimento e implementação do ZEE têm inicio em 1995, com o componente fortalecimento institucional, se consolidando ao longo dos anos com infra-estrutura física (laboratórios, veículos, e equipamentos), equipe técnica

capacitada e produtos elaborados, disponibilizados e utilizados. No anexo Resumo dos Relatórios de Progresso do SPRN, percebe-se a execução continuada das ações.

A partir da elaboração e execução do PGAI do Bico do Papagaio, área prioritária definida no estado, que abriga 36 municípios, concentrando a maior parte da população do estado, diretrizes e estratégias importantes, definem um novo marco referencial para o ZEE: o processo de consulta dos atores relevantes à gestão ambiental, com o envolvimento e parcerias de órgãos governamentais e entidades civis.

Produtos importantes como a estruturação do Laboratório de geoprocessamento e sensoriamento remoto estão plenamente disponibilizados ao público, que tem acesso a cartas e imagens de satélites, permitindo ainda a impressão de mapas temáticos para usuários, como prefeituras, empresas, órgãos públicos, universidades, ONGs, etc. O laboratório apoia os trabalhos do ZEE no âmbito estadual, tendo sido elaborado Atlas em meio físico e digital.

- Projetos
 - Projeto 01 - ZEE: Projeto Gestão Ambiental Integrada - Bico do Papagaio (2004)
 - Projeto 02 - Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial. (2005)